AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU,* referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (https://monografiashistoriaufu.wordpress.com).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia.* Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL NA CIDADE DE UBERLÂNDIA/MG: PROGRAMA CASA ABERTA (1990-2004)

2722
S.9
(C)

ROSANE NEVES FERREIRA

2722
S.9
(C)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Centro de Documentação e Pesquisa em História - CDHIS
Campus Stª Mônica - Bloco 1O (Antigo Mineirão)
Av. Universitária S/Nº
Cep 38400-902 - Uberlândia - MG - Brasil

ROSANE NEVES FERREIRA

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL NA CIDADE DE UBERLÂNDIA/MG: PROGRAMA CASA ABERTA (1990-2004)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob orientação Profª. Dra. Maria Clara Tomaz Machado.

Uberlândia, Julho de 2004

ROSANE NEVES FERREIRA

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL NA CIDADE DE UBERLÂNDIA/MG: PROGRAMA CASA ABERTA (1990-2004)

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Clara Tomaz Machado

Profa. Dra. Vera Lúcia Puga de Souza

Prof. Dr. Newton D'Ângelo

Dedico esta pesquisa à minha mãe, Vilma Neves, por contribuição e apoio, e ao meu filho, Heitor Augusto Neves, fonte do meu amor.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer,

A Deus, que me tem dado força, auxiliando-me a enfrentar os desafios que a vida coloca em minha jornada.

À minha mãe, Vilma Neves, e aos meus irmãos, Jovaine Neves Ferreira e Júlio Neves Ferreira, que contribuíram com o seu tempo e com todo o esforço necessário durante os meses de elaboração dessa pesquisa.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Clara Tomaz Machado, por sua disposição em corrigir e direcionar este trabalho e, acima de tudo, reconhecendo a sua competência e a sua capacidade de trabalhar com o coração.

Aos professores e companheiros do Instituto de História, e a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, me auxiliaram ao longo da minha graduação.

OS CAMELÔS DO AMANHÃ
(de um menino de rua)

Os tempos mudaram na vida do trabalhador, que a cada dia vive a batalha de sobrevier entre a fome e a vontade de comer...
Os anos passaram de Jânio a Castelo, de Médici a Figueiredo, de Sarney a Collor, o seu salário foi diminuindo com a falsa intenção de acabar com a inflação.
Dos planos infalíveis surgiu a recessão, fazendo sumir na mesa do trabalhador o leite, a carne e o feijão, levando sua pobre família à desnutrição. Você foi ficando empobrecido, esquecido, descamisado e desgraçado, jogado feito lixo nas sarjetas metropolitanas, passando dificuldades pela sua penúria.
O sol raiou em berço esplêndido onde jamais houve jus ao suor do trabalhador.
Por detrás das janelas chiques haverá sempre uma mansão formosa entre os ternos e as gravatas do patrão, conseguidos a custa do teu sangue e do teu suor, trabalhador do hoje miserável do amanhã...

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....01

CAPÍTULO 01 – A TRAJETÓRIA DA CRIANÇA CARENTE ATÉ A IMPLANTAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....05

CAPÍTULO 02 – A SITUAÇÃO DA CRIANÇA CARENTE NO BRASIL MEDIANTE A IMPLANTAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....31

CAPÍTULO 03 – DESENVOLVIMENTO E ASSISTENCIALISMO NO ESPAÇO URBANO.....57

CAPÍTULO 04 – CASA ABERTA – UM ESPAÇO DE TRANSIÇÃO....79

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....97

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....99

ANEXOS.....105

INTRODUÇÃO

Para explicar a escolha do tema desta pesquisa, cito o trecho abaixo pronunciado pelo professor José Silveira na abertura de um congresso realizado na Bahia:

> *Não consigo nunca ficar indiferente ao espetáculo doloroso e infamante de centenas de crianças nuas e descalças, esquálidas e desnutridas, chafurdando na lama ou de parceria com a miséria, com a sordice, com o lixo, nas favelas e nos bairros abandonados. Sofro ao contemplar o bando de pequeninos garotos, dispersos pelas ruas e praças das cidades brasileiras, sem lar, sem dinheiro, sem educação, candidatos ou mesmo já transformados em pivetes, trombadinhas, marginais e viciados de toda sorte, usados, explorados, enganados e ludibriados por monstros de toda a espécie*[1].

No momento de conclusão do curso de história, e tendo que desenvolver um projeto de monografia, não houve dúvida: o tema só poderia ser a questão social da criança e do adolescente pobre na sociedade brasileira. A temática já foi abordada por diversos pesquisadores, mas sua relevância se dá pelo fato de se tratar de um problema que, mesmo diante dos avanços tecnológicos, tem se agravado na nossa sociedade.

Normalmente, deparamos com a cena de famílias carentes, mendigando nas ruas das cidades brasileiras. São famílias inteiras repletas de filhos desnutridos e abandonados. Pessoas que buscam nas cidades alguma forma de ajuda para sua sobrevivência, indivíduos que foram excluídos do mercado de trabalho, dos meios de consumo e dos serviços, mas, acima de tudo, pessoas que, além da exclusão, não são também tolerados ou aceitos, visto que a sociedade cada vez mais tem forjado uma imagem destes pobres e miseráveis, comparada-a à imagem do bandido e do criminoso. Frente a isso, tomam medidas que enfatizam muito mais a segurança nacional, o controle e a ordem do que medidas de inclusão social.

No Brasil, a discriminação é diversificada, e isto tem conduzido grande parte da população a sofrer com um processo de privações, abandono, expulsão e de violência. O termo exclusão possui um conceito vasto, em grande parte centralizado em análises econômicas que o abordam como sinônimo de pobreza. A intenção deste

---

[1] LUPPI, Carlos Alberto. **Agora e na hora da nossa morte:** o massacre do menor no Brasil. São Paulo: Brasil Debates, 1982. p. 64.

trabalho e abordar a exclusão como um fenômeno de ordem social historicamente datado cujo contexto revela carências diversificadas.

No Brasil da década de 1950, com a industrialização de bens de produção e consumo, com o processo de urbanização crescente, fruto da inversão da população rural que migra para as grandes metrópoles, o nível de miséria e pobreza se acentua. Os investimentos públicos e privados têm se direcionado para obras e ou serviços que beneficiam o desenvolvimento econômico das elites. Deixando com isto a área social negligenciada, com milhões de pessoas marginalizadas, vivendo e condições subumanas.

É evidente que, mesmo no passado, a área social nunca fez parte dos planos prioritários do governo, contudo, com a nova política do neoliberalismo, o Estado tem diminuído cada vez mais o seu papel na política de ação social. Com isso, grande parte da população tem sido penalizada pela cidadania deficitária, pelo desemprego interminável, pela subordinação, pela miséria, pela discriminação, pela falta de respeito pelos direitos individuais e pala privação de poder.

Na atual sociedade contemporânea, a pobreza tem atingido um grupo diferente dos padrões clássicos de miseráveis, sendo estes: os migrantes, os desempregados de longa duração que foram expulsos do mercado de trabalho, indivíduos que adentraram precocemente no mercado e outros que nunca conseguiram entrar. A criança acaba sendo mais uma vítima deste quadro.

A partir dessa perspectiva, nos propomos a estudar a criança e o adolescente em situação de risco social, a partir da década de 1990, quando se promulgou o Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca). A definição de risco não está explícita no Eca: contudo, ele deixa entendido como uma série de fatores que fogem ao cotidiano infantil e juvenil, fatores tais como: exploração, miséria, negligência e violência. Os Conselhos Tutelares, os programas assistenciais e uma série de profissionais é que irão definir as situações consideradas de risco para estes jovens, e, a partir delas, empregaram medidas que buscam promover e/ou recuperar estes jovens, de forma que seu potencial marginal ou infrator seja domesticado, podendo então ser inserido na sociedade, sem ameaçar os interesses econômicos e progressistas das classes governantes.

Diante disso, privilegio espacialmente minha pesquisa para a cidade de Uberlândia, cidade esta que tem se destacado como uma das mais progressistas cidades

mineiras, se projetando no cenário estadual como também no nacional. Contudo, como a maioria das cidades brasileiras, seu desenvolvimento foi alicerçado em uma determinação positivista, de "Ordem e Progresso". O desenvolvimento da cidade é notório e as causas que o favoreceu são diversas, tais como: a implantação de estradas de rodagem que interligavam a região do Triângulo Mineiro a várias regiões brasileiras, a construção de Brasília, que favoreceu a fixação de grandes complexos industriais, a política de ocupação dos cerrados e a dispersão industrial do eixo Rio de Janeiro/São Paulo.

Contudo, as elites uberlandenses têm forjado um discurso ideológico em que apontam o trabalho como meio justo de adquirir e produzir riquezas. Sendo assim, a concretude da pobreza e os conflitos sociais latentes. São questões que chocam e ameaçam, e por isto buscam estratégias de controle, de forma a tentarem conter estas possíveis ameaças. Este controle revela uma intolerância da medincância nas ruas da cidade, não existindo uma preocupação real em resolver os problemas sociais, mas um rígido processo disciplinar que, através de leis e regras, regulam e vigiam a parcela social.

Com a implantação do Eca, fez-se necessário criar e reformular alguns programas de atendimento voltados para as crianças; dentre os programas vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, existentes em Uberlândia, escolho o Casa Aberta, cujo atendimento é voltado para crianças e adolescentes de/na rua, buscando tornar-se um espaço de transição da rua para a família, a escola e sociedade. O estudo se delimita ao período de implantação do Eca até os dias atuais, ou seja, a partir de 1990.

Compreender as novas formas sociais empregadas no atendimento e apoio à infância carente, bem como os seus resultados, especialmente em um programa voltado para crianças e adolescentes marginalizados, mediante a implantação do Eca em um contexto social, político e econômico, se torna o nosso objetivo principal. E, a partir disso, identificar as causas que levam essas crianças a viver nas ruas, revelar os mecanismos de controle social empregados bem como os discursos utilizados para justificarem a marginalização da criança, conhecer o empenho e papel da sociedade frente a questão, revelar dados que comprovam a situação de precariedade vivido por estas crianças e de suas famílias, se tornam alguns dos nossos objetivos.

Para a realização desta pesquisa, utilizei-me do material disponível no arquivo do Casa Aberta, onde pude efetuar algumas leituras; contudo, não me foi permitido

xerocar nenhum material. As pastas do arquivo se mostraram incompletas contendo diversos erros informativos; além disso, todo o material, relacionado ao início do programa já havia sido descartado para o arquivo morto da prefeitura, onde o acesso é restrito. A pesquisa realizada no programa só nos foi permitida quando a orientadora Maria Clara, recorreu ao secretario João Mascia (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social), que interveio perante a coordenadora do programa, Izabel Cristina. Mas ainda assim, não foi permitido conhecer a história de vida dos assistidos contidos em pastas de arquivo. Nosso acesso ao material do arquivo também se restringiu no momento em que, a coordenação percebeu que copiávamos a tinta as informações de algumas pastas, com isto o acesso à boa parte do material foi impossibilitado. Outra fonte de informações utilizadas por nós foi o livro de ata do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, contudo o acesso a ele também se deu de forma um tanto complicada, demorando vários meses até que pudéssemos ter acesso a ele, no entanto as atas das reuniões do Conselho do mês de julho de 2001 até fevereiro de 2003, não constam no livro, pois foram registradas no computador, contudo não consegui o acesso das mesmas.

Para os elementos necessários para uma avaliação crítica, pretendemos trabalhar com o pensamento de Michel Focault, pois entendemos que sua reflexão sobre o funcionamento dos discursos possui características solidárias, mas também contraditórias, que envolvem a onipotência e também a fragilidade do discurso; além disso, ele fala de um poder que também é exercido fora do âmbito do Estado um poder específico e disciplinador que age sobre o corpo, regulando as atitudes e comportamentos do individuo. E, no coletivo, ele age por intermédio do Estado, impondo leis e decretos a serem seguidos pela sociedade.

Esse trabalho se divide em quatro partes: no primeiro e no segundo capítulos, mostramos um pouco da história social da criança carente no Brasil, bem como alguns dos mecanismos empregados pela sociedade no sentido de controlarem a marginalização. E, após a implantação do Eca, podemos ver que a situação da criança e do adolescente não evoluiu muito no que diz respeito aos direitos da criança e do adolescente. No terceiro capítulo, buscamos mostrar um pouco sobre o desenvolvimento da cidade de Uberlândia, seu dinamismo e os discursos introjetados que justificam as mazelas sociais. Já no quarto capítulo, apresentamos o Casa Aberta e a realidade vivida pelos meninos de rua, evidenciados nos documentos do programa e nas formas de atendimento.

CAPÍTULO I

A TRAJETÓRIA DA CRIANÇA CARENTE NO BRASIL ATÉ A IMPLANTAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Na maior parte do Brasil, é comum, ainda visualizarmos cenas de mulheres, homens e crianças pobres expostas a todo tipo de violência, que varia desde a fome, a miséria, o desemprego, subemprego, condições precárias de moradia, educação. São famílias inteiras vítimas de uma sociedade que lhes tem negado o principal direito humano, o da sobrevivência, deixando uma grande parcela da população à margem do acesso às riquezas nacionais, privada de cidadania e justiça social.

Como os órgãos governamentais associam pobreza e abandono à criminalidade, as suas políticas consistem muito mais em objeto da coerção do que inserção social. E desta perspectiva:

> *A história da criança brasileira esta relacionada à maneira de ver, aos sentimentos e as atitudes que a sociedade, ao longo dos tempos produziu e reproduziu em relação a infância. O desafio de escrevê-las consiste, justamente em reconstituir os papéis sociais, desempenhados pela infância e pela adolescência nos diversos momentos políticos, sociais, econômicos e culturais vividos pela sociedade brasileira, procurando compreender as formas peculiares de sua inserção nesses contextos históricos globais.*[2]

Diversos estudiosos abordaram a história da criança no mundo burguês. Entre estes trabalhos, cito a obra de Philippe Áries, *A História Social da Criança e do Adolescente*[3]; segundo este autor, no período medieval a fase descrita como infância se tratava de um período muito curto, sendo a primeira etapa de sua vida distinguida como fase da paparicação, na qual as criancinhas pequenas eram brinquedos encantadores e frágeis. Passado os cincos ou sete primeiros anos, a criança se fundia definitivamente ao mundo dos adultos. Não havia, portanto, nenhuma preocupação com a moral e a educação destas crianças.

Em meados do século XVII, entre os moralistas, padres e educadores, surgem o sentimento da infância. No entanto, a preocupação destes se configuravam por meio

---

[2] FRONTANA, I.C.R.C. **Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo.** São Paulo: Ed. Loyola, 1999. p. 19.

[3] ÁRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro: LTC, 1981.

de um interesse psicológico, moral e disciplinar, que também foi difundido para a família nuclear. Para obter-se uma disciplina ou um pulso forte dentro da sociedade, criaram-se as instituições escolares e as práticas de educação. Segundo Aries:

> *A família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos. A escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que no século XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato. A solicitude da família, da igreja, dos moralistas e dos administradores privou a criança da liberdade que ele gozava entre os adultos. Infligiu-lhe o chicote, a prisão, em suma, as correções reservadas aos condenados das condições mais baixas.*[4]

Foi a partir do século XIX e XX que a criança saiu do seu anonimato, passando a fazer parte da atenção da família. Philippe Áries menciona que, durante séculos, havia uma mistura e uma aceitação entre famílias de diferentes condições sociais. Mas, a partir do século XVIII, este sentimento e aceitação se desfez, dando lugar a um conflito explícito entre as classes sociais:

> *As pessoas viviam num estado de contraste, o nascimento nobre ou a fortuna andavam lado a lado com a miséria, o vício com a virtude...o sentimento da família , o sentimento de classes e talvez, em outra área , o sentimento de raça surgem portanto como as manifestações da mesma intolerância diante da diversidade de uma mesma preocupação de uniformidade.*[5]

Donzelot[6] também aborda a questão da criança. Segundo este autor, a partir do século XVIII surgiram várias obras relacionadas à proteção das crianças, onde são apontados a prática dos hospícios de menores abandonados, a criação dos filhos por amas-de-leite a educação artificial das crianças ricas. Donzelot denúncia a existência de uma forma disfarçada de abandono, mo qual as crianças eram entregues aos cuidados de uma nutriz; todavia, por falta de pagamento, por causa de ocupação e até mesmo por falta de interesse dos pais, as nutrizes trabalhavam precariamente, resultando em um elevado índice de mortalidade infantil.

Outro importante trabalho sobre a temática da criança abandonada é a obra de Maria Luiza Marcilio. Segundo esta autora, uma das instituições brasileiras de mais longa vida foi a "Roda dos Expostos" ou "Roda dos Enjeitados". Por quase um século e meio esta foi a única instituição de assistência à criança abandonada no Brasil. Sua origem vem desde a idade média, quando era usada para preservar o anonimato das doações cristãs para a igreja. Em outras ocasiões, os mosteiros recebiam crianças

---

[4] Idem, p.278.
[5] Idem, p.279.
[6] DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

doadas por seus pais para o serviço de Deus, os chamados *oblatos*. A partir daí, surgiu o uso indevido da roda para receber expostos, ou seja, crianças abandonadas.

No Brasil, esta tradição foi trazida por Portugal quando, por volta do século XVIII, as autoridades salvadorenses, preocupadas com o aumento de bebês abandonados na cidade, conseguem a permissão da coroa para a instalação de uma Roda de Exposto na Santa Casa da Misericórdia na cidade de Salvador (BA), em 1726. A autora apresenta as atas da mesa da Santa Casa, quando se rememora a história da Roda em 1844, com o seguinte trecho:

> *Evitar o horror e desumanidade, que então praticavam com alguns recém-nascidos, as ingratas e desamoroza mães, dessassistindo-os de si e considerando-as, a expor as crianças em vários lugares imundos com a sombra da noite, e de quando amanhecia o dia se achavam mortas e algumas devoradas pelos cães e outros animais, com lastimoso sentimento de piedade catholica por se perderem aquelas almas pela falta do sacramento do baptismo.*[7]

Geralmente, os lugares de abandono mais comuns eram as igrejas e os conventos, pois os pais, na maioria das vezes, acreditavam que a criança teria com os monges ou freiras uma educação aprimorada. Este recurso também era utilizado pelas mães escravas que, na tentativa de livrar seus filhos da escravidão, abandonava-os nas rodas. No Brasil, a Roda dos Expostos somente teve fim na década de 1950, conforme afirma a autora: "criada na colônia, perpassou e multiplicou-se no período Imperial, conseguiu manter-se durante a República e foi extinta definitivamente na recente década de 1950"[8].

Até o início do século XIX, existiam Rodas de Expostos em quatro capitais brasileiras: Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo e Salvador. Um número baixo para atender a grande demanda de "enjeitados". Nas outras cidades, a responsável pelos expostos era as chamadas Câmaras que, por sua vez, também atendiam um número quase insignificante de expostos no ano. Marcílio considera que a roda dos Expostos, além de pouca em número, também foi criada tardiamente (século XVIII). Sendo assim, as crianças enjeitadas, às vezes, ficavam com a família que as encontravam e uma grande parte delas morria de fome, frio ou comidos por animais. Donzelot chama a atenção para o debate sobre a permanência ou supressão das rodas, e aponta dados consideráveis:

---

[7] MARCÍLO. M.L. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo, HUCITEC, 1998. p.3.
[8] Idem. p.5.

> *Em 1811, o sistema da roda é generalizado no quadro da reorganização dos hospícios e nessa data constam-se 269 rodas [...] No momento de sua fundação o hospício de menores abandonados de São Vicente de Paula recolhia 312 crianças; em 1740, 3150; em 1784, 40.000; em 1826,118.000; em 1833,131.000 e em 1859, 76.500.*[9]

Além do abandono, ainda havia um outro fator que comprometia as crianças: a alta mortalidade infantil, segundo o que nos afirma o trabalho de Judite:

> *Até o final daquele século, as mortalidades infantis eram muitas elevadas e chegou a marcar um imaginário justificador que, comparando a criança morta aos anjos, procurava minimizar a repercussão de sua morte. Dessa forma, a morte de crianças não era evidenciada com muito sofrimento, mas até com uma certa credencial divina devido a identificação da criança morta ao "anjinho", puro e ainda intocado pelo pecado.*[10]

Até meados do século XIX, a criança não possuía muito valor como pessoa, até mesmo do ponto de vista religioso ela significava bem pouco. Havia um interesse em protegê-las, mas o que se percebe é que se tratava mais de uma questão moral ou piedosa.

Nem a igreja nem o Estado assumia de fato a responsabilidade; o que havia era uma verdadeira desvalorização do seu desenvolvimento moral e físico. As Santas Casas de Misericórdia sobreviviam de doações vindas da caridade cristã, suas instalações normalmente eram extremamente precárias e tendiam a piorar com o aumento da demanda de enjeitados. A autora Emilia Viotti faz menção às Santas Casas:

> *Apenas nas cidades mais importantes havia assistência hospitalar e essa era em geral, fornecidas pelas Santas Casas, instituições religiosas filantrópicas de caráter paternalista, inspirada na tradição de caridade cristã, típica do catolicismo. Entre seus patrocinadores, figuravam representantes dos setores mais ilustres da sociedade local, que amparavam através de doações pessoais ou subvenções estatais obtidas graças ao seu prestígio junto ao governo.*[11]

Viotti afirma que, durante o século XIX, ocorreram algumas modificações na estrutura social e econômica do país; entre elas, ressalta a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o fim do tráfico em 1850, com a abolição em 1888, a chegada dos imigrantes. Estes e outros fatores contribuíram para a formação de um relativo mercado interno, o que estimulou o processo de urbanização.

---

[9] Id., p. 30.
[10] TRINDADE, J.M.B. O abandono de crianças ou a negação do obvio. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.19, nº 37, p.35-58. 1999. p.39
[11] COSTA, E. V. **Da Monarquia a República: momentos decisivos.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. p.202

É importante lembrar que, no início do século XIX, a economia brasileira baseava-se na monocultura cafeeira e na mão de obra escrava. Mas, a partir de 1870, houve uma grande escassez da mão de obra devido à extinção do tráfico negreiro, ao mesmo tempo em que a valorização e procura de café no mercado internacional cresceu. Com isso, o governo brasileiro foi obrigado a incentivar a imigração para o país, utilizando-se de propagandas do Brasil e subvencionando a viagem dos imigrantes.

No século XIX, tem-se a implantação de novas formas de se exercer a medicina, agora voltada para uma prática preventiva, e filantrópica. Temos, com isso, os chamados médicos higienistas que, diante do terrível quadro de mortalidade infantil nos asilos de enjeitados, iniciam um movimento de extermínio da chamada Roda dos Expostos. Movimento que só teria êxito na década de 1950, sobrevivendo, portanto, por grande parte do século XX. Segundo Judite Maria Barbosa, o trabalho dos médicos higienistas causaram grandes mudanças no que se refere às crianças abandonadas:

> *Outras mudanças estão refletidas como na pressão dos médicos higienistas interferindo nas estruturas e higiene das instituições de expostos e órfãos, na seleção de amas de leite, nas condutas sobre a amamentação natural e nas discussões sobre a lactação artificial. Dois grandes acontecimentos determinaram mudanças radicais na mortalidade da infância: o aproveitamento do leite de animais pela espécie humana e o domínio da técnica de adaptação do leite de vaca para crianças desde a mais tenra idade. Isso acarretou a queda espetacular da mortalidade no primeiro ano de vida.*[12]

Entre os modelos de assistência à infância no século XIX, ressaltamos o trabalho do médico higienistas Dr. Arthur Moncorvo Filho, fundador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro em 1880. Segundo o trabalho de James E. Wadsworth[13], Moncorvo Filho criou várias instituições destinadas a oferecer assistência médica às crianças e também às mães. Entre seus trabalhos estavam as campanhas de vacinação e trabalhos preventivos e informativos sobre doenças infantis. Moncorvo possuía o apoio de organizações de caridade particulares, mas acreditava que cabia ao poder público proteger da miséria e da delinqüência a criança pobre. Moncorvo não obteve êxito na tentativa de fazer com que o governo criasse um sistema nacional de proteção à criança pobre e, diante do quadro de mortalidade infantil e de

---

[12] TRINDADE, Op. Cit. p.52.

[13] WADSWORTH, James E. *Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência a infância no Brasil.* In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.19, n° 37, p.103-124. 1999.

crianças abandonadas, considerava que a omissão do governo agravava ainda mais o quadro social.

As mudanças na prática de atendimento às crianças carentes tiveram, a principio, influência dos higienistas e, mais tarde, os juristas também passaram a se preocuparem com as infrações cometidas pelos adolescentes pobres, procurando pensar em novas leis de proteção à criança abandonada.

Os higienistas também transformaram, relativamente, as relações familiares, interferindo no convívio íntimo restrito à família e no desenvolvimento biológico e sentimental da criança. Ao invés de ser um "adulto incompetente", a criança passa a ser vista por eles como um ser em desenvolvimento, que requer cuidados e proteção. Para Costa, os higienistas, além de modificarem o perfil sanitário da família, também mudaram a feição social:

> *A família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regulada, tornou-se mesmo movimento, sinônimo histórico de família burguesa... a vida privada dos indivíduos foi atrelada ao destino político de uma determinada classe social, a burguesia [..]o corpo, o sexo e os sentimentos conjugais, parentais e filiais passaram a ser programadamente usados como instrumentos de dominação política e sinais de diferenciação social daquela classe [...]. As relações intrafamiliares se tornaram uma réplica das relações entre classes sociais.*[14]

Donzelot também menciona as tentativas de controlar e disciplinar as práticas das famílias; segundo ele, no final do século XIX, o Estado interessado em promover o desenvolvimento industrial e prevenir possíveis ameaças políticas, provocadas pela miséria e pelo pauperismo, incentiva as iniciativas privadas a assumirem o encargo das crianças moralmente abandonadas, em estabelecimentos de correção. No entanto, todo este empenho das sociedades protetoras da criança sempre deparava com a questão do poder paterno, pois muitas vezes a família interrompia o processo educativo que vinha sendo desenvolvido. Diante disso, em 1889 o Estado decretou a lei que tira os direitos de pais e mães que, por maus tratos, comprometem a segurança, a moralidade e a saúde dos filhos, atribuindo ao juiz o poder de confiar a guarda de uma criança à assistência pública ou a uma sociedade, inclusive em caso de delitos cometidos pela criança.

A situação da criança está relacionada também ao crescente e descontrolado processo de urbanização, e também ao acentuado crescimento demográfico ocorrido em

---

[14] COSTA, J. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.98.

algumas capitais do Brasil. Para entender o processo de urbanização do país, é preciso retomar algumas características do processo estrutural da economia brasileira.

Com o incentivo do governo ao processo de imigração, poucos foram os estados que dispunham de recursos para promover a imigração, ficando dependentes do governo para realizarem tal processo. No entanto, São Paulo possuía ricas lavouras de café e, com o lucro das mesmas, pôde subvencionar a imigração para o estado. Este processo causou um grande aumento demográfico em algumas capitais. Esta expansão do café reforçou a tradição de um país essencialmente agrícola, o que dificultou o desenvolvimento das indústrias.

Viotti nos esclarece que, mesmo após a independência do Brasil, no mercado internacional o país continuou a exportar matérias-primas e a importar produtos manufaturados, assumindo um caráter essencialmente agrário, o que favoreceu o desenvolvimento do latifúndio, do trabalho escravo ou semi-servil. Este quadro fez com que os centros urbanos tivessem pouca importância, com exceção das cidades onde existiam portos.

As classes dominantes beneficiadas com a produção agrícola não tinham nenhum interesse em mudar a estrutura de produção. Percebe-se que os crescimentos das cidades ocorreram à medida que os fazendeiros se interessaram em residir nos grandes centros urbanos, e não só nas suas grandes propriedades. Nas cidades ocorreram várias melhorias como a promoção de iluminação, transporte, hotéis, praças, teatros para cafés, fábricas, sem esquecer da sociabilidade, que antes se restringia apenas ao núcleo familiar.

Estas melhorias ocorriam apenas dentro dos limites das principais cidades, ou principais centros exportadores. Setores do interior permaneciam em condições de extrema pobreza e falta de recursos urbanos e humanos. Diante deste quadro, as camadas mais pobres buscavam melhores condições de vida nestes centros urbanos, palco de lutas para a conquista do direito ao espaço.

Se, por um lado, a cidade crescia em progresso e luxo, nos bairros pobres multiplicava-se o número de cortiços e favelas, aumentando a mendicância e a criminalidade. Devido à política imigrantista, houve um considerável número de desempregados em capitais como São Paulo, e esse processo foi agrado ainda mais com o aumento migratório de pessoas que buscavam melhores condições de sobrevivência na cidade. Como conseqüência do crescimento demográfico e do descaso dos

governantes, as massas pobres, ao aumentarem, tornaram-se uma ameaça constante as elites.

Para as camadas pobres, as ruas passam a ser o palco de relações sociais e culturais, de luta pela sobrevivência e transações econômicas. As elites governantes, na tentativa de conter a ameaça aos seus interesses, buscam medidas de controle. Segundo o trabalho de Esmeralda Moura, esta ameaça pode ser visualizada na imprensa:

> *A partir da década de 1890, o problema se antecipa à Republica: em fevereiro de 1876, o Presidente da Provincia alertava para o fato de que na capital existem dezenas de meninas que já tem na fronte o estigma da desonra, arrastadas ao abismo da prostituição pelo impiedosos braços da miséria. [...] passadas duas décadas , o chefe de policia da cidade de São Paulo faz menção aos mendigos e as crianças abandonadas que em grande número vagam pelas ruas, maltrapilhas e famintas.[...] ainda na década de 1890, o Fanfulha insiste na necessidade de medidas em relação a verdadeira legião de menores que vivem na rua, no vício e no embrutecimento Crianças trabalhadoras, pobres e mendigas perambulavam e, muitas vezes, habitavam com suas famílias as ruas [...] Em Salvador, essas crianças denominadas pelas autoridades por diversos epitélios pejorativos como "vadios, moleques, mendigos", foram alvo das políticas públicas, policiais e jurídicas, no decorrer do século XIX*[15].

Frente a estes problemas sociais, as autoridades governantes, aparadas pelos médicos sanitaristas, utilizam-se de discursos de insalubridade e higiene para reorganizarem o espaço urbano com medidas que Stella Bresciani pontua :

> *Imbuídos de um novo sentimento com relação à cidade, o olhar atento dos cientistas indicou os locais marcados pela ausência desses elementos positivos, isto é, o ar e a água. Os locais insalubres assim denominados pelo saber médico representavam o grande perigo de contaminação para a população da cidade. Os cemitérios, matadouro, hospitais e a moradia da população pobre foram considerados locais perigosos pela falta dos elementos necessários a saúde.* [16]

Sobre estas medidas higienistas, que no fundo objetiva o controle social, Shueler avalia que

> *Políticas de controle e limpeza das habitações coletivas e dos espaços 'imundos' das cidades foram alvos das batalhas dos poderes públicos, os quais recorriam aos ideais de racionalidade científica "ordem e progresso" para justificarem sua intervenção, a despeito das diferenças sociais e das lutas de classes. Apontando para a necessidade*

---

[15] MOURA, E. B. B. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.19, n° 37, p.85-102, 1999. p.89.

[16] BRESCIANI, M. S. **Imagens da Cidade: século XIX e XX.** São Paulo, ANPUH, SP/Marco Zero, 1993. p.126

> *de higienizar e sanear, vacinar, construir diques e lavadouros, habitações salubres, edifícios, escolas e colégio etc, os higienistas, médicos e demais dirigentes, imperiais intentavam não apenas transformar e modernizar as cidades, mas atingir os costumes e hábitos da população*[17].

Por meio das medidas sanitaristas, as moradias das classes pobres foram consideradas insalubres e inadequadas para os padrões morais e higiênicos. Sendo assim, as autoridades fiscalizam e organizam a distribuição dos espaços públicos. A moradia saudável e higiênica é valorizada, enquanto as ruas, zonas de circulação de diversos trabalhadores, crianças/adolescentes transitavam ora trabalhando, ora mendigando ou até mesmo residindo com suas famílias ou sozinhos. As ruas, nesse sentido, passam a ser palco da ociosidade e da criminalidade, estando totalmente fora dos padrões morais.

Segundo Judite Maria Barbosa, as práticas de controle exercidas pelos governantes coincidiram com o período em que as elites urbanas, cheias de ideologias, mostravam-se insatisfeitas com o autoritarismo colonial, constituindo assim o Estado Nacional. No desejo de conquistar a autonomia para governar a província paulista, os empreendedores, os ricos cafeicultores e as elites, dão início ao "movimento republicano". Com isso, as províncias ricas adquirem o direito de decisão econômica e política; já as províncias pobres livram-se da intervenção do governo central sobre os seus interesses locais.

Em novembro de 1889 termina os 67 anos de império brasileiro; a República foi proclamada, mas somente consagrou os interesses das oligarquias, principalmente a cafeeira, que pode aperfeiçoar seu domínio sobre o Estado por meio do princípio do Federalismo (existência de dois governos, a União e os estados), deixando o povo fora desse processo.

É interessante lembrar que, segundo a historiografia, neste período havia um grupo eletizado de fazendeiros, senhores de engenho, comerciantes e outros, que compunham a chamada Guarda Nacional. Suas funções eram de auxiliar o controle e a manutenção da Ordem, e auxiliar na defesa da propriedade, defendendo a Constituição. Dentro deste grupo, havia postos mais altos, os chamados *coronéis*. Com a adoção do sistema de Federalista, estes coronéis puderam consagrar ainda mais seus domínios. A Guarda Nacional atualmente não existe, mas a política autoritária dos coronéis prevaleceu na sociedade moderna brasileira.

---

[17] SHUELER, A. F. M. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.19, nº 37, p.59-84. 1999. p.63.

A economia cafeeira gerou capitais que foram posteriormente empregados em vários setores, o que favoreceu o surgimento de pequenas indústrias. Em algumas capitais, como São Paulo, o desenvolvimento se dá graças ao espírito empreendedor da burguesia imigrante, que investiu nas instalações de fábricas. Diante disso, o processo de industrialização brasileira se deu de forma diferenciada do processo ocorrido em países desenvolvidos, onde a origem procede da transformação do artesanato e da manufatura. No Brasil, a princípio, a indústria se baseava na substituição de importações, voltada para a produção de bens de consumo, não sendo capaz de implantar uma indústria de base.

A indústria expandiu-se em um pequeno número de ramos, mas com um considerável número de mão de obra. No entanto, segundo a historiografia, as condições de trabalho eram bastante precárias, pois poucos estabelecimentos dispunham de instalações adequadas e higiênicas. Diante disso, as condições de vida das classes trabalhadoras também não eram diferentes.

Diversos autores[18] relatam as condições dos movimentos operários. Conforme a historiografia, entre as reivindicações dos movimentos grevistas no início da Republica estava a diminuição da jornada de trabalho, a abolição de castigos físicos aos operários menores, e melhores salários. O uso da mão de obra feminina e infantil foram freqüentes, pois seus salários eram muito mais baixos do que a remuneração do trabalhador masculino adulto. No entanto, a jornada de trabalho tanto da mulher como de crianças eram de 10 horas ou mais, durante seis dias da semana. Conforme cita Evaristo de Moraes:

> *Nesta cidade, sabemos existirem fábricas onde trabalham crianças de 7 a 8 anos, junto a máquinas à iminência aflitiva de terríveis desastres, como alguns já sucedidos. O trabalho noturno das crianças é praticado em certas fábricas como o das mulheres cercado de todos os inconvenientes e desmoralizações [...]. Há meses, todos os jornais noticiaram que, em certa fábrica uma operária de seis anos fora colhida por aparelho mecânico que a deformara para sempre.*[19]

Esmeralda Blanco chama-nos a atenção para o fato de que no período Republicano os governantes se preocupavam com a proteção da criança pobre, tentando retirá-las do perigoso convívio nas ruas, procurando preservar sua infância. Contudo, ela menciona que grande número de meninos e meninas encontrava-se confinado nas

---

[18] Cf. PERROT, Michele. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. e KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

[19] MORAES, Evaristo de, apud COSTA, Luiz Antonio Severo da et al. **Brasil 1900-1910**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980. p. 89-90.

fábricas e oficinas, trabalhando em excessiva jornada, sofrendo mutilações e morrendo ao operarem perigosas máquinas, sem esquecer do local insalubre das fábricas, das rigorosas disciplinas entre patrões e operários.

Uma outra medida disciplinar utilizada pelos governantes foi as reformas educacionais e, somados a instituição da família nuclear, difunde valores morais e disciplinares aos filhos, criando normas que irão dizer a maneira correta de proteger e cuidar da criança. As escolas e a obrigatoriedade do ensino primário se fazem presentes. Conforme nos afirma Alessandra F. Martinez Shueller:

> *Como podemos perceber, desde pelo menos a Segunda metade do século passado, o Estado manifesta a intenção de promover a educação [...] educar no sentindo de difundir valores morais e comportamentos, instruindo por meio de alfabetização e do ensino de ofícios artesanais ou agrícolas, seriam ações fundamentais para um Estado que necessitava manter hierarquias e distinções sociais em uma sociedade que implodia, tanto do ponto de vista de sua base- fim da escravidão- quanto em relação a grande complexidade social*[20].

Não podemos esquecer as interpretações de Foucault e Costa sobre a disciplinarização e a educação proposta pelo mundo burguês:

> *A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço [...] as vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo...houve um grande encarceramento dos vagabundos e dos miseráveis, houve outros mais discretos, mas insidiosos e eficientes*[21].

> *Tanto na família como na escola, instruir significava, sobretudo moralizar, disciplinar, criar os filhos para amar e servir a humanidade educá-lo para transformá-lo em adultos a serviço da nação* [22].

Para Frontana, todo este empenho do Estado na educação Infantil reside na intenção em reduzir o poder do patriarca na família, transferindo a a autoridade e defensoria da família e da propriedade para o estado. Por isso, cria-se nas famílias uma mentalidade nacionalista, na qual os filhos deviam ser criados para amar e servir, não a família e seus interesses, mas sim ao Estado. Para este autor,

> *Enquanto o Estado assumia o papel de protetor da família e da propriedade, com a promessa de garantir o bem-estar social de seus membros, a família por sua vez tinha por missão criar indivíduos dóceis e disciplinados a serviço da nação. Mais e mais*

---

[20] SHUELER, A. F. M. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.19, n° 37, p.59-84. 1999. p.80.
[21] FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1977. p.130.
[22] COSTA, J. **Ordem Médica e norma Familiar.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.171.

> *famílias começaram, assim a se imaginar responsáveis pela ordem e pelo desenvolvimento do Estado*[23].

Costa também fala do papel do Estado em relação aos cuidados com as crianças:

> *A partir da terceira década do século passado, a família começou a ser mais incisivamente definida como incapaz de proteger a vida de crianças e adultos. Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, a higiene conseguiu impor à família uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos sanitários da época. Essa educação, dirigida, sobretudo as crianças, deveria revolucionar os costumes familiares...os indivíduos aprenderiam a cultivar o gosto pela saúde, exterminando, assim a desordem higiênica dos velhos hábitos coloniais* [24].

Diante deste pensamento, podemos perceber que as autoridades tinham a esperança de disciplinar e educar os indivíduos por intermédio da educação das crianças, ou seja, educá-las para o mundo do trabalho o quanto antes. A modernização do país também diversificou a sociedade; sendo assim, as classes governantes aprimoram as atribuições policiais como medida coercitiva, visando preservar seu domínio. Conforme Bicudo.

> *A proclamação da República foi sem dúvida, o marco divisório entre uma concepção difusa da atividade policial e o estabelecimento de uma política profissionalizada, vigilante e centrada na defesa dos interesses das classes dominantes, sempre pronta a intervir para a solução dos problemas sociais*[25].

O Estado Republicano empenha ainda mais a combater a mendicância e a criminalidade das crianças/adolescentes pobres retirando-as das ruas. O trabalho se torna uma eficiente arma de combate a vadiagem, além de ser fundamental para a ajuda das famílias pobres. A solução encontrada veio com o apoio de professores, e pode ser vista neste relato de Schueler:

> *tornar a escola primária um espaço completo de integração e formação das crianças pobres, incluindo a instrução primária e profissional, a educação moral e religiosa, que as prepararam para a vida social, ensinando-as a reconhecerem o seu lugar e respeitarem as hierarquias da sociedade em que viviam*[26].

---

[23] FRONTANA,I.C.R.C. **Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo.** São Paulo: Ed. Loyola, 1999. p.44.
[24] COSTA, J. **Ordem Médica e norma Familiar.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.12.
[25] BICUDO, Hélio Pereira. **Violência:** o Brasil cruel e sem maquiagem. São Paulo: Moderna, 1994. p.37.
[26] SHUELER, A. F. M. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.19, n° 37, p.59-84, 1999. p.79.

As instituições de abrigo e apoio à criança pobre ensinavam a educação primária, e também tinham a função de transmitir uma série de ofícios que iriam preparar estas crianças para o trabalho. Em resumo, podemos dizer que o Estado investia na educação com dois objetivos básicos: 1) Prevenir a criminalidade e a desordem; 2) Preparar futuros cidadãos para o trabalho.

Dessa perspectiva, vale a pena citar Foucault, para quem

> *O controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos... No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil, tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido*[27].

De 1894 a aproximadamente 1930, a oligarquia cafeeira controlou a vida política do país, conforme seus interesses. Mas com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, o café passou por uma queda de preços, causando a falência de muitos cafeicultores brasileiros. Sendo assim, na tentativa de diminuir as perdas dos exportadores de café, o governo toma medidas favoráveis aos cafeicultores, diluindo o prejuízo para vários setores da sociedade. As classes pobres foram as mais prejudicadas, pois a inflação aumentava e os salários não acompanhavam o crescimento. Neste período, conhecido na historiografia como período de *depressão econômica*, conforme Frontana, (1999), houve um aumento das formas ilegais de ganhar a vida, tais como: assaltos, furtos, mendicância, prostituição, jogo de bicho, ledoras de sorte etc. Estas práticas ilegais eram realizadas por bandidos, mas também por pais de famílias que não tinham como sustentar suas famílias, e ainda, por crianças e adolescentes abandonados ou não. Como resultado deste quadro caótico e do descontentamento dos operários, ocorreram sucessivas greves. As contribuições dos imigrantes aos movimentos grevistas foram de grande valia, visto que estes já possuíam uma tradição de luta socialista e sindicalista, influenciando os movimentos com suas ideologias anarquistas.

As classes governantes, na tentativa de conter os protestos, utilizaram-se do aparato da polícia, reagindo violentamente contra os operários. Mas, mesmo diante da violenta repressão governamental, os operários se organizavam em associações de resistência. Este quadro pode ser visto neste artigo de manifesto aos soldados na greve de 1917:

---

[27] FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis; Vozes, 1977. p.138.

> *Soldados, não deveis perseguir os vossos irmãos de miséria, vos também sois da grande massa popular, e, se hoje vestis a farda, voltareis a ser amanhã os camponeses que cultivam a terra, ou os operários explorados das fábricas e oficinas. A fome reina nos nossos lares e os nossos filhos nos pedem pão! Os perniciosos patrões contam, para sufocar as nossas reclamações com as armas de que vos armaram, ó soldados! Essas armas eles vo-las deram para garantir o seu direito de esfomear o povo* [28].

A Segunda República durou cerca de 15 anos, sob o domínio do governo de Getúlio Vargas. De 1930-1934, Vargas manteve-se no poder como chefe do governo provisório, de 1934-1937 se manteve no poder como presidente do país e de 1937-1945 manteve-se no poder como ditador, à frente do regime do Estado Novo.

A historiografia demonstra que, no período Varguista, tivemos a maior ditadura pessoal da história política. Seu governo se caracterizou pela violência, repressão, contenção de alguns direitos democráticos e por conceder alguns dos direitos aos trabalhadores.

Devido às mobilizações grevistas e à expansão industrial incentivada pelo governo, o Estado Republicano, a partir de 1945, reconsiderou a questão dos operários, passando a considerar os conflitos não mais como um simples caso de polícia, mas como um problema de ordem política e social. Diante disso, por volta da década de 1930, Vargas regulamenta o trabalho da mulher e da criança, limita a jornada de trabalho para oito horas. Getúlio Vargas se preocupava em modernizar nossa economia, acreditando que o passo inicial seria a construção de uma infra-estrutura capaz de apoiar o desenvolvimento industrial de diversos ramos, conforme pronunciamento abaixo:

> *Todas as atividades humanas são forças sociais agindo negativo ou positivamente. O Estado, que é a sociedade organizada como poder, não lhes deve ficar indiferente... impõe-se lhe contrariamente, disciplinà-las e dirigi-las. Daí a sua intervenção no campo social e econômico, regulamentando as relações entre o trabalho e o capital, fiscalizando as indústrias e o comércio, ordenando a produção, a circulação e o consumo e finalmente, desenvolvendo providencias de diversa natureza para prover o bem comum*[29].

De posse do discurso sobre o desenvolvimento nacional e da divulgação da imagem de "pai dos pobres", Vargas recebeu o apoio de grande parte da sociedade brasileira. Estas indústrias irão desencadear um rápido e desordenado processo de

---

[28] CARONE, E. **Corpo e Alma do Brasil: a terceira república (1937-1945).** Rio de Janeiro: DIFEL, 1976. p.104.

[29] BRASIL. **Mensagens presidenciais, 1933-1937, Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. p.54.

urbanização, que conduzirá a um processo de migração e, conseqüentemente, aumentará a situação de mendicância e criminalidade.

Nos anos 1920 e 1930, conforme mencionado, a prioridade dos governos era apoiar o desenvolvimento das indústrias. No dizer de Falivne, até 1930, nossa industrialização tinha caráter secundário, voltado para a produção de gêneros de primeira necessidade, um tipo de agroindústria que não exigia alta tecnologia nem grande especialização de mão de obra. Nos anos 1930, teve início a segunda fase industrial, que durou até 1945, no governo de Getúlio Vargas; neste período, a política do Estado se encaminha para a substituição da importação de bens de consumo durável, produzindo-os aqui mesmo, ou seja, o Estado passa então a investir na indústria de base.

No entanto, para Alves, os empresários nacionais não possuíam grandes capacidades investidoras, fazendo com que o Estado desse plena liberdade ao capital estrangeiro, muitas vezes associado ao capital nacional:

> *A industrialização brasileira se processava desse modo, de forma excessivamente dependente de capital internacional... a burguesia nacional sem condições de competitividade com a estrangeira e sem apoio de uma política de proteção estatal, passou a sobreviver ou crescer quando associada aos interesses internacionais, fornecendo- lhes os complementos e acessórios de que necessitavam e não tinham interesses em produzir*[30].

O período entre a I e a II Guerra Mundial foi marcado por grandes alterações política-ideologica tanto na Europa quanto no Brasil. Graças ao poder de decisão do governo federal e da ditadura existente, Getúlio Vargas conseguia impor suas decisões; segundo Carone, com a aproximação da II Guerra Mundial, o governo vê a necessidade de incentivar determinadas atividades econômicas, necessárias ao país. Sendo assim, a partir de 1950, as multinacionais atraídas pelas facilidades oferecidas pelo Estado brasileiro e pela abundante mão de obra barata, passam a produzir os automóveis no Brasil e não mais na matriz estrangeira.

O espaço escolhido por estas empresas de grande porte, a princípio, foi orientado pelo Estado, que os direcionou às regiões metropolitanas do Sudeste ou, pelo menos, próximas a elas. O local escolhido era bem favorável aos interesses empresariais, visto que apresentavam infra-estrutura para o transporte de matéria-

---

[30] ALVES, Júlia Falivine. **Metrópoles Cidadania e Qualidade de Vida.** São Paulo: Ed. Moderna, 1993. p. 32.

prima, mão de obra abundante, serviços e equipamentos e muitos outros requisitos. As empresas se concentraram neste setor, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro.

As duas metrópoles não somente se desenvolveram, mas também fizeram crescer outros municípios próximos, fazendo com que as fronteiras entre metrópoles e municipios passassem a depender umas das outras, mas sob certos aspectos comandadas economicamente, socialmente, culturalmente e politicamente pelas metrópoles.

Com o aumento da participação do setor industrial na economia, registra-se, a partir da década de 1950, um descontrolado e vertiginoso aumento da população nas grandes metrópoles, conduzindo a um processo de urbanização. Diante do aumento do número de habitantes, multiplicam-se os bolsões de pobreza e o número de necessidades da população carente.

Para alguns estudiosos do período, a maior parte dos problemas sociais e urbanos ocorreu devido a esta rápida transição da indústria de bens de consumo primário para a industrialização internacional, pois o Estado investiu, em primeiro lugar, em serviços de rentabilidade, deixando de lado os serviços de qualidade, como a educação, a saúde, e a moradia. Sem esquecer de que o aumento da qualidade de trabalho não correspondeu ao aumento do padrão de vida do trabalhador, como nos relata Alves:

> *...sendo muito abundante em relação á procura , a oferta de trabalho faz surgir um conjunto muito grande e permanente de desempregados e subempregos, que tornam possivel a rotatividade da mão de obra, dispensando, as empresas, aqueles que devem receber maior remuneração e substituindo-os pôr outros que aceitam receber menores salários* [31].

Além da criação de indústrias de bens de consumo duráveis, na década de 1950, o país passou igualmente por um período de construção de vários projetos e de construção de verdadeiras obras faraônicas, que acabaram por endividar ainda mais o país. Na gestão de Kubitschek, temos algumas destas mudanças, como a construção de Brasília, o plano de Metas, a construção de hidrelétricas e muitas outras. O país se modernizou. Contudo, os benefícios sociais, para a maioria da população, não acompanharam o processo pois a inflação aumentava e os salários não acompanhavam esse aumento.

---

[31] Idem. p. 33.

Neste período, diversos grupos pedem o fim da ditadura e a volta da democracia; inicia-se, então, a fase da democracia populista no país. Os governantes visavam substituir a importação de produtos industrializados pela criação dos mesmos em indústrias nacionais, incentivando e financiando as empresas privadas para se expandirem e modernizarem. No entanto, esta modernização irá ocorrer às custas do capital estrangeiro.

Em relação ao atendimento à criança abandonada, novas formas de condutas foram introduzidas. Os juristas também passaram a rever a questão da criança e do adolescente não mais usando medidas repressoras e punitivas, mas sim adotando medidas assistencialistas e preventivas.

Uma nova formulação ao sentimento de infância conquistou um destaque nas instituições e nas ruas. A sociedade lança um olhar de preocupação quanto ao futuro da infância brasileira; levando-se em conta que a criança está em fase de desenvolvimento e necessita de atenção e proteção para exercer papéis de futuros cidadãos. Com o fim da II Guerra Mundial, foram organizadas políticas mais objetivas e eficazes para o atendimento dos menores. Todavia, a situação deles mais uma vez foi colocada em segundo plano, pois os governantes priorizaram outros fatores, como o desenvolvimento econômico e a modernização do país. Bicudo denuncia o descaso do Estado e das elites, pois as leis e projetos desenvolvidos não receberam recursos para se manterem, dando lugar a verdadeiros depósitos de crianças e adolescentes abandonados, lugares onde o crime se tornava um aprendizado geral.

Na década de 1960, a situação da criança carente continua a mesma; Alves menciona que, durante a ditadura militar na década de 1960, surgiram grupos de pessoas que, embora não fossem militares, recebiam treinamento militar para defender interesses particulares, fazendo justiça com as próprias mãos; eram os chamados esquadrões. Já na década de 1970, estes esquadrões formaram quadrilhas para o crime organizado e, recentemente, estes grupos se tornaram grupos particulares de extermínio, os chamados "Justiceiros". Segundo a autora, estes grupos passaram a vender proteção aos pequenos comerciantes e industriais na periferia das grandes cidades, passando a eliminar pessoas que ameaçam a segurança e a estabilidade de parte da burguesia. Alves denuncia que a maioria das vítimas destes grupos são rapazes com idade a partir de 16 anos, moradores de favelas, desempregados e com pouca escolaridade.

Até 1964, a instituição governamental voltada para o "menor" era o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), e estava subordinada ao Ministério da Justiça, uma instituição voltada para o combate e prevenção a criminalidade infanto-juvenil. E, em 1964, o governo federal autoriza a criação da Fundação Nacional De Bem-Estar do Menor (FUNABEM), um órgão com a função de proteger a criança na família, cuidar da formação de pessoal especializado para o atendimento dos menores, e principalmente adotar meios de prevenir e corrigir as causas da marginalidade do menor. Cabia a esta instituição formular e implantar a PNBEM (Política Nacional do Bem-Estar do Menor), além de orientar, coordenar e ainda fiscalizar as entidades encarregadas. Aos governos estaduais caberiam a criação da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) e, por meio da FUNABEM, estabeleceriam as formas de educar e reeducar estes menores.

Para Arruda[32], o fato da FEBEM ser subordinada ao governo Estadual e Federal faz com os administradores nomeados visem defender primeiramente os interesses políticos, ao invés da melhoria de vida do menor. Existe apenas a preocupação em evitar as fugas, as quebra e a veiculação dada pela imprensa que mostra o fracasso institucional. Arruda ainda menciona as portas de entrada para a FEBEM; segundo ele o menor pode entrar por vários motivos entre eles:

> **Por ter sido abandonado ou por solicitação da própria família, que não tem condições de cria-lo.*
>
> **Por ter sido pego, em flagrante na execução de uma infração ilegal.*
>
> **Por ter sido delatado por alguém como autor de infração penal.*
>
> **Por ter sido encontrado sem documentos e/ou em atitude suspeitas ou em local impróprio para menores.*

Em qualquer uma das situações mencionadas, o encaminhamento do menor é feito pela polícia, na sua maioria policiais sem preparo para lidar com estes adolescentes. A repressão de policiais e funcionários despreparados para lidar com os adolescentes estimulava e agrava ainda mais a marginalidade aumentando a violência.

Luppi[33] denuncia a violência policial contra estes menores; segundo ele, até 1974, no antigo Recolhimento Provisório de Menores (RPM), de onde futuramente surgiu a FEBEM de São Paulo, os menores infratores tinham contato direto com a

---

[32] ARRUDA, R. S. V. **Pequenos Bandidos: um estudo sobre a gestação dos menores infratores na cidade de São Paulo.** São Paulo: Global Editora, 1983. p.82.

[33] LUPPI, C. A. **Agora e na Hora da Nossa Morte: o massacre do menor no Brasil.** São Paulo: Ed. Brasil debates, 1982.

polícia e, segundo o depoimento dos menores, eles eram obrigados a pagarem aos policiais para continuarem a realizar seus furtos; os policiais os prendiam para tomarem quase todo o dinheiro e então os libertavam. Os menores presos eram encaminhados para "o RPM, uma prisão imunda, totalmente sem higiene e altamente estimuladora a brutalização dos menores pelos policiais". E outras vezes eram levados para celas comuns, onde tinham contato com adultos perigosos.

Além da exploração policial, Luppi também denuncia que o contato dos menores com a polícia, além de violento também se mostrou trágico: morte a tiros de dezenas de crianças prova a existência de um "Esquadrão da Morte"; a imprensa da época relatava os assassinatos, porém a administração da FEBEM negava esta este fato:

> *Em 28 de abril de 1979, a folha de São Paulo denunciou o extermínio de menores, mas nenhuma investigação seria foi feita, o Presidente da Febem da época, diz que a FEBEM desconhece oficialmente a existência que poderia se chamar de "Esquadrão da Morte".*[34]

A impunidade e a omissão em relação ao menor podem também ser vistas nas denúncias de cemitérios clandestinos de menores em São Paulo. Crianças e adolescentes cujos corpos quase nunca eram procurados pelas famílias.

Com o tempo, foi instituída pela FEBEM uma política que substituía o contato direto dos menores com a polícia dentro das unidades, surgindo então os "inspetores de alunos". Mas, segundo o autor, este contato sempre existiu, e até mesmo os funcionários exploravam e acobertavam os menores, visando usufruírem do dinheiro de seus crimes.

A década de 1970 é conhecida como o período do "milagre econômico". Habert relata que, nesse período, a imprensa nacional e internacional utilizava a expressão milagre econômico referindo-se ao rápido crescimento econômico do país. Foi o momento em que expandiram-se as cidades, a construção civil, o mercado interno e, principalmente, indústrias de automóveis e eletro-eletrônico. As elites e os governantes estavam satisfeitos como balanço econômico, e com o clima de tranqüilidade que existia no país. No entanto, este crescimento econômico ocultava em seus alicerces a exploração da classe trabalhadora, submetida ao arrocho salarial, duras condições de trabalho e o silêncio forçado das classes pobres.

Vários problemas surgiram nos centros urbanos na década de 1970, tais como moradia, segurança, saneamento básico, violência, mendicância e falta de prestação de

---

[34]Idem. p.73.

serviços. As classes pobres, obviamente, foram as mais prejudicadas, pois acabaram sendo amontoados em favelas e cortiços. E, mais uma vez, aumenta-se a presença de crianças e adolescentes nas ruas em busca de sobrevivência. Toda a família, inclusive crianças e adolescentes, são obrigados a aceitar subempregos ou ir para as ruas dos centros urbanos em busca de sobrevivência. A situação da criança agrava-se ainda mais:

> *Em matéria de subnutrição, mortalidade infantil e acidentes de trabalho, o Brasil estava entre os primeiros do mundo. Segundo dados de 1975, 72 milhões de brasileiros (67% da população) eram subnutridos. A taxa de mortalidade infantil aumentou não só nas regiões tradicionalmente atrasadas como também na mais industrializadas. Em 1970, de cada 1000 crianças nascidas vivas 114 morriam em menos de um ano, tendência esta crescente nos anos seguintes.*[35]

Para sustentar o desenvolvimento milagroso, bilhões de dólares foram tomados emprestados no exterior; para Mendonça, neste período o país continuava cada vez mais endividado, levando as classes pauperizadas a um estado de vida subumano:

> *Em pleno milagre econômico (1972), 52,5% dos assalariados recebiam menos de um salário mínimo[...]em 1975 para cobrir os gastos básico, considerados mínimos, como nutrição, moradia, transporte, vestuário etc. O trabalhador que, recebe salário mínimo deveria atualmente trabalhar 466 horas e 34 minutos por mês.*[36]
>
> *Por conta das garantias proporcionadas pelo regime político e pela certeza de lucros fabulosos, os bancos internacionais tinham dado sinal verde a liberação de créditos ao" País do milagre" .Em 1969 a 1973 a dívida externa pulou de 4 a 12 bilhões de dólares e continuou crescendo cada vez mais nos anos seguintes. No final da década estava em torno de 60 bilhões de dólares, saltando para 100 bilhões em 1984, uma das maiores dívidas externas do mundo*[37].

A situação das famílias carentes e da classe de trabalhadores é cada vez mais precária; Kowarick esclarece-nos esta situação e revela numerosos estudos sobre favelas em São Paulo, relacionando a falta de oportunidades de emprego, a baixa qualidade profissional, a precariedade e baixa escolaridade dos ex-camponeses. Este autor menciona que, em plena etapa do chamado 'milagre econômico', os militares apresentaram falsas soluções para as questões sociais; mas cada vez mais foi se revelando em toda a sua extensão o despreparo da sociedade brasileira para absorver as

---

[35] HABERT, N. **A década de 70**. São Paulo: Ática, 1994. p. 56.
[36] MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgina Maria. **História do Brasil recente, 1964-1992**. São Paulo: Ática, 1996. p. 17.
[37] Idem., p. 17

profundas transformações. O Estado já não conseguia ocultar-se por detrás do triunfalismo desenvolvimentista; os problemas cada vez mais se agravavam.

E, diante deste quadro, começou a surgir os movimentos sociais que deram origem às associações de moradores e suas reivindicações por melhores condições de vida. Alguns elementos favoreceram a reorganização do povo para buscarem algumas mudanças sociais; entre eles temos: a reabertura política, a anistia, a volta dos exilados, as greves e outros. Mas ainda assim os problemas sociais eram diversos; no dizer de Frontana, este cenário agravou muitas das diferenças inter-regionais, além de agravar as questões sociais:

> *A criação de novos empregos não foi suficiente para absorver grande parte dos trabalhadores que para lá afluíram, o que suscitou o crescimento da população desempregada e desempregada, agravando o quadro da espoliação urbana das classes trabalhadoras. A população empregada continuou a enfrentar condições perigosas e insalubres de trabalho, longas jornadas e baixos salários. Pôr outro lado, as políticas sociais promovidas pelo regime militar, assistencialistas e discriminatórias, não lograram romper o caráter segregador e excludente reinante na ordem social da metrópole [...]. Aglomerar-se em cortiços ou em barracos de favelas que foram desapontando pela cidade, geralmente situada em locais insalubres e de risco, residir em periferias distantes [...]ou ainda sobreviver pelas ruas e praças da cidade, sem ter onde se fixar; essas eram as opções para grande parte da população metropolitana*[38].

A situação de pobreza na década de 1960 e 1970 foi considerada por muitos estudiosos como sendo conseqüência do massivo êxodo rural, rumo às cidades da região Sudeste. Camponeses da região Nordeste e do Norte do país saem de suas terras em busca de melhor condições de vida em algumas capitais brasileiras, principalmente Rio e São Paulo. Este fenômeno ocorre devido às contradições do modo de produção capitalista. Camponeses chegavam para trabalhar, mas não possuíam condições de competição de forma igual com outros trabalhadores da área urbana, restando apenas subempregos, com salários baixos e condições de vida e moradia muito precárias. Quadro este que também irá intensificar os problemas sociais nos centro urbanos.

Diante deste quadro social, o preconceito contra as classes pobres também aumenta, classificando-os como uma classe perigosa. Neste período, surgiram várias concepções de marginalidade e um assustador índice de avanço da criminalidade, de mendicância, de violência e de fervilhamento das atividades informais. Vale a pena citar o trecho mencionado por Arruda:

---

[38] FRONTANA,I.C.R.C. **Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo.** São Paulo: Ed. Loyola, 1999. p. 76.

> *O modo de identificar um delinqüente esta sempre muito mais referido a aspectos próprios das pessoas enquanto membros desses grupos sociais do que à evidencia de delitos cometidos por eles. Na verdade o reconhecimento está essencialmente, no fato de estar desempregado, morar na favela, ser umbandista ou ser analfabeto. São esses os indicio explicitamente admitidos pela sociedade para identificação do criminoso*[39].

Scheneider relata que, após a II Guerra Mundial, o ritmo acelerado de urbanização, provocado em grande parte pelas migrações rurais urbanas, fez com que as populações migrantes fossem se estabelecendo na periferia das cidades, originando várias habitações pobres e precárias, por se localizarem nas margens da cidade; estes conjuntos habitacionais passaram a ser chamados de "bairros marginais" e seus habitantes "população marginais".

Houve uma tentativa por parte do poder público de mudar este quadro, criando construções populares, mas chegou-se à seguinte conclusão, conforme a autora nos relata:

> *Não apenas as moradias das populações marginais eram deficientes, mas toda uma série de condições socioeconômicas e culturais que caracterizavam sua maneira de viver. A escassez de serviços urbanos, as más condições sanitárias, o baixo nível de renda e educação, a baixa qualificação profissional, o subemprego, o desemprego, a anomalia, a desorganização familiar e a falta de participação social*[40].

Em busca de sobrevivência, bandos de crianças e adolescentes procuram os espaços públicos da cidade; crianças maltrapilhas, assediosas, vinculadas ao comércio ambulante ou à mendicância, sem falar dos pequenos furtos e da violência. Com este aumento do número de crianças pela cidade, também aumentou o medo e a insegurança, causando uma sensação de verdadeiro mal estar e de pavor. Segundo Souza,

> *De forma crescente, a rua transformou-se em importante espaço de vivência e sobrevivência para contingentes significativos de crianças e jovens pobres no Brasil. Até o final da década de 70, as políticas públicas formuladas pelos governos militares tentaram manter longe das ruas essas crianças e adolescentes, buscando ocultar do cenário público as péssimas condições de vida em que se encontrava a infância pobre do país*[41].

---

[39] ARRUDA, R. S. V. **Pequenos Bandidos: um estudo sobre a gestação dos menores infratores na cidade de São Paulo.** São Paulo: Global Editora, 1983. p.82

[40] SCHNEIDER, L. **Marginalidade e delinqüência juvenil.** São Paulo: Cortez, 1982. p.28.

[41] SOUZA, A. D. **Capitães do Asfalto: infância e adolescência pobres na cidade de Uberlândia (1985-!995).** PUC/SP , Mestrado em História, 1998. p.39.

O Estado toma medidas de controle para a situação de marginalidade vivida pelo "menor". Entre as tentativas estabelecidas, estavam o modelo correcional dos internatos, patronatos, puventórios e reformatórios. Estas medidas de modelo asilar-carcerário apresentaram-se insatisfatórias nos diversos campos empregados, e muitas vezes multiplicadoras do próprio fenômeno. Sendo assim, a partir do final dos anos 1970, os segmentos voltados para a infância têm a consciência de que, ao invés de trazer as crianças para as instituições, era necessário evitar que elas necessitassem ir para uma.

Em 1976, as classes governantes instauraram uma CPI destinada a investigar o problema do menor carente e abandonada no Brasil. Segundo consta neste relatório, a pobreza e as transformações sociais são apontadas como causadoras da desagregação familiar e, conseqüentemente, da delinqüência infanto-juvenil. Ou seja, os problemas do menor no Brasil são conseqüências do subdesenvolvimento do país. As soluções apresentadas por esta CPI visam apenas medidas de cunho assistencialista: recuperação e promoção social da criança. Direitos Humanos, Cidadania e todos os outros direitos elementares do menor e de suas famílias nunca foram prioridades do Estado.

Em síntese, no decorrer da história, o que se percebe é que a violência e a criminalidade são estimuladas pelas péssimas condições de vida, pelo incentivo ao consumo exagerado, pela falta de oportunidades, analfabetismo, desnutrição, desemprego e serviços precários de saúde. Embora a CPI reconheça esses fatores agravantes, não foi apontada nenhuma forma concreta de resolvê-los, o que se percebe é que mais uma vez há uma tentativa de conter a ameaça aos interesses burgueses:

> *E o mais grave, a taxa de criminalidade vem aumentando nos últimos anos, segundo depoimentos prestados por autoridades abalizadas perante esta CPI. A criminalidade provoca insegurança nas grandes cidades brasileiras: assaltos, furtos, seqüestros: são os crimes mais freqüentes, contribuindo, inclusive para prejudicar o desenvolvimento turístico. Se não forem tomadas urgentes medidas preventivas e de recuperação dos menores infratores, a vida se tornará insuportável para todos nas grandes cidades brasileiras*[42].

É importante mostrar que, diante da falta de emprego nos anos 1970, intensificou-se a exploração do trabalho infantil no Brasil na área urbana. Conforme relata Spindel[43], segundo dados pesquisados por esta autora na PNAD'S de 1978, e

---

[42] Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados. **CPI destina a investigar o problema da criança e do menor carentes no Brasil. A realidade Brasileira do menor; Relatório**. Brasília , Coordenação de Publicações. p.29.

[43] SPINDEL, C. R. **O menor trabalhador: um assalariado registrado.** São Paulo: Nobel, 1985.

apresentados ao Ministério do Trabalho: um em cada seis trabalhadores não tinha completado 18 anos de idade. Além disso, ela menciona a existência de várias bibliografias preocupadas com a questão social e econômica dos menores pobres, em que, de um lado, alguns apontam o trabalho e a disciplina como um importante fator de inserção do menor na sociedade. Outros já consideram que a luta pela sobrevivência diária desenvolve no menor a agressividade e a marginalidade e, conseqüentemente, a criminalidade.

Para Spindel, o trabalho, no geral, tanto informal como a prestação de serviços, comércio ambulante, atividades não remuneradas e outros, são formas de explorar o menor nas mais diversas maneiras, e a causa maior desta exploração é a ilegalidade do trabalho infanto-juvenil. Arruda considera que estas atividades, consideradas criminosas, são forma e oportunidade destas famílias pauperizadas sobreviverem:

> *Desenvolvem um modo de vida baseado na ocupação e transformação do espaço público em espaço econômico privado (ruas são usadas como estacionamento pagos, esquina e faróis de trânsito se tornam pontos de comércio, etc.), transformando a rua num espaço de trabalho. Na medida em que esse trabalho não é reconhecido legalmente essa atuação adquire um caráter de ilegalidade e clandestinidade*[44].

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, as sociedades protetoras das crianças abandonadas perceberam que os mecanismos até então utilizados foram insatisfatórios: o resultado é que, no decorrer dos anos 1980, a presença de crianças e adolescentes nas ruas continuavam a adquirir proporções ainda maiores; crianças maltrapilhas e sujas, apelidadas de *trombadinhas* e *pivetes*, cujos crimes eram notícias em jornais da época.

O Estado tenta desviar o olhar da sociedade para uma questão nacional de segurança, uma nova ameaça vinculada à imagem aterrorizante do "menor infrator" ou "trombadinha", personagem forjado pela sociedade, verdadeiro incômodo para a política, e ameaça para a sociedade; não se tratava de uma simples criança ou adolescente, mas sim de bandidos e marginais em potenciais.

No decorrer dos anos 1980, temos a chamada "década perdida", devido ao baixo crescimento econômico e, conseqüentemente, alta taxa de inflação e de desemprego. Temos a implantação da Nova República e, com isso, os grandes protestos e reivindicações que deram lugar à ditadura do regime militar; chama-se a atenção para

---

[44] ARRUDA, R. S. V. **Pequenos Bandidos: um estudo sobre a gestação dos menores infratores na cidade de São Paulo.** São Paulo: Global Editora, 1983. p.82

a democracia, importância territorial para a cidadania, a crise do BNH, favelas, desemprego etc. No dizer de Telles[45], após 20 anos de governos militares, a nova Constituição trazia a promessa de enterrar de vez o passado autoritário, e fez ecoar em toda a sociedade, pó meio das reivindicações por uma ordem de vida mais justa e igualitária. Diante disso, os poderes públicos assumiram o compromisso de resgatar a dívida social como saída para a crise do país, no entanto, o quadro econômico era muito precário, e as classes menos favorecidas sentiam na pele a desigualdade existente.

Para Rodrigues, nos anos 1980, em cada 1000 crianças nascidas, 100 morriam antes de completar um ano de idade. A autora considera que a baixa qualidade de vida, decorrente da dependência econômica do país e das políticas publicas ineficientes, prejudica as crianças e ainda as tornam vítimas de uma violência explícita e/ou sutil. Rodrigues aponta o quadro econômico de 1980 e os dados assustadores:

> *Em abril de 1985, no governo de José Sarney o país herdara a maior dívida externa do mundo, calculada em US$ 115 bilhões, 70% da qual nas mãos dos bancos comerciais. [...].*
>
> *Segundo a PNAD realizada em 1981, um terço de toda a renda nacional concentrava-se em apenas 5% da população. [...]*
>
> *Do total da PEA 50,9 milhões de pessoas em 1983 62% eram desempregados [...]. Ao longo dos anos 80 , o desemprego tem crescido a níveis alarmantes. Até 1984 atingira uma média de 74% sobre a Pea*[46].

Em outubro de 1988, temos a Constituição, um instrumento que, no dizer de Rodrigues, fora muito exaltado por políticos e imprensa, no sentido de solucionar os males da população; entretanto, ela considera que é "indiscutível que essa Constituição não altera os desequilíbrios sociais e nem garantem que o nela instituído é direito de todos os brasileiros e muito menos que abarcara as tensões próprias dos confrontos democráticos ente as classes sociais"[47].

Vale a pena mencionar mais uma vez o viés de Telles, para quem a década de 1980 foi inaugurada com a promessa de redenção dos dramas da nossa sociedade, mas finalizou com a exposição de uma pobreza imensa, tão grande como jamais vista.

Um fator importante em relação à criança e ao adolescente, sendo importante lembrar, é o Código de Menores, uma legislação de direito e justiça voltado para

---

[45] TELES, V. **Direitos sociais**: afinal, do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 173.
[46] RODRIGUES. **Folha de São Paulo**. 20 março de 1989, Caderno B, p. 6; 5 de outubro de 1988, Caderno Especial, p. 14-16.
[47] Idem, p. 6.

menores. No dizer de Frontana, o Código de Menores foi elaborado em 1927, pelos juristas, e visava combater a delinqüência juvenil. Nele ficava estabelecida a medida a ser aplicada aos menores abandonados. Morelli[48] ainda afirma que, antes do Código, a questão da menoridade no Brasil era tratada no Código Criminal do Império de 1830, e nele a inimputabilidade terminava aos 14 anos, mas poderia ser reduzida de acordo com a capacidade de discernimento do criminoso, deixando-o completamente sujeito à lei. Para Souza, este Código é entendido da seguinte forma:

> *O Código de Menores estava imbuído de uma noção tutelar, repressiva e estigmatizadora da infância e adolescência pobres que norteou a ação de atendimento do Estado e promovendo socialmente a idéia que o universo social de meninos e meninas pobres constituía-se num problema de polícia, de segurança pública.*[49]

Ao longo do processo de redemocratização, ocorrido a partir da Constituição de 1988, houve possibilidades de modificações no sistema de proteção social brasileiro. Algumas destas modificações apontavam para um sistema de políticas mais descentralizado, incorporando a participação popular.

Ocorreram algumas alterações importantes no tratamento voltado ao "menor", a começar pela revogação do antigo "Código de Menores", o que, conseqüentemente, abriu debate para a formulação de um nova lei; este Código vigorou até 1989, quando foi substituído pelo Estatuto da Criança e do adolescente, o ECA.

---

[48] MORELLI, A. J. *A inimputabilidade e a impunidade em São Paulo.* In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.19, nº 37, p.125-156. 1999.

[49] SOUZA, A. D. **Capitães do Asfalto: infância e adolescência pobres na cidade de Uberlândia (1985-!995).** PUC/SP , Mestrado em História, 1998. p.39.

CAPÍTULO II

A SITUAÇÃO DA CRIANÇA CARENTE NO BRASIL MEDIANTE A IMPLANTAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Após a 2ª Guerra mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU), na tentativa de ajudar milhares de crianças órfãs e perdidas, criou o Fundo Internacional de Ajuda Emergencial à Infância Necessitada; surgiu, então, o United Nations International Child Emergency Fund, o UNICEF. Fundado em dezembro de 1946, durante a primeira sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, seu principio básico é "Promover o bem-estar da criança e do adolescente com base em sua necessidade, sem discriminação de raça, credo, nacionalidade, condição social ou opinião política"[50].

Segundo dados históricos, o UNICEF é dirigido por uma junta executiva de 30 membros de nações diferentes, que se reúnem duas vezes por ano para estabelecer normas políticas, programas de prioridades, considerar requisições, distribuir recursos, determinar orçamentos e outras atividades. No Brasil, o primeiro escritório da UNICEF foi instalado em João Pessoa (PB), no ano de 1950. Nos 10 primeiros anos, o UNICEF manteve como prioridade a alimentação complementar por meio de distribuição de leite em pó, além de apoiar projetos governamentais; já na década de 1970, quando os problemas sociais do país se agravaram, a instituição passa a se preocupar com as péssimas condições de vida das crianças das favelas brasileiras.

Com as sucessivas crises econômicas de vários países, estimulou-se o surgimento de novos conceitos para o atendimento das populações carentes; no caso do Brasil, teve-se o reconhecimento de que "...as políticas em favor da infância e juventude deveriam integrar o planejamento econômico e social do país, com ênfase nos programas preventivos"[51].

Aliados a outros setores que já vinham se desenvolvendo, e por meio de campanhas de mobilização nacional que se estendem até os dias atuais, o UNICEF, o Governo, grupos religiosos, empresas privadas e a sociedade em geral têm conseguido reduzir a mortalidade infantil, a desidratação, a poliomielite e outros problemas. Desde 1986, o Unicef tem realizado, com apoio da mídia, a campanha "Criança Esperança",

[50] UNITED NATIONS INTERNATIONAL CHILD EMERGENCY FUND. Disponível em: http://www.unicef.org.br. Acesso em: março de 2002.
[51] Id., 2002.

com o objetivo de arrecadar fundos para investimento em diversos projetos sociais, visando beneficiar mais de um milhão de crianças e adolescentes e, ainda, conscientizar a sociedade e os governos em relação à criança.

A Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1989, oficializou como lei internacional a Carta Magna da Criança, em que os direitos foram também aprovados pela ONU; com isso, os países foram obrigados a repensar as relações estabelecidas com a infância. O Brasil antecipou esta determinação das Nações Unidas, incorporando, na Constituição de 1988, no artigo 227, o conteúdo da Convenção internacional:

> *É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, a saúde, alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão*[52].

O Brasil seguiu as determinações da Convenção das Nações Unidas ao criar uma Legislação Moderna que regulamenta os direitos da infância e adolescência. Conforme a lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, também reconhecido pela sigla Eca, em substituição ao antigo "Código de Menores". Um documento legal, cuja formulação contou com a participação do Governo e de organizações como UNICEF, Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), Pastoral da Criança , Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), universidades e outros.

Na concepção da Lei, o Eca aponta, até então, uma grande vitória na área da infância e juventude, visto que ocorreram diversas mudanças na estrutura legislativa destinada às crianças e aos adolescentes. Uma delas é a terminologia jurídica "menor", que deixa de ser empregada para crianças e adolescentes, por entender que o termo é acompanhado de um sentido discriminatório, ou seja, "menor" é hoje em nossa sociedade uma categoria social que tem pouco a ver com a idade e muito com a condição proletária. O estatuto ainda assegura a proteção integral à criança e ao adolescente, considerando-os sujeitos de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento.

---

[52] CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, art. 227.

Os artigos 4° e 5° do Eca são desdobramentos do artigo 227 da Constituição Federal, já mencionado. Segundo eles:

> *Artig. 4°- È dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.*
>
> *Artig. 5°- Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligencia, discriminação, exploração, violência, crueldade opressão, punido na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais*[53].

Em 1990, representantes de mais de 150 países participaram do Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, realizado em Nova York. Neste encontro, os chefes de Estado se comprometeram a livrar a infância e a adolescência da negligência, do abuso e da exploração. Além disso, ficou estabelecido o cumprimento de sete metas principais e mais 20 metas de apoio, que seriam cumpridas até o ano 2000, em favor da sobrevivência da criança/adolescente.

No Brasil, diversos grupos, no decorrer da história, têm se mobilizado em defesa dos direitos da infância. Desde a promulgação do Eca, e também da reunião da Cúpula Mundial da Criança, tem ocorrido diversas reuniões e campanhas de mobilização, entre elas:

- 1991 - Pacto pela Infância (envolvendo mais de 100 representantes da sociedade civil);
- 1992 - Encontro dos Governadores pela criança (envolvendo 24 governadores). Renato Aragão (Didi) vira embaixador da UNICEF;
- 1994 - Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil;
- 1995 - Campanha Contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil;
- 1997 - Criança e Cidadania;
- 1998 - Marcha Global contra o Trabalho Infantil. Prêmio Sócio Educativo (cujo objetivo é consolidar medidas sócio-educativas previstas no ECA). O país que queremos;
- 1999 - Criança no Lixo nunca mais. Campanha nacional do Registro Civil;

---

[53] Id., 1988. art. 4°. e 5°.

•2000- Dez anos do ECA (avaliar resultados e projetar metas);

•2001- Diga Sim pela criança.

Todo este empenho da sociedade não tem conseguido mudar a realidade da criança; o que se percebe é que há uma distância entre intenção e gesto, entre lei e realidade aplicada. No dizer de Rosa:

> *Para promover o direito a uma vida digna para todas as crianças/adolescentes, não se pode esquecer que o modelo atual de desenvolvimento econômico favorece estruturalmente a manutenção de privilégios e não de direitos. Mesmo que a nova lei seja um instrumento fundamental, na revisão deste modelo, é importante ressaltar que isoladamente ela é inócua para tarefa tão ampla*[54].

Na prática, o poder público tem investido pouco na área social; seus investimentos, na verdade, se subordinam a interesses econômicos. O resultado é um crescente aumento da população carente de recursos para sobreviver. Em abril de 2002, o ministro Paulo Renato declarou à imprensa que "apenas 1/3 das metas estabelecidas durante a Convenção sobre os Direitos da Criança (1990), forma alcançadas pelo Brasil"[55] . Ou seja, 12 anos após a Convenção estabelecer as 27 metas para a proteção e o desenvolvimento infantil, estimada para o ano 2000, o Brasil se encontra na seguinte situação, conforme o Paulo Renato:

> *...atingiu apenas nove metas e cumpriu parcialmente onze... Conseguiu erradicar a poliomielite, reduzir o sarampo e ainda a cobertura acima de 90% da população alvo nas campanhas de vacinação. Mas não conseguiu cumprir as metas de erradicação do trabalho infantil e não conseguiu melhorar o atendimento dos adolescentes infratores*[56].

A situação da infância brasileira, ao longo da história, tem passado por mudanças e consideráveis avanços, mesmo diante de uma Legislação moderna, que enfatiza o respeito, a dignidade e a cidadania das crianças e dos adolescentes. A problemática do menor tem se revelado como um fator longe de ser solucionado. Mediante os índices de pesquisa, reportagens da mídia, bem como da presença constante de crianças nas ruas, pode-se concluir que nossas crianças têm sido vítimas de uma sociedade que cada vez mais tem negado-lhes direitos nacionais e internacionais. Marcilio ainda considera:

---

[54] ROSA. Isa Maria F. **Crianças e adolescentes:** necessidades e direitos. Guará: Pontifica Universidade Católica de São Paulo. 1994. p. 32.
[55] RENATO. Paulo. 2002. Disponível em: www.politicaspublicas.com.br. Acesso em: dezembro de 2002.
[56] RENATO. Paulo. Id.

> *A miséria e a pobreza são, por si só, atentados e barreiras para a concretização dos direitos humanos [...] No Brasil a violação dos direitos Humanos e dos Direitos da criança é um fato diário, embora o país tenha sido capaz de elaborar um dos códigos mais paradigmáticos, sobre os direitos da criança, o Eca, na realidade a infância brasileira, longe está de ser a prioridade absoluta que a Constituição proclama*[57].

O Estado tem se mostrado inoperante e incapaz de mudar o perfil da desigualdade social. Seu papel, na verdade, tem sido limitado a priorizar os interesses políticos e sociais das elites. Os investimentos não têm beneficiado as populações carentes. Em 1994, ocorreu a Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento (CIPD), por meio da qual a ONU divulgou um relatório determinando quais as medidas a serem aplicadas para a redução das desigualdades, promovendo o desenvolvimento do milênio; nele consta que "A desigualdade entre ricos e pobres persiste, sendo a pobreza, a falta de saúde e as taxas de fecundidade mais elevadas nos países mais pobres, onde a população triplicou desde 1955, devendo triplicar novamente nos próximos 50 anos"[58]. Consta também, neste documento, algumas metas para serem alcançadas até 2015, entre elas a redução da pobreza e da fome no mundo, da mortalidade materna e de crianças e dos casos de Aids. Mediante este documento, o economista brasileiro Ricardo Paes de Barros, (apontado como uma das maiores lideranças mundiais no tema de pobreza e desigualdade social), fez a seguinte declaração à imprensa em 2002:

> *Essa meta para o Brasil é pouco arrojada...deveríamos estar preocupados não apenas com a Extrema pobreza, mas sobretudo com a pobreza. São considerados indigentes no país aqueles que recebem abaixo de R$ 50 per capita/mês, o que representa 12% da população. Enquanto isso 33% dos brasileiros são considerados pobres, ou seja, um terço do país não tem condições de atender suas necessidades básicas, além de nutrição. Acabar com a extrema pobreza é fácil, difícil é atacar a pobreza*[59].

Para Ricardo Paes de Barros, o caminho para acabar com a pobreza no país não está no crescimento econômico e sim na redução da desigualdade social. Sendo assim, ele considera que é preciso criar uma política social que atinja os pobres e não apenas as classes médias. Mediante isso, vale a pena citar mais um terço do relatório da ONU:

> *No Brasil, quase um terço da população vive com até meio salário mínimo per capita. Em termos absolutos são cerca de 49 milhões de pessoas. Se se acrescentam a este grupo as pessoas sem rendimentos, chega-se à estimativa de 54 milhões de pessoas*

---

[57] MARCILIO, Maria Luiza. A lenta construção dos direitos das crianças brasileiras –século XX. 2002. Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br/bilbiografia/mluiza.html. Acesso em dezembro de 2002.
[58] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico. 2000. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: março de 2004.
[59] BARROS, Ricardo Paes de. **Isto é**. Rio de Janeiro, n. 1705, p. 10-11, 5 de junho de 2002.

> *que podem se consideradas "pobres". Também dentro do país as diferenças são acentuadas: no Nordeste a proporção de pessoas que vivem com até um salário mínimo é de quase 51%, enquanto no Sudeste não chega a 18%*[60].

Em dezembro de 2003, o UNICEF também lançou um relatório sobre a situação Mundial da Infância; em uma lista de 195 países, o Brasil ocupa em ordem decrescente a 93ª colocação entre os países que apresentam os piores índices de mortalidade de crianças com menos de cinco anos. Mesmo diante do Eca, o UNICEF considera que "...ainda hoje no Brasil, crianças e adolescentes têm seus direitos violados por suas etnias, sua situação econômica e social, sua situação de domicílio"[61].

A miséria tem acompanhado a história brasileira; Marcilio aponta alguns índices relacionados à questão da desigualdade social e da infância brasileira, conforme trecho abaixo:

> *Na base dos problemas sociais, obviamente está a questão grave da pobreza. Segundo o UNICEF, 90% da população urbana e 34% da população rural brasileira estão abaixo do nível da pobreza absoluta (menos de ½ salário mínimo, por pessoa). O Brasil é campeão mundial em pior distribuição de renda entre as 150 nações analisadas*[62].

Segundo os dados da ONU, uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre o tema pobreza brasileira revela que, nos últimos 10 anos (1990-2000), não houve progresso na diminuição das desigualdades, conforme a seguinte afirmação: "10% da população mais rica concentram 46,7% da renda do país e 10% mais pobres detém 1% do total"[63]. O que resulta em um total de 50 milhões de indigentes no Brasil, com uma renda inferior a R$ 50,00 por mês. E, mesmo para a população assalariada, a situação não é muito favorável, pois o Comitê da ONU considera que o salário mínimo não é suficiente para garantir um padrão de vida suficiente para os trabalhadores e suas famílias. Diante deste quadro, há um consenso entre IBGE, ONU e FGV, quando apontam uma tendência de aumento da pobreza no Brasil para os últimos anos devido ao efeito da crise econômica.

O conceito de pobreza é muito complexo e envolve muitos fatores, tais como o econômico (material) e fatores sociais. Além disso, a pobreza tem sido distribuída de forma desigual. De acordo com o relatório da ONU, "cerca de 1/3 dos brasileiros vivem

---

[60] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Apud INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: dezembro de 2003.
[61] O ESTADO DE SÃO PAULO. 2002. Disponível em: www.estadao.com.br. Acesso em: abril de 2004.
[62] Id., 2002.
[63] Id., 2002.

em condições precárias, os jovens, as mulheres, e os negros formam os grupos sociais com maior incidência de pobreza"[64].

A desigualdade social, a econômica e até mesmo a política, tem atingido de forma nociva as famílias brasileiras e, conseqüentemente, as crianças e os adolescentes. Segundo o IBGE, em 1990 mais da metade da população infanto-juvenil brasileira (58,2%) era pobre. E entre eles podemos avaliar que grande parte de famílias sobrevive graças ao trabalho destas crianças. A revista *Veja* lançou uma matéria com o tema *Como salvar nossas crianças*, no qual a questão da infância é apontada como o 3° problema agudo que tem acometido o país; e ainda relata o seguinte:

> *O desafio consiste em oferecer futuro digno aos 20 milhões de crianças e adolescentes que estão crescendo na pobreza e no abandono [...]. Segundo dados do IBGE, 40% das crianças brasileiras entre zero e 14 anos vivem em condições miseráveis, ou seja, a renda mensal familiar não passa de metade do salário mínimo. Quase todas as crianças brasileiras têm hoje acesso ao ensino elementar, mas pouco mais da metade chegará a 8ª série.Uma em cada seis ingressa no mercado de trabalho antes de completar 15 anos*[65].

Segundo dados do IBGE (2000), das 43,3% milhões de pessoas de 5 a 17 anos, 5,4 milhões trabalham. Este índice se torna ainda mais grave frente ao fato de o Eca proibir o trabalho antes dos 14 anos, a não ser como aprendiz. A proporção de crianças trabalhando em atividades agrícolas é maior na medida em que diminui a idade delas, conforme os dados de 2002: "60% das crianças de 5 a 14 anos ocupadas exerciam alguma atividade agrícola. Dentro do grupo de 5 a 9 anos, esse percentual foi de 75,6% e no de 10 a 14 anos, é de 57,3%"[66]. Segundo a pesquisa suplementar da PNAD, realizada pelo IBGE em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre as crianças que trabalham, 1/3 delas cumprem jornada integral (40 horas ou mais por semana). Afirma, ainda, que 48,6% não possuem nenhuma remuneração; 41,5% ganhavam até meio salário mínimo, ou seja, 77% das crianças e adolescentes ganhavam um salário mínimo ou menos.

O estatuto é claro quanto a normatização do trabalho infantil; no entanto, a população infanto-juvenil continua exercendo atividades insalubres, com imensa jornada de trabalho; mais da metade das crianças/adolescentes que exercem atividades agrícolas (51,2%) utilizavam produtos químicos, máquinas, ferramentas ou instrumentos para realizaremos trabalho. A lei proíbe o trabalho da criança/adolescente;

---

[64] Id., 2002.
[65] **Veja.** Ano 32, n. 38, ed. 1616, p. 116-117, 22 de setembro de 1999.
[66] Id. 2002.

sendo assim, ao exercerem o trabalho de forma ilegal ou clandestina, os patrões reduzem seus salários, não assinam carteiras e, com isto, os jovens não são protegidos pelas leis trabalhistas. Com a implantação do Eca, o índice de trabalho infantil tem diminuído em comparação com os anos anteriores, graças a campanhas de conscientização da população, realizadas por entidades como o OIT, e que podem ser visualizadas em artigos como este do jornal Estadão (11/03/04):

> *Mercosul lança campanha unificada contra o trabalho infantil. [...] A campanha foi desenvolvida com apoio financeiro da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ela será veiculada em rádios e TVs, além de contar com a distribuição de cartazes e adesivos [...] apesar de estar longe de erradicar o trabalho infantil, o Brasil vem conseguindo resultados nesta área. no período de 1992 à 2002 houve redução de 47,78% na taxa de trabalho na faixa de idade de 5 a 14 anos. Em 1992 somava 4.111.217 o número de crianças e adolescentes trabalhando. Esse número caiu, em 2002 para 2.146.855*[67].

Avanços têm sido alcançados graças à mobilização social de entidades do governo e da sociedade civil; mas, frente à grave situação de desigualdade social, nossos jovens são obrigados a contribuírem para a manutenção da família e deles próprio. Liberati chama-nos a atenção para o fato de a legislação ser enfática ao disciplinar e proteger o trabalho da criança e do adolescente, citando a seguinte argumentação do ministro Mozart Victor Russomano:

> *O menor de hoje será o trabalhador adulto de amanhã. Por sua pouca idade por seu incipiente desenvolvimento mental e orgânico, a lei trabalhista lança mão de todos os meios ao seu alcance a fim de evitar desgastes exagerados em seu corpo (...) só dando ao menor o que ele merece , defendendo a formação de seu espírito e a constituição de seu corpo é que a sociedade poderá contar com homens úteis a sis mesmo e a comunidade.*[68]

Mediante esta argumentação, há o questionamento sobre o real empenho das classes governantes em preservarem a criança/adolescente do trabalho precoce. Tendo em vista a manutenção da mão de obra e, conseqüentemente, a permanência e a defesa dos seus interesses, fazemos nossas as palavras de Kowarick:

> *Tudo leva a crer que os grupos marginais não obstante as transformações ocorridas no processo de acumulação, continuam desempenhando o papel de exercito industrial*

---

[67] O ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: www.estadao.com.br. Acesso em: abril de 2004.
[68] RUSSOMANO. Mozart Victor. apud LIBERATI. Wilson Donizeti. **O estatuto da criança e do adolescente, comentários**. Rondônia: IBPS. 1991. p. 20-21.

> *de reserva e que este papel é decorrente do movimento contraditório básico e necessário que opõe o trabalho ao capital*[69].

O trabalho precoce priva a criança de seus direitos básicos, tais como o lazer, o brincar, o convívio familiar e as amizades. Além disso, muitas vezes envolvem atividades que podem prejudicar a saúde e a formação da criança. No meio rural, encontram-se crianças e adolescentes cortando cana, colhendo algodão, laranja e utilizando produtos químicos, ferramentas e máquinas para o trabalho. E, nas cidades, a maioria cuidam de carros, catam papéis e latas, vendem objetos e alimentos, desenvolvem as chamadas atividades informais, também consideradas pelo poder publico como ilegais. O trabalho infantil acaba por comprometer a escolaridade e o desenvolvimento da criança. De acordo com o Eca, em seu Art. 53, "A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I- Igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola"[70]. Mas o que temos visto acontecer com as crianças e os adolescentes pobres do país é que o sistema de educação e, conseqüentemente, o Eca, "têm oferecido um sistema de proteção social homogêneo limitado e sem favorecimentos que promovam a equidade"[71]. Visto que as diferenças e as necessidades entre as crianças e adolescentes muitas vezes não são respeitadas, Connell avalia que:

> Crianças vindas de famílias pobres são, em geral, as que têm menos êxito se avaliadas através dos procedimentos convencionais de medida e as mais difíceis de serem ensinadas através dos métodos tradicionais. elas são as que têm menos poder na escola, são as menos capazes de fazer valer suas reivindicações ou de insistir para que suas necessidades sejam satisfeitas, mas são, por outro lado, as que mais dependem da escola para obter sua educação[72].

Connell ainda considera que os sistemas educacionais modernos têm causado o fracasso das crianças pobres no âmbito educacional. Sendo assim, estes jovens estarão em desvantagem para a vida adulta profissional. O Censo Demográfico de 2000 mostra que, apesar da quase universalização do acesso à escola das crianças de 10 a 14 anos,

---

[69] KOWARICK, Lúcio, apud SCHNEIDER, Leda. **Marginalidade e delinqüência juvenil**. São Paulo: Cortez, 1982. p. 39.

[70] ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/MINISTÉRIO DA SAÚDE/MINISTÉRIO DA CRIANÇA/PROJETO MINHA GENTE. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Ministério da Criança/Projeto Minha Gente, 1991. p. 25.

[71] ROSA, Isa Maria F. **Crianças e adolescentes:** necessidades e direitos. Guará: Pontifica Universidade Católica de São Paulo, 1994. p. 128.

[72] CONNELL, R. W., apud APPLE, Michael, W. **Pedagogia da exclusão:** o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 11.

ainda existem mais de um milhão (5,9%)s de crianças analfabetas, 92% dos jovens de 15 a 19 anos das famílias mais pobres terminam o primeiro ano, mas apenas metade completa o quinto ano. Dos 5,5 milhões de crianças de 5 a 17 anos que trabalhavam no país, mais de um milhão delas não freqüentavam a escola por trabalharem mais de 40 horas semanais. O relatório da ONU ainda apresentava um outro fator de desigualdade: a questão racial, pois dentre os jovens de 15 anos ou mais vindas de famílias pobres, temos 8,3% de cor branca; 21,5% se declaram de cor preta ou parda; 26,1% eram indígenas e 4,9% eram de cor amarela (asiáticos e descendentes). As taxas de analfabetismo têm caído para todos os grupos de cor em relação a outros anos, mas ainda são duas vezes mais elevadas para as crianças pretas ou pardas (8,5% a 9,9) do que para as brancas (3,0 %). A pesquisa ainda revela que, em geral, as taxas de analfabetismo entre as meninas é mais baixa do que entre os meninos.

Além das dificuldades impostas pela falta de recursos para a sobrevivência, as dificuldades de aprendizagem e a discriminação, as crianças/adolescentes ainda se deparam com restrições relacionadas ao sistema educacional, como a elevada taxa de reprovação, a evasão, a entrada tardia e também a defasagem entre a idade e a série escolar correspondente. Os dados do IBGE revelam a existência desta defasagem dentro da rede de ensino público e a rede particular, conforme a seguinte assertiva:

> *As percentagens de estudante de 7 a 14 anos de idade que não freqüentavam a série adequada à idade ainda eram altas em 2000, mas o índice de defasagem era muito mais elevado na rede pública [...] na medida em que aumenta a idade, aumenta significativamente as diferenças entre as taxas. O maior hiato ocorre para as crianças de 13 anos: enquanto 27,1% das que estudavam em escolas particulares estavam defasadas, este percentual atingiu 65,7% entre as crianças da rede publicas*[73].

Na medida em que aumenta a idade, aumentam também a inquietação e a busca por experiências, conhecimento, dinheiro e uma série de fatores que nem sempre são encontradas no contexto familiar e/ou escolar, o que faz com que estes jovens procurem as ruas. Bandeira et al. avalia a situação destes meninos frente à escola da seguinte forma:

> *Eles não são escolarizados também porque o discurso da escola esta muito distanciado de sua realidade. As cartilhas têm propostas ingênuas para o seu amadurecimento, os professores falam de valores como o bem e mal, honestidade e desonestidade, que são relativos e circunstanciais para essa clientela e a escola faz*

[73] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico. 2000. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: março de 2004.

> *exigências de coportamentos, bastante diferentes daqueles construídos pela sua cultura de grupo psicossocial*[74].

As desigualdades, no Brasil, também envolvem questões geográficas e tendem a se agravar ainda mais nas regiões mais pobres, como o Norte e o Nordeste, ou em municípios cuja localização e tamanho não são favoráveis. Um exemplo disso pode ser visto em um artigo da Folha de São Paulo, no qual se afirma que "Os dados relativos a 2002 mostram que os Estados do Sul e do Sudeste, os mais ricos são privilegiados no número de instituições cadastradas e no valor do repasse a que recebem do ministério por meio da rede SAC (Serviços de Ação Continuada)[75]". A reportagem foi realizada com base na pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e foi constatado que, nas regiões Sul e Sudeste, as instituições são mais organizadas, com Conselhos da Criança e do Adolescente, conforme manda o Eca, conseguindo, assim, a liberação de maior verba. No entanto, a pesquisa mostra que o nº de crianças abrigadas nas regiões Norte e Nordeste são maiores: "A média nacional é de 30 crianças por abrigo, o número é superior no Norte (média de 51,4) e no Nordeste (50,6), só não ficam abaixo da média nacional o Sudeste (22,6) e o Sul (21,4)"[76].

Mesmo diante de um conjunto de leis avançadas, o Eca não tem conseguido proteger as crianças e os adolescentes de questões tão enraizadas na sociedade brasileira: a desigualdade social e a pobreza. O mesmo jornal apresenta um perfil da criança abrigada, segundo eles "A maioria (51%) das crianças que estão em abrigos da cidade do Rio só encontra nesta situação por falta de condições materiais da família de cuidar dela ou da incapacidade do Estado de oferecer serviços que permitam aos pais trabalhar enquanto alguém cuide dos filhos[77]". Este artigo desmantela a idéia de que os maiores números de crianças abrigadas são vítimas da violência física; o que comprova ainda mais são os dados da pesquisa realizada pelo Conselho Municipal de São Paulo, em parceria com outras entidades, no qual se percebe que: "77% das crianças abrigadas ainda têm vinculo com a família, e 42% delas estão no abrigo por um período entre dois anos e 13% por um período entre seis anos e dez anos"[78]. Frente a isto, vale a pena

---

[74] BANDEIRA, D. KOLLER S. H. et al. O cotidiano dos meninos de rua de Porto Alegre. 1994. XVII INTERNACIONAL SCHOD PSCYCHOLOGY COLOQUIUM. Tomo II.. **Anais...** Campinas: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL, 1994. p. 133-134.
[75] FOLHA DE SÃO PAULO. **Jornal Folha de São Paulo**. 16 de agosto de 2003. p. C3.
[76] Id., 2003.
[77] Id., 2003.
[78] Id., 2003.

citar a frase usada por Enio Rocha (do IPEA), "...o dado mostra que por trás da criança abandonada, há também uma família abandonada"[79].

Nos anos 1990, a política econômica do país seguiu o modelo neoliberal, que tem sido mantida pelos demais governos. Esta nova política tem se espalhado pelo mundo, e ganho novos contornos. No Brasil, a postura neoliberal na área social é evidenciada no corte dos gastos sociais, eliminando-se os programas sociais, e também na descentralização para nível local. Em síntese, podemos dizer que

> *A intervenção do Estado, só pode ocorrer quando se faz necessário oferecer um mínimo para aliviar a pobreza ou na produção de serviços sociais que não interessam ao setor privado, (e ainda, nos serviços sociais que são da apropriação coletiva). Os programas e a proteção destinados ao trabalhador, aos excluídos do mercado e aos pobres são vistos como fatores que impedem a livre iniciativa e a individualidade, desestimulando a competitividade*[80].

Baseado nesta argumentação, percebe-se uma espécie de impotência do Estado frente à resolução dos diversos problemas sociais que se acumulam em nossa sociedade. Presume-se que a política neoliberal tenha se efetivado graças aos avanços tecnológicos, o que gerou uma "liberdade" de mercado e, conseqüentemente, uma competitividade. Na interpretação de Guareschi, o pressuposto do neoliberalismo é o de que a competitividade é o caminho para se alcançar o progresso; no entanto, ele denuncia que "a competitividade exige a exclusão de alguns e o privilegiamento de outros, para que sejam estabelecidos parâmetro de oposição que vão forçar as pessoas, na competição, a ter de lutar para não serem rejeitadas e excluídas"[81]. Todavia ele afirma que esta competitividade não ocorre apenas no mercado, mas também nas relações humanas, na quais há uma luta pela sobrevivência e pelo progresso individual. Mediante esta relação de competitividade, exclui-se o outro, e milhões ou bilhões de seres humanos.

Nesta perspectiva, as classes sem recursos financeiros, privadas de poder, sem a proteção do Estado e com acesso a precários serviços públicos, encontram-se nesta disputa de forma desigual e injusta. A falsa liberdade do Estado neoliberal não apenas exclui milhões de pobres, mas também procura justificar a exclusão, não no sistema,

---

[79] ROCHA, Enio, apud FOLHA DE SÃO PAULO. **Jornal Folha de São Paulo**. 16 de agosto de 2003. p. C3.

[80] GOMES, Darcilene Cláudio. **Políticas sociais da década de 90:** o programa Comunidade Solidária e a permanência das desigualdades sociais. 1999. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Departamento de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 1999. p. 65.

[81] GUARESCHI, Pedrinho A., apud SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**; análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 146.

mas sim no indivíduo. Forja-se na sociedade personagens considerados descartáveis e ou desnecessários para a nossa economia, verdadeiros bodes expiatórios. E a eles são atribuídos os males da marginalização, e o risco social.

A hierarquia do espaço social é um dispositivo usado pelos governantes ao longo da nossa história. Frente a isso vale a pena recordar o pensamento focaultiano:

> *A burguesia não dá a menor importância aos delinqüentes, a punição ou a reinserção deles, que não tem economicamente muito interesse. Em compensação do conjunto dos mecanismos pelos quais o delinqüente é controlado, seguido, punido, reformulado ressalta para a burguesia um interesse que funciona no interior do sistema econômico, político geral*[82].

No entender de Jose Roberto da Silva, a Febem ainda existe porque

> *Ela é um cabide de emprego de um grande número de assistentes social. Para comprovar isso vimos que foi só o governador tirar a Febem da alçada da Assistência Social e a secretária pediu exoneração, demonstrando que a principal política dessa Secretaria era manter esse monstro que mantém nossos adolescentes sem uma política educacional e de reinserção social*[83].

A entidade encarregada de aplicar a política de atendimento ao menor, antes do Eca, era a FUNABEM, esta, porém, foi substituída pela Fundação Centro Brasileira para Infância e Adolescência (FCBIA). Na perspectiva de Nogueira, esta mudança não passou de uma "...simples substituição de sigla ou órgão, enquanto, na verdade, o problema do menor continua sendo tratado, em todas as esferas, com o mesmo desinteresse, a despeito de merecer real atendimento e prioridade"[84].

O Eca distingue as penalidades a serem aplicadas ao menor infrator, conforme consta no artigo 112. Frente a isto, podemos analisar a aplicabilidade e também os resultados e as conseqüências na vida dos jovens. Uma entidade que tem sido questionada quanto à possibilidade e eficiência de recuperar os menores, tem também recebido duras críticas pelo trabalho realizado com os menores em suas unidades. Recorrendo à mídia, podemos encontrar algumas reportagens que elucidam as freqüentes rebeliões ocorridas nos pavimentos da FEBEM. Artigos como este, que falam do complexo Franquinha, onde crianças e adolescentes que cometeram crimes graves e reincidentes são abrigados:

---

[82] FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 39.

[83] SILVA, José Roberto da. **NEPPAL**. 2001. Disponível em: www.geocities.com/fecharfebem/gtnm-05122001. htm. Acesso em: janeiro de 2002.

[84] NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. São Paulo: Saraiva, 1991. p. 56.

> *O complexo conhecido como "Franquinho" da FEBEM em Franco da Rocha, na grande São Paulo, registrou ontem a maior fuga em massa de sua história e uma das maiores da instituição. Dos 285 internos que estavam no complexo 109 (38,2%) conseguiram escapar em circunstancias ainda não esclarecidas [...]. Em abril do ano passado, 121 adolescentes fugiram da unidade 30 do complexo Franco da Rocha- já desativada. O recorde de uma fuga em massa na Febem foi registrada em 1999, quando 644 adolescentes escaparam do complexo Imigrantes, também já desativada, de uma só vez [...] a unidade 25 registra o maior número de irregularidades, de acordo com a Promotoria da Infância e Juventude*[85].

A reportagem ainda menciona que a polícia investiga se não houve facilitação de fuga pelos funcionários. Segundo depoimento de um interno, os funcionários incentivam os jovens a se rebelarem, e chegam até a entregar chaves de compartimentos onde estão alojadas facas e objetos que podem ser usados em rebeliões. Após a fuga dos menores, a polícia militar recapturou 25 deles em um prédio em construção e, segundo o tenente-coronel Wanderlei Mascarenhas (comandante da PM), "eles estavam todos sujos e não reagiram"[86].

Mediante a afirmação de Mascarenhas, podemos ver a existência de uma imagem negativa, forjada em cima do menor infrator. Uma construção que o coloca sempre como o "bandido perigoso", "o delinqüente" e "o infrator". Comforme uma pesquisa realizada pelo Instituto Latino Americano das Nações Unidas (Ilanud), envolvendo o depoimento de 2.100 adolescentes em conflito com a lei, a sociedade tem uma imagem deturpada dos infratores e acha que eles são mais perigosos e violentos do que são na realidade. O mesmo estudo ainda considera que, devido a esta imagem distorcida, tem piorando a situação dos menores:

> *Traz problemas na hora de executar políticas públicas, incha as unidades da Febem, aumenta a sensação de medo da população, faz com que ganhem força na opinião pública argumentos favoráveis ao rebaixamento da idade penal e suscita críticas equivocadas ao Eca, que ainda não é aplicado na totalidade*[87].

Mediante esta pesquisa, podemos suscitar várias questões importantes para este trabalho, entre elas o papel da mídia frente à situação da infância e da juventude brasileira. Papel este interpretado por Mello da seguinte forma:

> *Emissores e receptores de imagens e de idéias não trocam apenas informações. Uns*

---

[85] FOLHA DE SÃO PAULO. **Jornal Folha de São Paulo**. 30 de março de 2004. p. C5.
[86] MASCARENHA. W., apud FOLHA DE SÃO PAULO. **Jornal Folha de São Paulo**. 30 de março de 2004. p. C5.
[87] O ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: www.estado.estadão.com.br/imagens/dotclear. Acesso em: março de 2004.

> *agem sobre os outros [...] a mídia tem dono, é paga. Um jornal possui não só leitores como anunciantes. A publicidade move o mundo da mídia e a torna poderosa. O conteúdo informativo tem que respeitar o perfil do seu publico, ou forjar um perfil para ele. O mesmo acontece com o rádio e com a televisão. Portanto temos aí já uma dúvida razoável quanta a neutralidade desses meios de comunicação*[88].

A violência, atualmente, tem acometido toda a sociedade e, muitas vezes, tem sido realizada por crianças e adolescentes nos grandes centros urbanos. Como o Eca considera os menores de 18 anos inimputáveis, alguns segmentos da sociedade lutam pela redução da idade penal, utilizando-se de recursos da mídia, buscando legitimar o menor infrator. Frente a isso, o papel da mídia acaba sendo o de divulgadora de crimes cometidos por crianças e adolescentes, de forma a influenciar as opiniões da sociedade. Um exemplo disso foi a grande divulgação realizada em cima do crime bárbaro, ocorrido em Embu-guaçu, envolvendo um menor de 16 anos:

> *Crime reabre debate sobre a maioridade penal. O assassinato dos namorados Liana Friedenbach,16, e Felipe Silva Caffé,19, em Embu-Guaçu (grande São Paulo), num crime liderado por um menor de 16 anos, segundo a versão da polícia, reacendeu a discussão no país sobre a redução da maioridade penal*[89].

Este crime foi notícia não somente nos artigos de jornais, mas também estavam presentes em grande parte dos programas de televisão, por vários dias. Um exemplo disto foi a apresentadora Hebe Camargo que, em audiência, chegou a falar que desejaria entrevistar o menor culpado pelos crimes e, que se deixassem, ela mesma o mataria. A repercussão do crime abriu o debate de vários representantes e segmentos da sociedade, entre eles:

> *O arcebispo metropolitano de São Paulo, dom Cláudio Hummes, afirmou ser contra uma decisão apressada sobre a redução da maioridade penal. Segundo ele, a pressão por medidas enérgicas para melhorar a segurança pública é grande mas, ainda assim, não se deve reagir em cima de emoções.*
>
> *O presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho), ministro Francisco Fausto, defendeu a redução da maioridade penal para 16 anos sob a alegação de que um jovem com essa idade já tem consciência do que esta fazendo*[90].

O presidente do TST ainda declarou que "...a quantidade de crimes bárbaros

---

[88] MELO, Sílvia Leser de. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**; análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 137.

[89] FOLHA DE SÃO PAULO. Crime reabre debate sobre a maioridade penal. **Jornal Folha de São Paulo**. 15 de novembro de 2003, p. C1.

[90] Idem, 2003, p. C1.

cometidos por menores está aumentando e que algo precisa ser feito rapidamente"[91]. Entretanto, segundo dados da Secretaria Nacional de Direitos Humanos:

> *Dos 345 mil infratores e criminosos do Brasil, 17,4% (+ ou- 60 mil) são adolescentes. No Rio de Janeiro o número de adolescentes que cumprem medidas educativas é de 744. Desses apenas 1% respondem por delitos graves. Em São Paulo a Secretaria de Segurança indica que 3,3% dos jovens infratores foram responsáveis por crimes graves*[92].

E mais, de acordo com o promotor de Justiça do Rio de Janeiro, Ebenezer Salgado Soares, cerca de 85% dos 5 mil internos da Febem são acusados de roubo. Outras infrações mais cometidas são: "o furto (13,65%), lesões corporais (9,29%), direção sem habilitação (8,98%), porte ilegal de armas (8,32%), porte de droga (6,37%), receptação de roubo (4,89%) e tráfico de drogas (3,81%)"[93].

A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) realizou uma pesquisa na Mídia que aborda a maneira como ela, a imprensa, aborda a questão da infância. Foram analisados 769 textos publicados em jornais no ano 2000, e conclui-se que o jornalista tende a ignorar o direito da criança, seu desenvolvimento pleno, reproduzindo visões assistencialistas que não levam a soluções. E, ainda, de acordo com o diretor de planejamento, foi realizado um levantamento em 1998 e 2000, no qual se mostrava que a cada quatro matérias analisadas nos jornais, três defendiam a redução penal e medidas sócio-educativas mais severas. Já em 2000, de cada quatro matérias a metade manteve um teor mais conservador. A ANDI apresenta ainda alguns dados sobre os crimes cometidos por menores privados de liberdade, entre os delitos temos:

> *43,6% são delitos de roubos e furtos, 27,7% homicídios e maus tratos, 8,7% aliciamento pelo tráfico de drogas e 15,6% diverso (porte de armas, descumprimentos de medidas sócio-educativas). De 2.100 adolescentes privados de liberdade apenas ¼% cometeram crimes contra a vida. Entre estes 89,6% não concluíram o ensino fundamental e 66% vem de famílias com renda de até dois salários mínimos.*[94].

No entanto, segundo a OAB de São Paulo, uma pesquisa brasileira revela que 89% da população brasileira aprova a redução da idade penal. A taxa demonstra que a população não conhece o estatuto, cria-se uma idéia errônea de que o Eca dá margem à

---

[91] FOLHA DE SÃO PAULO. **Jornal Folha de São Paulo**. 15 de novembro de 2003. p. C1.
[92] SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: www.ibase.org.br/cgi-cgilua.exe/sys/start.htm. Acesso em: março de 2004.
[93] O ESTADO DE SÃO PAULO. 29 de março de 2002. Disponível em: www.estado.estadão.com.br/-imagens/dotclear. Acesso em: março de 2004.
[94] ANDI. Mapeamento nacional da situação das unidades de execução de medida de privação de liberdade e o adolescente em conflito com a lei. Setembro/Outubro de 2002. Disponível em: www.andi.org.br. Acesso em: 2002.

impunidade; do ponto de vista de Ariel de Castro, o Eca já responsabiliza os adolescentes pelos seus atos, e o Ministério Publico tem aumentado o tempo de permanência do adolescente em regime de internação ele ainda explica:

> *A lógica do estatuto não é de contenção é sim de reeducação. Uma pesquisa feita pela OIT, demonstrou que há um grande número de crianças de 8 a 12 anos atuando no tráfico. È cada vez menor a idade de ingresso no mundo do delito. Para esses casos, o que a sociedade vai propor? Assim, um dia teremos berçários presidiários*[95].

A situação da criança e do adolescente pobre têm sido caótica; os menores em conflito com a lei tem crescido, a reclusão nas instituições de correção tem sido alvo de muitas críticas, pois não mostram resultados positivos: pelo contrário, na maioria das vezes favorece a formação de uma identidade criminosa. O jornal *O Estado de São Paulo* mostra um pouco da realidade destes menores, que são encaminhados para uma Unidade de Atendimento Inicial (UAI) para, posteriormente, serem encaminhados ou não para o sistema de internação. Consta no artigo que

> *A inadequação do sistema policial as regras do Eca [...], somadas ao desconhecimento do que diz a lei, conduzem a determinação e de recolhimento dos jovens na UAI de forma incorreta [...] A passagem pela unidade de instalações precárias e insalubres costuma ser traumática. Superlotada a UAI tem capacidade para 62 jovens, mas já chegou a abrigar centenas. Para não perder o controle, monitores exigiam que os adolescentes passassem os dias sentados no chão, vendo televisão. A noite, até três jovens chegavam a dividir um único colchão. Para resolver a questão, a justiça determinou que os infratores ficassem em distritos policiais por cinco dias. Eles têm ficado mais tempo*[96].

O jornal ainda mostra que a interpretação da lei ainda não é unânime entre os juízes; em alguns casos, eles decidem em favor da criança ou da comunidade, ao invés de seguir o estatuto. Em uma pesquisa realizada entre os jovens que passavam pela UAI de junho de 2000 a abril de 2001, 52% nem se quer precisavam ter passado pela experiência, pois eram acusados de atos leves. Como exemplo, temos os seguintes delitos:

> *O adolescente M.A.S.O, de 14 anos, foi parar na Fundação Estadual do Menor (FEBEM), porque em liberdade assistida em Suzano, foi acusado de roubar duas balas de côco. M.J.M de 15 anos, está internado pelo furto de um carrinho cheio de azulejos, de um cemitério em Lorena, já E.C.N, de 17 anos, acabou na instituição porque, com problemas psiquiátricos e deficiência auditiva e de fala, ficou nervoso e*

[95] CASTRO. Ariel. O ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: www.estado.estadão.com.br. Acesso em: março de 2004.
[96] O ESTADO DE SÃO PAULO. 9 de julho de 2002. Disponível em: www.estado.estadão.com.br. Acesso em: março de 2004.

agrediu a mãe com uma vassoura[97].

Mediante isto, o artigo ainda considera que o Eca deixa claro que "a internação na FEBEM é medida excepcional, no entanto, muitos adolescentes ainda são internados por falta de políticas públicas integradas de apoio aos jovens..."[98], e ainda denuncia que muitos juizes não tem dado créditos às medidas de meio aberto. Tanto o regime de liberdade assistida, ou semi-liberdade, poderia beneficiar estas crianças; no entanto, na maioria das vezes, elas são encaminhadas para a Febem, onde convivem com outros infratores mais experientes e com uma ficha criminal bastante extensa, o que acaba por multiplicar os "criminosos".

Outra importante vantagem de se evitar a internação dos menores é que, assim, pode-se evitar que eles se tornem mais uma vítima das torturas ocorridas nas unidades de correção. As agressões sofridas pelos adolescentes foram denunciadas na imprensa e, na maioria das vezes, se apontam os funcionários da instituição como o agressor, fato que, na maioria das vezes, não são apurados. Veja o que diz este artigo:

> *O Ministério Público de Franco da Rocha (Grande São Paulo) denunciou 39 funcionários e ex-funcionários da FEBEM, pelo crime de tortura [...] Esse é o décimo processo para apurar suposta tortura de internos na fundação desde 2000. Agora são 155 pessoas denunciadas pelas Promotorias Criminais de São Paulo e Franco da Rocha [...] um funcionário foi denunciado por espancar um interno e depois obrigá-lo a tomar banho gelado para disfarçar os hematomas*[99].

No dizer da reportagem, percebe-se que, além da tentativa de esconder as marcas da agressão, funcionários envolvidos chegaram a subornar os adolescentes com cerveja e churrasco para, em troca, não denunciá-los em seus depoimentos, realizados fora da Febem. Todavia, com o retorno à unidade, os mesmos jovens voltaram a serem espancados por outros funcionários com socos pontapés e golpes com barras de ferro e pedaços de pau.

Mesmo diante da proteção instituída pelo Eca, a violência contra as crianças e os adolescente tem ocorrido ao longo o tempo. É o que mostra estes dados:

---

[97] O ESTADO DE SÃO PAULO. 9 de julho de 2002. Disponível em: www.estado.estadão.com.br. Acesso em: março de 2004.
[98] O ESTADO DE SÃO PAULO. 9 de julho de 2002. Disponível em: www.estado.estadão.com.br. Acesso em: março de 2004.
[99] FOLHA DE SÃO PAULO. **Jornal Folha de São Paulo**. 27/03/2004. p. C3.

ANO	INSTITUIÇÃO	OCORRÊNCIAS
2000	UI 17 – Tatuapé	13 funcionários denunciados por tortura em maio de 2000. Foi a primeira denúncia por este tipo de crime da FEBEM.
2001	Internato Parada de Taipas	4 funcionários denunciados por tortura em julho.
	UI 27 – Raposo Tavares	18 funcionários denunciados por tortura e 2 diretores por omissão. 40 internos teriam sido espancados.
	UAP 1 Imigrantes (desativada no final de 1999)	22 funcionários denunciados por tortura. A denúncia foi apresentada em março de 2002.
2002	UAP Pinheiros (desativada em 2000)	21 funcionários denunciados, abril de 2002
	UI 32 – Parelheiros (desativada em 2002)	14 funcionários tiveram prisão preventiva decretada em agosto de 2002 por tortura e formação de quadrilha. 4 foram presos na época.
	UI 30 – Franco da Rocha (desativada em 2003)	1 funcionário foi denunciado em outubro de 2002 por torturar um interno e depois obrigá-lo a tomar banho gelado para disfarçar os hematomas.
	UI 31 – Franco da Rocha	7 funcionários foram denunciados por tortura em novembro de 2002. 45 internos teriam sido vítimas de agressão em julho.
2003	UI 31 – Fraco da Rocha	13 funcionários foram acusados de tortura em maio de 2003. 1 diretora foi denunciada por tortura culposa (omissão). 1 jovem perdeu o baço e o outro teve um braço quebrado.
	UI 30 – Franco da Rocha (desativada em 2003)	39 funcionários denunciados por tortura em novembro, mas o Ministério Público só foi notificado da decisão em fevereiro deste ano.

QUADRO 01 – As denúncias de tortura na FEBEM.

FONTE: Folha de São Paulo, 27 de março de 2004, p. C3.

ORG.: FERREIRA, Rosane Neves; 2004.

Neste quadro, podemos visualizar que muitos destes estabelecimentos foram desativados após as denúncias; entretanto, entre uma denúncia e uma apuração com penalidades para os envolvidos, há uma distância imensa. Um exemplo disto é a denuncia de sessão de torturas ocorridas em agosto de 2000, na qual "...dos 39 denunciados pelas sessões de torturas [...], 19 deles ainda trabalham na Febem e convivem com os internos [...] nenhuma sindicância foi aberta na época para apurar o

caso, e nenhum funcionário foi punido pelos episódios"[100].

Quando um adolescente é liberto do sistema de internação, muitas vezes tenta procurar uma forma de reinserção na sociedade, temendo nova internação. Contudo, as dificuldades de se conseguir um emprego, devido ao estigma de infrator, e diante das dificuldades financeiras, eles tendem a voltar para o crime. A realidade vivida por estes menores é mostrada por Arruda em um trecho em que menciona o relato de um funcionário da FEBEM ao conduzir um adolesce saído da FEBEM, de volta para casa:

> *Eu fui levar um menor que, puta, eu fiquei, com nojo, eu no lugar daquele menor fugia no mesmo dia. Epa, olha aí, tá vendo? [...] porque o esgoto da favela atravessava o quarto do menor. Pó, como é que pode? (atravessava o quarto do meno?). O quarto [...] a casinha dele. Aquele barraco ali, a cozinha, a sala, o quarto era aqui ali mesmo, certo? E choveu, então transbordou então, sujeira mesmo, vazamentos de casa. Que colocavam até uma tábua dentro da casa, mas vinha mais, então tinha que deixar passar a chuva, sabe como é? Pra depois então limpar tudo*[101].

Ele ainda conclui: "quer dizer este menor vai ficar lá? Tem menor que já levei umas dez vezes, sabe o que eles fazem? Eles fogem"[102].

Fuga, na maioria das vezes, é para as ruas, lugar onde eles vão procurar alguma atividade lucrativa como pedir esmolas, vigiar carros, prostituir, roubar ou furtar, usar e ou traficar drogas. Uso de drogas por adolescentes também é um fator que nos chama atenção, visto que ameaçam a própria sobrevivência deles. Segundo um levantamento feito pela Secretaria Estadual de Segurança, em 2002, no Rio de janeiro, das 3.993 vezes prenderam adolescentes, 2.152 vezes foi por porte ilegal de armas de fogo, e 969 vezes por tráfico de drogas. No tráfico de drogas, os jovens vêem a possibilidade de adquirir renda; o uso de armas os atraem por tornar-se uma forma de poder, sem esquecer do estilo do "malandro" que atrai um jovem que largou cedo os estudo para viver nas ruas. Mario Volpi, oficial de projetos do UNICEF, explica o papel do Eca frente ao uso de drogas, e ainda denuncia a falta de estabelecimentos voltados para atender os jovens envolvidos com as drogas:

> *O estatuto tirou o consumo de drogas por crianças e adolescentes do campo jurídico e o passou para o campo da saúde [...] em vez de prender, confinar e castigar, a idéia agora é obrigar o Estado a criar programas especializados em três áreas principais: a*

---

[100] FOLHA DE SÃO PAULO. **Jornal Folha de São Paulo**. 27/03/2004. p. C3.
[101] FUNCIONÁRIO DA FEBEM, apud ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. **Pequenos bandidos:** um estudo sobre a gestação de menores infratores na cidade de São Paulo. São Paulo: Global, 1983. p. 103.
[102] ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. **Pequenos bandidos:** um estudo sobre a gestação de menores infratores na cidade de São Paulo. São Paulo: Global, 1983. p. 103.

prevenção, o trabalho pedagógico, e o setor terapêutico[103].

Com a falta de prioridades oferecidas aos jovens, resultam os constantes assassinatos envolvendo adolescentes; as causas são as mais variadas, como brigas de gangues, overdoses, disputas, ação policial e dívidas de drogas, AIDS, e muitos outros fatores. Veja o perfil destas pequenas vítimas no trecho abaixo:

> *Pobres, jovens criminosos morrem anônimos, mortes não despertam interesse da mídia e de militantes, ao contrário de casos na classe média [...] Eles quase não aparecem na mídia, diferentemente de vítimas pertencentes à classe média, meninos de rua assassinados pó grupos de extermínio e cidadãos comuns, de vários grupos sociais, mortos por balas perdidas ou ela brutalidade policial.Vítimas sem glamour, os adolescentes e jovens pobres envolvidos com o tráfico de drogas e outras formas de criminalidade não têm sequer parentes, dedicados a cultivar sua memória e a buscar justiça. Tampouco recebem apoio dos militares de causas sociais. Acabam morrendo no quase anonimato, "desovados" em lixões da periferia ou em ruas das comunidades mais pobres. São adolescentes que se matam como feras e morrem como moscas, virando apenas mais um número nas contas da assustadora taxa de homicídios do país. A polícia é responsável por parte dessas mortes. Mas, na maioria dos casos, os assassinos são os próprios jovens criminosos*[104].

A desigualdade social, a falta de bens materiais (não apenas de sobrevivência), a falta de afetividade, a violência, a corrupção, o favoritismo e a desqualificação profissional, são alguns dos fatores que contribuem para o quadro mencionado acima. Ao longo da história, têm ocorrido diversas denúncias de violência contra o menor, envolvendo policiais. Todavia, o que se torna mais assustador é o grande número de crianças e adolescentes mortos pela polícia, o que nos leva a pensar na continuidade dos "esquadrões de morte" ou "grupos de extermínio". Um exemplo real disso foi o crime ocorrido em 1993, na Candelária:

> *Julho de 1993, no pátio da igreja da Candelária, no centro do rio de Janeiro, oito meninos de rua, são exterminados e um gravemente ferido. As investigações esclarecem que tratavam de mais uma ação praticada por policiais militares, entre eles um tenente e dois soldados*[105].

Os assassinatos de menores têm ocorrido com uma espantosa freqüência, e o pior é a omissão das autoridades, favorecendo a impunidade dos autores. Frente a isto, em 28 de maio de 1991, a Câmara dos Deputados instaurou uma Comissão

---

[103] O ESTADO DE SÃO PAULO. 9 de julho de 2000. Disponível em: www.estado.estadão.com.br. Acesso em: março de 2004.
[104] O ESTADO DE SÃO PAULO. 9 de julho de 2000. Disponível em: www.estado.estadão.com.br. Acesso em: março de 2004.
[105] **Isto é**. Rio de Janeiro. 28 de julho de 1993. p. 48.

Parlamentar de inquérito (CPI), destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil. A investigação durou oito meses, sendo ouvidos 115 depoentes, classificados como autoridades e sociedade; segundo o relatório, tratavam-se de "...pessoas que tinham algo a dizer, sabiam alguma coisa concreta sobre o exterminio de crianças e adolescentes"[106]. Entre os depoimentos classificados como mais significativos, destaco estes:

> *Os meninos de Vitória, são presos pelo simples fato de perambularem pelas ruas, ou por terem nascido pobres e pretos.ter passagem pela polícia não significa dizer que são criminosos. Quase todas as crianças de rua, até mesmo aquelas que trabalham lá em Vitória, têm passagem pela polícia, e isso porque são feitas Blitzes pelos comissários de menores e policiais para limpar a rua, tirar o lixo humano.*
>
> *De 81 casos de exterminio em geral pesquisados em 1991, até junho, 74 eram negros e 30 tinham apenas 18 anos.*
>
> *No Recife foram registrados na imprensa os seguintes números do exterminio de crianças e adolescentes: 1987-46; 1988-54; 1989-83; 1990-72 em 1991-11 casos até junho. A vitima tipica é negra,pobre, sexo masculino, que busca nas ruas sobrevivência ou a complementação da renda familiar.*
>
> *Os meninos têm sido assassinados a tiros, com armas de grosso calibre e com uma violência muito grande. Porque a maioria dos meninos tem sido violentados, até suas cabeças decepadas.*
>
> *Há indícios de que grandes poderes econômicos e políticos estejam por trás desses crimes, financiando grupos organizados, formados por policiais, ex-policiais, traficantes e criminosos em geral*[107].

Os depoimentos citam vários estados brasileiros. Os crimes ocorreram antes e também após a implantação do estatuto. A forma como as vítimas são apanhadas e executadas podem ser visualizadas nestes depoimentos de dois exterminadores:

> *Matar menor é a coisa mais fácil em Vitória. Eles são apanhados à noite, quando estão dormindo no mercado da Vila Rubim. A gente chega e diz que é do Juizado de Menores, (eles) não se assustam e entram nos carros. Para matar menor infrator o preço cobrado é de 1 milhão. A clientela não é pequena, normalmente só pessoa com bom nivel social, que se sente prejudicada pelos pivetes [...]. Essas pessoas são orientadas por policiais a nos procurar.Diz ter matado 115 pessoas: e acha que foi mais gente, pois não podia passar um dia sem matar. Acrescenta que tinha um cemitério particular em casa. Era a polícia que fornecia as armas: escopetas, metralhadoras doze. A gente matava guiado pela polícia. Diz que vai continuar*

---

[106] BRASIL. CONGRESSO. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes**; relatório final. Relatora: Fátima Pelais. Presidente: Rita Camata. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 1992. p. 32.

[107] Id., 1992, p. 32-33.

matando quando sair da prisão porque matar para ele já virou alimento[108].

Os depoimentos e as denúncias são diversificados, a maioria envolve crianças e adolescentes pobres, moradores de favelas e das ruas. Jovens considerados pelas elites e pelo poder público como marginais em potencial e, por isso, uma ameaça para a sociedade. Por presumirem que estes jovens se desviaram da normalidade estabelecida pela sociedade, atribui-se a eles a antecipação de um futuro marginal. Como se o crime, a ameaça e a desonestidade pudessem ocorrer apenas entre as classes pobres.

É inegável que esta CPI do menor tenha feito grandes esforço para apurar de forma íntegra e investigativa os crimes contra as crianças. Diferente da CPI de 1975 (CPI do Menor Abandonado), na qual as crianças e adolescentes eram vistos juridicamente como menores irregulares, menores em perigo moral, delinqüentes ou menores expostos, para então se tornarem crianças e adolescentes em desenvolvimento, sujeitos de direitos. Com isto, os problemas relacionados a eles deixam de ser caso de polícia, para se tornarem questões para a política pública, tendo o jovem como uma prioridade.

Por intermédio da última CPI, alguns avanços e mudanças ocorreram nesta questão, e também em outras, combatendo-se a impunidade e protegendo legalmente crianças e adolescentes. Entretanto, esta batalha ainda não foi vencida e podemos constatar isto nas várias formas de agressão com a qual a criança e o adolescente são vitimados.

Ao analisarmos um dos estados considerados mais pobres do país, segundo o IBOPE e o UNICEF, podemos ver um crime que tem chocado a opinião pública, por deixar as asquerosas marcas da maldade humana. Um crime que mostra como as crianças pobres são tratadas com desrespeito e descaso nas mais diversas regiões do país. Ocorrido no começo da década de 1990, e estendido até 2003, diversos meninos foram assassinados e seus órgãos genitais cortados, veja o trecho da reportagem:

> *As vítimas eram meninos pobres, alguns deles, no momento em que foram mortos, trabalhavam para sobreviver, vendendo bolos ou refrescos. Outros, chegavam a procurar alimentos nos lixões em bairros da periferia de São Luís, capital do Maranhão. Até o momento, 21 meninos forma brutalmente assassinados e todos tiveram os órgãos genitais arrancados, o que poderia levar à suspeita de sacrifícios em rituais satânicos*[109].

Devido à impunidade e à omissão das autoridades locais e nacionais, duas

[108] A TRIBUNA DE VITÓRIA, apud id., 1992, p. 34.
[109] **Plenitude**, Universal Produções, n. 82, ano 22, p. 42, fevereiro de 2002.

entidades não governamentais que atuam no encaminhamento de denúncias de violação dos direitos humanos, o Centro de Justiça Global e o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Marcos Passerini (CDMP), encaminharam uma petição à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), para apurarem os assassinatos de crianças na região. Depois de tomar conhecimento dos assassinatos, a OEA decidiu abrir um processo contra o Brasil. Segundo a reportagem, só após a pressão do OEA, das entidades civis e da imprensa, foi que a governadora enviou uma carta ao ministro da justiça autorizando a investigação pela Polícia Federal das 21 crianças. O jornal também lançou a seguinte reportagem:

> *O mecânico de bicicleta Francisco da Chagas Rodrigues de Brito,39, confessou a autoria de mais três mortes de meninos no caso que ficou conhecido como "garotos emasculados do Maranhão", aumentando para 20 o número de assassinatos que teria praticado entre 1991 e 2003 [...] em pelo menos 18 desses 20 assassinatos, de acordo com a polícia, as crianças foram emasculadas com requinte de crueldade*[110].

Mesmo após as mudanças ocorridas com a CPI e o Eca, crianças e adolescentes continuam vítimas das mais diversas formas de violência. Crimes que muitas vezes não são apurados, caindo em descaso e impunidade. A pesquisadora Silvia Mello considera que, na investigação destes crimes, existe quase sempre uma noção de que a vítima é suspeita, tratada mais como réu do que como vítima. Mediante isso, "a probabilidade de haver responsabilização penal em homicídio de criança é de adolescente é de 1,72%".

Quando deparamos com crianças nas ruas, mendigando ou furtando, imaginamos quase sempre que se trata de crianças moradoras de rua e abandonadas pela família. Sendo assim, quando elas aparecem mortas logo se imagina que se tratava de mais um menor infrator. Mas Silvia Mello aponta alguns dados sobre alguns assassinatos de crianças, que a imprensa tem ignorado

> *Em São Paulo, no ano de 1995, 2137 jovens de ambos os sexos e com idades entre 10 e 24 anos, forma assassinados [...] não causam mais nenhum impacto sobre a opinião pública, pois acontecem , predominantemente, na periferia e nos bairros populares de São Paulo [...] quem são essas vítimas?[...] a maior parte desses jovens pertencia ás camadas mais pauperizadas da população. a maioria das vítimas, não se encontrava em situação de abandono, nem estavam ligados a práticas ilegais, os jovens vitimados por homicídios não faziam parte do contingente dos chamados "meninos de rua" ou*

[110] FOLHA DE SÃO PAULO. 30 de março de 2004. p. c4.

seja, possuiam domicilio fixo e emprego regular.[111]

Mesmo em relação a crianças e adolescentes considerados de rua, a maioria deles ainda possui vínculos com a família. É o que consta em uma pesquisa realizada pelo SOS crianças de São Paulo: segundo eles, 69% dos meninos carentes entrevistados dormem em casa, e de manhã fogem para as ruas. A Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de São Paulo informa que 94% dos infratores moram com a família.

A escolha pelo anonimato das ruas geralmente é uma opção forçada, visto que eles encontram em casa diversas situações que impedem a convivência com a família. Situações que envolvem a miséria, a violência física e sexual, a exploração do trabalho, a impossibilidade de acesso aos bens da sociedade, o uso de drogas pelos pais e muitos outros fatores, que Hannah Arendt interpreta no trecho abaixo:

> *A criança por necessitar ser protegida do mundo, tem como lugar tradicional a família, cujos membros adultos retornam do mundo exterior e se recolhem à segurança da vida privada entre quatro paredes. Essas quatro paredes entre as quais a vida familiar privada é vivificada, funciona como um escudo contra o mundo e, sobretudo contra aspecto publico do mundo. Toda vez que esta é permanentemente exposta ao mundo sem a proteção da intimidade e da segurança, sua qualidade vital é destruida*[112].

Em um universo de estatísticas sociais brasileiras, os números relacionados à violação dos Direitos da Criança tem aumentado para ambos os sexos. A análise deste trabalho não tem como objeto de estudo a diferenciação entre os sexos das crianças e adolescentes. Mas ainda assim se faz necessário apresentar um dado relativo às meninas e às adolescentes carentes do país. Refiro-me ao "pornitorismo infantil", que também tem crescido nas diversas regiões brasileiras, principalmente em regiões mais pobres. Segundo a revista *Isto É*, o tráfico de adolescentes para a prostituição se tornou mundialmente conhecido, e tem deixado o Brasil com um destaque entre os países exportadores de mulheres, crianças e adolescentes para a América e para a Europa. Mais uma vez a organização OEA, o Centro de estudos de Referência da Criança e do Adolescente (CECRIA) e outras entidades não governamentais, elaboraram uma pesquisa onde mostra a existência de tráfico de adolescentes pobres da Amazônia para a Venezuela, Guiana e Bolívia. O tráfico é feito por via terrestre, onde a fiscalização é mínima: "Um comércio que vem crescendo assustadoramente com a conivência de

---

[111] CASTRO, Myriam apud MELLO, Sílvia Leser. A violência urbana e a exclusão dos jovens. SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

[112] ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 236.

policiais e de outras autoridades do estados do Amazônia, que fornecem para as quadrilhas carteirinhas de identidade com a idade das adolescentes, adulterada"[113].

Estas meninas são conduzidas para boates da América Latina, onde irão trabalhar, segundo a reportagem; este tráfico tem atraído para o país quadrilhas de traficantes da Espanha e de outros países da Europa. O tráfico vem ocorrendo desde 1955 e somente veio à tona depois que a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente de Manaus recebeu várias denúncias das mães. Segundo o relato de algumas adolescentes resgatadas, elas eram mantidas em regime de escravidão, a maioria foi seduzida pela chance de melhorarem de vida, veja o relato: "O André ele me enganou. Ele me falou que eu ia ganhar muito dinheiro trabalhando como garçonete. Mas ao chegar na boate ficava presa num quarto escuro só recebia comida se atendesse os clientes"[114].

Estas meninas são recrutadas nos colégios, algumas começam a fazer programas com apenas 12 anos e, muitas vezes, se tornam usuárias de drogas, passando a se prostituírem para manter seus vícios. Trata-se de mais uma parcela de crianças e adolescentes que se encontram em situação de pobreza, violência e falta de perspectiva de uma vida melhor. Com a necessidade de arranjarem comidas, roupas e com a falta de assistência da família e do Estado, elas se tornam alvos dos "exploradores da miséria".

[113] Isto é, Rio de Janeiro, 5 de junho de 2002, n. 1705, p. 41.
[114] Id., 2002, p. 41.

CAPITULO III

DESENVOLVIMENTO E ASSISTENCIALISMO NO ESPAÇO URBANO

O Sonho de Toda Criança

O sonho de toda criança é ter um amigo
Que fale e entenda o que eles estão sentindo
O sonho de toda criança é ter esperança
De um lar bonito que possa estar
O sonho de toda criança é ter a certeza
Que o lixo e a rua não é seu lugar
O sonho de toda criança é ver uma mão estendida
Dizendo para casa nos vamos, nos vamos voltar

Comunidade de Nilopólis

Uberlândia (MG), assim como a maioria das cidades brasileiras, teve seu crescimento alicerçado em uma determinação positivista de "Ordem e Progresso", um lema introjetado pelas classes hegemônicas no imaginário popular. A palavra "ordem" está presente nos discursos das classes dominantes que, por sua vez, comprometem-se a manter a segurança publica, os bons costumes e até mesmo a moral. A qualquer desvio, a ordem estabelecida é explicada como desvio da formação moral e, por isso, deve ser reprimido antes que contamine nocivamente a sociedade e, principalmente, acabe prejudicando o "progresso". As elites apresentam uma proposta moralizante e disciplinar, sobreposta em uma idéia de progresso mas, na verdade, um progresso que não beneficia a maioria da população, e sim perpetua os privilégios econômicos desta categoria e exerce o domínio por intermédio da disciplinarização social.

Em meados do século XIX, o crescimento da cidade é baseado na ideologia burguesa e disciplinar do trabalho, única forma moral e justa de produção de riquezas; portanto, a ociosidade, a mendicância e muitos outros fatores sociais são condenados pela sociedade. Nesta perspectiva, as classes dominantes utilizam-se de dispositivos sociais que têm a função de vigiar, controlar, excluir, disciplinar e até mesmo ocultar qualquer conduta desviante que ameace seus interesses.

Localizada no coração do Brasil, a oeste do Estado de Minas Gerais, em plena região do Triângulo Mineiro, Uberlândia está no centro da junção de seis capitais nacionais, o que a beneficia geograficamente e reforça sua posição comercial. É a 8ª cidade em arrecadação de tributos Federais e a 3ª do estado de Minas Gerais em arrecadação de tributos Estaduais, sendo uma cidade de porte médio, que comanda o desenvolvimento da região do Triângulo. Foi fundada em 31 de agosto de 1888; em princípio do século XX, a região era conhecida como "Boca do Sertão" ou "Sertão da Farinha Podre" mas, a partir de 1924, começou a surgir as primeiras indústrias na cidade e, ao longo de sua história, Uberlândia conseguiu se projetar como uma das mais progressivas cidades de Minas, e um dos maiores centros econômicos da região Centro-Sul.

Sua economia é voltada para a agropecuária, criando-se as chamadas agroindústrias, armazenagens de grãos e distribuição de parte da produção agrícola, o que favoreceu a implantação de um complexo industrial de grande importância na região mineira e um centro atacadista de grandes proporções em nível de América Latina. Uberlândia é, sem sombra de dúvida, a cidade que mais se desenvolveu na região. O grande salto de seu desenvolvimento ocorreu a partir da década de 1950, e seu crescimento está ligado ao processo de urbanização ocorrido no país entre 1950-1980, quando as cidades de médio porte, de 50 a 500 mil habitantes, tiveram um grande crescimento populacional.

Segundo dados do IBGE, entre 1950 e 1970 as cidades com mais de 500 mil habitantes contribuíram com 48% da população urbana nacional, e as cidades consideradas de médio porte alcançavam apenas 19% do crescimento nacional. Entretanto, no início da década de 1980 ocorre uma inversão deste crescimento, em que o primeiro grupo se restringiu à metade do crescimento, enquanto que o segundo grupo passou a contribuir com 49% do acréscimo populacional do país.

Uma série de fatores favoreceu o crescimento de Uberlândia; entre eles podemos destacar a busca e a mudança das indústrias por cidades de médio porte, em busca de terrenos mais baratos, mercado consumidor e melhor qualidade de vida; o desenvolvimento de São Paulo, com que Uberlândia mantinha/mantém uma estreita relação econômica; a política governamental de atração de investimentos para outras regiões executadas no governo Vargas, prestigiando a cidade com recursos federais. E ainda o incentivo à construção de estradas de rodagem que interligou a região do triângulo ao Centro Oeste e ao Centro Sul brasileiro, a transferência da capital Federal

para o Planalto Central, ou seja, a construção de Brasília, que acabou por colocar Uberlândia como ponto obrigatório de entrecruzamento de várias regiões com Centro Oeste do país, a modernização do campo a partir de 1970, a instalação de empresas atacadistas na década de 1960 e a definição de novos gigantes de secos e molhados a partir de 1970, como Martins Comércio e Exportação, Armazém do Comercio, Peixoto e outros. Segundo Machado,

> *Outro fator relevante para o desenvolvimento econômico desta cidade nos últimos trinta anos foi a política de descentralização industrial do eixo São Paulo/Rio que tornou possível a transferência de grandes complexos industriais, como a Souza Cruz a Daiwa do Brasil Têxtil/LTDA, a Fujiwara, Pepsi-cola e outros que somados as iniciativas do capital local e regional, puderam concretizar a implantação do seu pólo industrial*[115]

O desenvolvimento e crescimento da cidade têm ultrapassado a média nacional; na década de 1970 o ritmo de crescimento foi de 6,69% a.a; na década de 1980 de 3,54% a.a; e, entre 1991 e 2000, foi de 3,54% a.a; valores que estão acima da média Estadual, com 1,4% a.a entre 1991 e 2000, e também da nacional com 1,6% (Fonte: Pesquisa da UFU para a PMU). A cidade é diversificada e repleta de possibilidades; no entanto, sua edificação e crescimento atende a interesses hegemônicos por meio da dominação e da exclusão das classes menos favorecidas. As elites político/econômicas da cidade utilizam-se de recursos da mídia para a construção de títulos que falam do dinamismo da cidade, designações como a de "Metrópole do Triângulo", "Portal do Cerrado" e "Cidade Jardim". Discursos elaborados, que visam atrair capital para a cidade.Veja-se, por exemplo, esta matéria do jornal local:

> *Situada a 550 quilômetros de Belo horizonte, com 506 mil habitantes. Uberlândia se destaca entre os municípios que conseguem um bom equilíbrio entre desenvolvimento e qualidade de vida. É o 3º na arrecadação de impostos e esta entre os que mais crescem em Minas, tanto na população quanto na economia. O desenvolvimento continuo sustenta-se principalmente na localização privilegiada no coração do Brasil Central, facilitando o acesso a todos os Estados brasileiros. [...] Uberlândia consolida -se como um pólo de turismo de eventos e negócios, recebendo milhares de pessoas por mês. Em resposta a essa demanda oferece bons hotéis, cinco empreendimentos estão em construção diversificada em restaurantes, facilidade de transporte e de comunicação. [...] A vocação para reflete também no setor educacional que conta com*

---

[115] MACHADO, Maria Clara Tomaz. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês:** assistência social institucionalizada (Uberlândia – 1965 a 1980). 1990. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1990. p. 26.

seis novas escolas particulares, de ensino superior que vem somar se somar a UFU, e o Centro Universitário do Triangulo (UNIT)[116].

Discursos como este também têm colocado a cidade como receptora de contingentes migratórios de todo o país, que saem à procura de melhores condições de vida. Como prova disso, tem-se o grande crescimento populacional ocorrido na cidade, o que também evidencia um crescimento basicamente urbano, já nas áreas rurais ocorreu um decréscimo da população; sendo assim, em 1970 quase 90% dos habitantes já estavam urbanizados e, desde 1991, a taxa de urbanização é de 97,6%. Veja o quadro:

ANO	POULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	TOTAL
1960	71.717	16.565	88.282
1970	112.662	13.450	126.112
1980	231.583	9.384	240.967
1991	358.166	8.896	367.082
2000	488.270	12.218	500.488

QUADRO 02 - Índice demográfico de Uberlândia/MG – 1960 a 1970.
FONTE: IBGE- Censo demográfico (1960-1991), e preliminares do censo Demográfico de 2000.

Entre os anos 1960 e 1980 o crescimento populacional simplesmente triplicou e, com isso, começa a haver sérios problemas nas formas de ocupação do espaço urbano; para uma grande parte dos pesquisadores locais, parece haver um consenso no fato de que a maior parte dos problemas urbanos locais foi causado pelo contingente de migrantes, incidindo uma falência estrutural, social e econômica para a cidade. Para Campos, desde 1960 já é possível vislumbrarmos os problemas sociais decorrentes do processo migratórios. O sistema político e social da cidade não conseguiu acompanhar o crescimento das demandas; conseqüentemente, surgiram vários problemas no cenário da cidade, tais como: mendicância, a figura do menor carente, o aumento da criminalidade, a intensificação de favelas. Estes problemas foram reconhecidos pelo poder público e pelas elites e podem ser visualizados na imprensa em matérias como a seguinte, do Jornal Triângulo:

> *...em 1985, Uberlândia recebeu 3.512 migrantes. Passados 10 anos, esse número deu um salto assustador 8.251 migrantes foram cadastrados na cidade no ano de 1995, sem contar que esse ano o número continua crescendo. Essa leva de pessoas dentre elas, mendigos, muitos deles profissionais, deficientes mentais, alcoólatras, idosos abandonados, menores e itinerantes, vêm para o município em busca de uma oportunidade de trabalho. A maioria não possui nenhuma qualificação profissional,*

[116] Correio, 31 de agosto de 2002.

> *têm baixa escolaridade e estão desempregados. Resultado: favelamento, miséria, fome, violência urbana, tráfico de drogas, meninos de rua*"[117].

Mesmo frente ao reconhecimento das dificuldades inerentes do processo migratório, a imprensa não deixa de exaltar a cidade; no trecho abaixo, podemos visualizar o reconhecimento dos problemas sociais; mas, rapidamente, estes problemas são ofuscados pelo brilho da cidade modelo:

> *Uberlândia paga o preço do progresso com um dos mais altos índices de criminalidade de Minas, mas ainda assim oferece boa qualidade de vida atestada principalmente pelo baixo índice de mortalidade infantil, (12 mortes por mil habitantes) e sustentado por uma excelente infra-estrutura 100% da população conta com água tratada, rede de esgoto e energia elétrica, e mais de 90% moram em ruas asfaltadas*[118].

Por meio dos discursos das elites governamentais de Uberlândia, percebemos que o seu desenvolvimento ocorre pela série de fatores mencionados, mas, sobretudo graças à construção do discurso das classes governamentais, no dizer de Machado, o desenvolvimento se dá "também pela capacidade da classe dominante de articular e põe em prática todo um discurso político 'do progresso e da ordem'"[119].

Mediante o aumento populacional, a intensificação dos problemas sociais e a precariedade da política social, é necessário implementar dispositivos de controle, evitando o confronto entre as classes sociais, e mantendo a imagem ordeira e progressiva da cidade, além de defender os interesses burgueses. Percebe-se, com isso, que há uma incessante busca pelo progresso, fazendo-se necessário introjetar uma idéia moral de ordem e de trabalho (honesto e digno) são meios legais para se conquistar o progresso, garantir a cidadania e a realização pessoal. Para Machado, este discurso moral está evidenciado nas práticas disciplinares e também nos grandes projetos, entres os quais:

> *identificados nas lutas por estradas, pela viabilização do Distrito Industrial, por uma Universidade Federal, pela sede do 36º Batalhão da Infantaria, por sediar grandes centros armazenadores de grãos, por uma arquitetura faustosa de cimento armado, expressa no estádio de futebol, no shopping center e outros*[120].

---

[117] O Triângulo, 15 de maio de 1996.
[118] Correio, 31 de agosto de 2002.
[119] MACHADO, Maria Clara Tomaz. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês:** assistência social institucionalizada (Uberlândia – 1965 a 1980). 1990. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1990. p. 29.
[120] Idem, 1990, p. 35.

Com isso, a ociosidade é condenada, sendo o primeiro passo para a marginalidade, a vadiagem e a mendicância, devendo ser combatida antes que contamine a cidade. A preocupação em combater a suposta marginalidade existe em Uberlândia desde o início do século, e tem suas origens nas políticas higienistas e sanitaristas ocorridas no país no final do século XIX, e início do século XX. Para este combate, as elites desenvolveram alguns dispositivos que podem funcionar tanto no plano individual como no coletivo, como o Código de Postura (1903 e 1912), que reflete as preocupações econômicas das elites em tentar manter seus privilégios; sendo assim, regulamenta o cotidiano da sociedade.

Recorrendo mais uma vez a Machado, percebemos que o Código regulamentou o cotidiano da sociedade até 1950; foi elaborado pela Câmara Municipal e prescrevia questões como a higiene e saúde públicas, o uso do solo urbano, repressão aos jogos, prostituição, mendicância; enfim, define por sua vez o que era lícito e ilícito no município. Dentro do Código, destaco alguns artigos importantes para este trabalho: os dois primeiros artigos inscritos no Código de 1903, e os outros dois no Código de 1913:

> *Art. 111- Só aos pobres, reconhecidamente tais, e aos sábados é permitido implorar a caridade pública.*
>
> *Art. 115- È absolutamente proibida a entrada de cigano no município.*
>
> *Art. 558- É proibido tirar esmolas dentro do município com subscrições ou sem elas, sem atestado de pobreza como visto da autoridade policial.*
>
> *§ 1- Os mendigos serão matriculados na repartição policial e deverão trazer consigo, visível ao lado esquerdo do peito, a chapa correspondente ao número de matricula , a qual lhes será fornecida pela Câmara.*[121]

Machado ainda aponta o Código de Postura de 1950 e, segundo esta autora, este foi revisto e válido até a década de 1980. Deste Código ainda vale a pena destacar alguns artigos referentes à Seção II, referente à mendicância:

> *Art. 76- Só será tolerada a mendicância até que esteja satisfatoriamente resolvido o problema de assistência social no município.*
>
> *Art. 77- Só será considerado mendigo o indivíduo que comprovadamente necessitar de esmolas, por não dispor de recurso algum, não poder ganhar a vida pelo trabalho e não ter parentes, com obrigação de prestar-lhe alimentos, nos termos da lei.*
>
> *Art. 79- Só será feito a inscrição de mendigos naturais do município ou que nele tenham residência há mais de dois anos.*

---

[121] Código de Postura de 1903, apud Machado, Maria Clara Tomaz, op cit., p. 49.

> *Art. 80- Será encaminhado à autoridade policial todo o individuo encontrado a mendigar sem estar inscrito pela forma indicada nos artigos anteriores*[122].

Por meio deste Código de Posturas, percebemos a existência de um regulamento dos mendigos, no qual também fica evidente a discriminação e a exclusão, presentes na placa de identificação posta no peito do indivíduo, na regulamentação de horário e locais para a mendicância e, ainda, o controle dos migrantes pobres. Toda esta regulamentação estabelecida tem o respaldo político e também da polícia, visando manter a ordem e preservar a moral e os bons costumes. Nele também evidenciamos a persuasão das elites governantes para que o indivíduo procure uma forma de trabalho digna e ainda deixe claro que a prática de esmolar só seria permitida até que a cidade resolvesse o problema da assistência social.

Além do Código de Postura, têm-se o Estatuto e a Lei Orgânica, que demonstram uma constante preocupação desta classe em controlar o crescimento da cidade; estas medidas de controle são impostas à sociedade em nome da preservação moral e da ordem pública.

Outro importante órgão de controle disciplinar utilizado na cidade é o Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), fundado em 1981 e, segundo os atuais dados da prefeitura, fazem uma média de 5.965 atendimentos mensais; localiza-se no Terminal Rodoviário Presidente Castelo Branco, a prefeitura mantém convênio com empresas de ônibus local, que disponibiliza passagens para migrantes que não possuem condições de retornarem para as suas cidades de origem. Sendo assim, estes migrantes "pobres", sem condições de se estabelecerem na cidade, são encaminhados para suas cidades de origem ou para outras cidades vizinhas. As causas desta migração para, Barros, ocorrem porque

> *A cidade ao alcançar patamares "invejáveis" de desenvolvimento econômico, vai direcionar suas ações políticas e empresariais à um modelo propagandístico, divulgando na imprensa nacional suas "qualidades" a fim de atrair mais investimentos financeiros por parte do Estado e dos empresários nacionais e internacionais. Conseqüentemente vai também atrair um público de pessoas que se transferem para a cidade por diversas razões, engrossando a corrente migratória que se canaliza para o município*[123].

---

[122] Código de Postura de 1950, apud Machado, Maria Clara Tomaz, op cit., p. 54.

[123] BARROS, Klebston Ferreira. **Associação dos nordestinos em Uberlândia:** uma análise das manifestações populares nordestinas inseridas no contexto progressista uberlandense – 1989-2001. 2001. Monografia (Curso de História). Uberlândia: Instituto de História, 2001. p. 28-29.

Mediante este fato, o poder público local cria estratégias de controle das pessoas migrantes, principalmente quando não há oferta de empregos suficiente para absorver a demanda, evitando o acúmulo e, conseqüentemente, diretamente na "qualidade" alcançada pela cidade, pois esses pobres poderiam se tornar em futuros "delinqüentes" e "arruaceiros", perturbando a ordem pública.

Apesar das várias medidas de controle, o poder público se deparou com um considerável contingente de migrantes vindo de diversas regiões do país. Quando não é possível a concessão de passagens, o migrante é encaminhado para o Albergue Noturno Ramatis, onde poderá tomar um banho, comer, dormir e permanecer por alguns dias, gratuitamente. Estas medidas disciplinares contam também com o apoio da polícia, das empresas privadas e ainda da igreja.

A historiadora Eliane Campos fez uma pesquisa das estratégias disciplinares, vinculadas ao albergue; para essa autora, apesar do caráter religioso do mesmo, esta instituição também tem sido utilizada como mecanismo de controle disciplinar. O "Albergue Noturno Ramatis" foi fundado em 18 de abril de 1965; os motivos são explicados desse modo por Reis:

> *Acreditamos que foi a possibilidade de aliar aos objetivos "nobres" das elites locais em ajudar a população migrante aos seus interesses políticos, livrando-os do incomodo de ver e conviver com esses transeuntes dormindo pelas calcadas, banco ou pedindo pelas ruas, é que este grupo adquire expressão na cidade [...]. sua criação se dá em um período em que a cidade de Uberlândia, devido seu crescimento econômico, tem seus problemas sociais agravados, como a falta de empregos, aumento das favelas e o crescente numero de mendigos, conseqüência da crescente migração do qual a cidade é alvo*[124].

Reis afirma que os migrantes consideram Uberlândia como uma ponte de ligação para possíveis deslocamentos para várias regiões. No entanto, a maioria deles eram pessoas pobres sem dinheiro e que não tinha lugar para se hospedar; pessoas vindas de áreas rurais freqüentemente têm baixa qualificação profissional, o que dificultava ainda mais a absorção deles no mercado de trabalho. São Famílias inteiras que tentam fugir da miséria, entre eles um grande número de crianças que acompanhavam seus pais (Cf. QUADRO 03).

---

[124] REIS, Eliane Campos. **Apenas de passagem:** o migrante sob a mira das práticas assistenciais do albergue noturno Ramatis, Uberlândia 1965-1980. 2000. Monografia (Curso de História). Uberlândia: Instituto de História, 2000. p. 44.

ANO	NÚMERO DE CRIANÇAS
1974	111
1975	182
1976	176
1977	133
1978	192
1979	90
1980	46
TOTAL	**930**

QUADRO 03 – Relação de crianças migrantes que passaram pelo Albergue Ramatis, 1974-1980.

A historiadora ainda cita o seguinte trecho, mo qual relata quem eram esses migrantes:

> *Trata-se de um povo que carrega em seus rostos todas as cicatrizes, e em seu corpo todas as chagas de uma sociedade desigual: o menor abandonado e carente; a prostituição; a promiscuidade; a moradia indigna; o salário de fome; a violência marginal; a repressão policial; o alcoolismo; a mortalidade infantil; a falta de recursos de infra-estrutura sanitária e higiene*[125].

Segundo dados da última pesquisa de condições sócio-econômicas da cidade, os motivos que fizeram com que as famílias mudassem para Uberlândia constam a seguinte proporção, conforme demonstrado pelo QUADRO 04.

MOTIVO DA MIGRAÇÃO	PERCENTAGEM
Trabalho	64,6%
trazidos por parentes	21,5%
Educação	7,4%
Saúde	3,2%
Outros	3,4%
TOTAL	100%

QUADRO 04 – Motivo dos migrantes vindos para Uberlândia, em %.
FONTE: UFU, 2001.

Apesar das muitas estratégias de controle disciplinar, empregadas pelos governantes locais, a questão da pobreza e da mendicância ficou longe de ser resolvida. Percebe-se apenas uma tentativa de ocultar os problemas sociais da cidade; mas ainda assim, podemos evidenciá-los em vários setores urbanos. Problemas estes que avoluman-se entre os anos 1960 e 1980, devido ao desenvolvimento econômico e ao crescimento populacional e demográfico. Segundo Machado,

---

[125] Idem, 2000, p. 65.

> *...A forma como o espaço urbano de Uberlândia foi sendo estruturado reflete as diretrizes do Plano de urbanização elaborado em 1954. No entanto, aquilo que foi intocado, os conflitos e problemas sociais, porque não eram inexistentes, afloraram à partir da década de 70, em termos de problemas urbanos relevantes para a administração pública, sob a forma de favelas, bairros periféricos sem a mínima infra-estrutura, transporte coletivo precário e insuficiente, necessidade de creches, postos de saúde, áreas de lazer e outros*[126].

Conforme já mencionei, a partir da década de 1970 os trabalhadores brasileiros sofrem com a sucessiva crise financeira do país, o que acabou por agravar o desemprego, a inflação, o empobrecimento e, ainda fez com que a mulher buscasse o mercado de trabalho. Esse quadro social não poupou as crianças e os adolescentes do país; pelo contrário, obrigou muitos deles a abandonarem a escola e os ingressou no mercado informal e na luta pela sobrevivência nas ruas dos centros urbanos. Esse fenômeno ocorreu em várias cidades brasileiras; no entanto, podemos afirmar que, em Uberlândia, esse processo se deu também pela existência de um "estereótipo de cidade modelo para todo país, uma verdadeira 'ilha de prosperidade' em meio à profunda crise brasileira"[127].

Com a busca nas ruas de Uberlândia por meios de sobrevivência, crianças e adolescentes passam a cometer infrações, inicialmente pequenos delitos de furtos e roubos além da mendicância, o que veio a manchar a imagem da Cidade Jardim. Sendo, então, necessário criar algumas medidas de controle para contê-los e disciplinã-los. Um dos mecanismos criados foi a criação da Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia, a ICASU, objeto de pesquisa de Machado. Segundo a historiadora, desde 1967, quando foi fundada, essa instituição vem mantendo um importante papel assistencial para a sociedade, visto que tem retirado das ruas elementos indesejáveis às elites pública e conservadora. A ICASU tinha as atribuições assistenciais de reabilitar os assistidos no aspecto moral, físico e espiritual. Além de proteger os menores carentes, órfãos ou abandonados, encaminhado-os para a profissionalização.

Inicialmente, era fornecida à família destes adolescentes uma ajuda assistencial, por meio do fornecimento de cestas básicas de alimentação; em 1975, no entanto, ela delimitou sua ação ao agenciamento da mão de obra juvenil. Segundo Machado, as crianças e adolescentes assistidos cumpriam uma jornada de trabalho maior do que a permitida, e ainda exerciam atividades que não oferecia um aprendizado

---

[126] MACHADO, Maria Clara Tomaz. **História & Perspectiva**, Uberlândia, ano 4, p. 60-61.
[127] CARVALHO, Carlos Henrique de. Da delinqüência à criminalidade (uma análise do discurso sobre a problemática do menor em Uberlândia 1980-1992. **História & Perspectiva**, Uberlândia, n. 10, p. 117.

para a vida profissional, conforme mandava a lei, pois muitos deles trabalhavam varrendo as ruas das cidades. A partir de 1986, a ICASU passa a empregar adolescentes carentes no sistema Zona Azul, onde estes trabalham diariamente cobrando taxas de estacionamento, no setor central da cidade.

A ICASU é uma instituição criada por empresários e apoiada pela polícia, pelo Judiciário e pelos governantes locais. É, sem sombra de dúvida, um dos mecanismos das classes dominantes que visa promover a disciplina e cultivar valores instituídos pelas normas burguesas que pesam acima de tudo a disciplina do trabalho e a higienização social do corpo. Medidas que condenam a vadiagem, o ócio e a mendicância e não a promoção dos direitos da criança e do adolescente. Discurso este compreendido por Machado como

> *Se de um lado a cidade é moralizante, de ponta a ponta, pelo ideário burguês e aparece como ordeira, laboriosa e passiva, caminhando em busca do desenvolvimento urbano e social, de outro, as recusas, os movimentos sociais organizados, as manifestações "espontâneas" da população demonstram que essa sociedade não é tão harmoniosa e pacífica quanto quer a memória oficial. A alteração do traçado urbano, a estrutura moderna e avançada da arquitetura, a especulação imobiliária, a situação de pólo comercial e industrial da região, fatos que atestam o seu progresso econômico, contrastam com a violência, o crime , o roubo, a mendicância, a prostituição, os jogos de azar, o favelamento, deixando entrever, nos conflitos sociais, a recusa à ordem burguesa estabelecida*[128].

A cidade cresce e, conseqüentemente, seu espaço urbano é modificado; o poder público investe em serviços que visam atender aos interesses burgueses, como a criação de Shoppings, loteamentos luxuosos, o Distrito Industrial; no entanto, ampliam-se também as construções periféricas, loteamentos irregulares, faltas de saneamento básico, problemas ambientais, falta de transporte, falta de segurança, roubos, homicídios, mendicância etc. Este quadro também foi interpretado por Carvalho da seguinte forma:

> *Mas apesar dessa magnificência econômica, a cidade não consegue fugir às contradições inerentes á sociedade de classes, na qual os antagonismos vão se acentuando na mesma proporção em que vai ocorrendo a concentração de capital nas mãos de uma minoria, pois no ápice da pirâmide social têm-se os detentores dos meios de produção e no poder. Já no restante da pirâmide encontramos os que assalariam, vendendo sua força de trabalho; os desempregados e subempregados; os vadios e*

[128] MACHADO, Maria Clara Tomaz. Idem, 1990, p. 17.

> *mendigos; as prostitutas e os menores infratores e ainda todos aqueles considerados antítese a "mística" da ordem e do progresso*[129].

Para a compreensão das relações sociais de Uberlândia, é necessário estar atento a infinidade de práticas que nela ocorrem, tais como: ideologias, projetos, representações, valores, história e cotidiano, conflitos e outros. Dentro desta perspectiva o presente trabalho tende a mostrar que há um discurso hegemônico idealizante sobre a cidade, mas da mesma forma ele oculta as contradições sociais, escamoteando a realidade urbana. Carvalho faz uma analise dos discursos das elites conservadoras de Uberlândia frente à problemática do menor na década de 1980 e inicio de 1990. Considerando que resgatar estas informações é uma árdua tarefa, visto que, as elites têm o interesse em ocultar estas mazelas.

Para o pesquisador, as autoridades apresentam um discurso contraditório, que em um momento elas reconhecem e criticam o estado de inércia do estado, frente à problemática do menor, contudo eles não apresentam propostas concretas para a resolução. Por meio da análise processos, artigos de jornais e outros documentos, ele aponta a existência de diversos dispositivos disciplinares criados pelas autoridades locais, e divulgados através da imprensa. Esta estratégia visa sensibilizar a sociedade e ao mesmo tempo a conclama para auxiliá-los no processo disciplinador, evitando que estes menores se tornem futuros marginais, e passem a ameaçar a harmonia social. Estes discursos apelativos do poder público, associam-se ao discurso das elites dominantes a medida em que constroem uma imagem da sociedade harmoniosa, negado com isto a existência de contradições sociais.

Contrariando o discurso desta parcela dominante, Carvalho menciona a existência de documentos remetidos para a prefeitura, que evidenciam o crescimento do número de menores em situação de risco pessoal e social, devido a falta de políticas pública voltada para seu atendimento. Frente a isso ele conclui que:

> *O que encontramos subjacente a esse comportamento das autoridades e da população como um todo é a omissão e o autoritarismo de uma sociedade que não admite, em hipótese alguma, que o nome de Uberlândia seja maculado por esses "corpos estranhos" à ordeira comunidade uberlandense. Assim do alto de sua arrogância autoritária, a sociedade buscará as justificativas para a presença das "mazelas sociais" na desestruturação familiar e no "excesso" de democracia, consubstanciado numa legislação "imbecil", segundo o pensamento das autoridades locais*[130].

---

[129] Idem, p. 116.
[130] Idem, p. 126.

Dento da problemática do menor em Uberlândia, o trabalho de Souza fornece conteúdos fundamentais e esclarecedores, segundo ela até 1970 toda a assistência a Infância e Adolescência de Uberlândia, era fornecida por assistência filantrópica e religiosa; dentre elas temos: Casa da Criança (1940-1960), Casa da Divina Providência (1940), Patronato de Menores do Rio das Pedras (1953-1982), Patronato de Menores do Buriti (1947), Lar Alfredo Júlio (1950-1970), Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia ICASU (1967). Mas as duas principais eram o Patronato dos Buritis administrados pelo Lions Clube e a ICASU criada por iniciativa da Associação dos Industriais de Uberlândia. Estas instituições governamentais e não governamentais, tem servido de apoio ao poder publico na tarefa de disciplinar os menores carentes, e evitar que lês venham a perturbar a ordem da laboriosa e progressiva cidade. Frente a isto, vale a pena citar, mais uma vez, a interpretação de Machado:

> *Dentre as diversas estratégias disciplinares pensadas e postas em prática, é possível salientar duas linhas de ação: uma delas, de caráter jurídico-político que na maior parte das vezes esteve a cargo do poder público, do poder Judiciário, dos representantes das classes empresariais, através da Associação Comercial e Industrial e das autoridades policiais; e a outra, de cunho assistencialista, quase sempre de iniciativa particular, envolvendo entidades de caráter religioso e clube de serviços*[131].

Durante a década de 1980 Uberlândia e muitas outras cidades brasileiras se deparam com um grande número de crianças e adolescentes transitando pelos espaços públicos da cidade. Sendo assim, houve uma pressão em cima dos governantes locais fazendo com que os órgãos governamentais tomassem medidas de controle, Souza então nos esclarece que, o poder público na gestão do também atual prefeito Zaire Rezende (1983 a 1988) começa a criar uma política de ação assistencial, desmembrando a Secretaria de Ação social da Secretaria Municipal de Saúde, passando então "a intervir diretamente no processo assistencialista voltado para a criança e o adolescente" [132]

Entre os primeiros trabalhos da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, temos a criação de creches comunitárias que atendiam crianças de 0 a 6 anos, para conhecer melhor as atividades desta secretaria vejamos o que nos relata Souza:

> *Em 1984 [...] inaugurou o primeiro Centro de Formação, no bairro Roosevelt de Oliveira, para atender 28 crianças e adolescentes de 7 a 14 anos. E seguindo a proposta do Centro de Formação, foram criadas respectivamente em 1986 e em 1987,*

---

[131] Idem, 1990, p. 104.
[132] SOUSA, Aparecida D'Arc de. **Capitães do asfalto:** infância e adolescência pobres na cidade de Uberlândia 1985-1995. 1998. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: PUC, 1998. p. 20.

> *as Unidades de Orientação ao Menor (UOMEM) I, II, e III. Essas unidades, UOMEM's funcionaram basicamente como centros de profissionalização integral. Seguindo essa mesma linha em 1987, foi criado o CEAM (Centro Educacional de Apoio ao Menor) pelo Lion Clube. Sua proposta era garantir por meio de um atendimento integral a profissionalização de crianças de 06 a 10 anos*[133].

A década de 1980 foi um período em que ocorreram diversos projetos voltados para o atendimento dos meninos de rua, utilizando-se de modelos do estado, a Secretaria de Trabalho e assistência Social cria a "Casa do Menino", um projeto diferenciado e inovado. Tratava-se de uma casa de passagem onde crianças e adolescentes podia freqüentar para tomarem banho, se alimentarem, lavarem suas roupas e principalmente receberem atividades psico-pedagogicas, e profissionalizantes, além do lazer. As crianças não tinham a obrigação de permanecer no local; contudo, percebe-se que a equipe tentava mantê-los fora das ruas, ao efetuarem as diversas atividades mencionadas.

Entre os programas voltados para a infância e juventude pobres, existentes para na década de 1980, Souza pesquisa as experiências do Movimento Nacional de Meninos de Rua (MNM MR), grupo que teve uma participação expressiva nas campanhas de lutas pela promoção dos direitos humanos das crianças pobres, segundo ela: "O desenvolvimento e a organização da luta pela defesa dos direitos dos meninos e meninas de rua proposta pelo MNMMR implicavam tornar crianças e adolescentes, independente de sua condição social, em cidadãos, em sujeitos de direitos"[134].

De 1950 até os dias atuais, Uberlândia possuiu oito prefeitos, atualmente a prefeitura esta sendo administrada pelo Dr. Zaire Rezende. Este administrou a cidade na gestão de 1983/1988, sendo um prefeito que se destacou por introduzir o conceito de "administração participativa", no qual o povo elegia as prioridades por meio do orçamento participativo. Quatorze anos depois, ele é reeleito, prometendo abrir espaço para que todos os movimentos sociais participem do governo.

Em 1990, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente, é importante lembrar que antes do Eca, a ação governamental era proposta de forma isolada, através de programas e diretrizes desenvolvida pela FUNABEM, mas com o estatuto os Estados e municípios também passaram a proporem ações de atendimento. Em 1994, seguindo as recomendações do Eca cria-se em Uberlândia através da Secretaria municipal de Trabalho e Ação Social o Centro de Integração Social e Assistencial de Uberlândia

---

[133] Idem, 1998, p. 23.
[134] Idem, 1998, p. 06.

(CISAU), um local para a interdição de menores infratores de ato pesados ou reincidentes, antes do Eca os menores infratores de Uberlândia eram encaminhados para a Febem de Belo Horizonte. A pesquisadora Militino fez uma pesquisa nesta instituição, em seu trabalho podemos constatar a presença de artigos de jornais da época, que mostravam os diversos crimes cometidos por menores, frente a isto, as autoridades locais acharam que a solução para acabar com estes crimes seria um local adequado para a reclusão dos mesmos, Militino ainda cita um artigo onde fala que:

> *o número de delitos praticados por menores, sendo registrados no mínimo três por semana, chegando a uma média de 20 ao mês, sem contar os pequenos furtos que não são registrados. Essas ocorrências são atribuídas aos meninos de rua, que retiram de lojas e supermercados roupas e alimentos.*[135]

Segundo a historiadora, os crimes mais cometidos pelos menores na cidade classificavam-se assim: de 12 a 13 anos de idade, normalmente, se tratava de pequenos furtos e permanência nas ruas; já os adolescentes de 14 a 18 anos cometiam crimes mais graves como assalto a mão armada. Os crimes, na sua maioria, eram cometidos por crianças carentes, e consideradas pelas autoridades locais como pertencentes a famílias desestruturadas; no entanto, havia também crimes cometidos por jovens da classe média cujos pais se negavam a aceitar ou acreditar que o filho tivesse cometido tal crime; esta situação nos faz lembrarmos que a chamada desestruturação familiar pode acontecer em qualquer área da sociedade, e não somente com as camadas mais pobres. Para elucidar os motivos das autoridades buscarem a reclusão dos menores pobres, a historiadora cita este trecho de Onorio Agrimedes Albino:

> *São ainda crianças, passam o dia nas praças [...] nas ruas, chocam as pessoas, amedrontam-nas. São marginalizados, vistos como bandidos, "enfeitam" a Praça Tubal Vilela, furtam, não estudam, não trabalham. São presos, maltratados, humilhados, comprados e desrespeitados em todos os seus direitos de crianças e de seres humanos. Eles são os meninos de rua que vagam pelo centro de Uberlândia. Mas também são gente, crianças [...] e também sabem sorrir quando por um mo mento, se esquecem de sua miserável condições de vida [...] às vezes riem da própria desgraça [...] tem consciência de que a sociedade não os quer ali "enfeitando" a cidade.*[136]

Militino considera que o CISAU foi criado com a intenção de ser um espaço destinados a sua reclusão e posterior reintegração, mas a capacidade de atendimento não responde à demanda, na medida em que a situação de miséria da população acaba

---

[135] MILITINO, Inamar Aparecida. **Centro de Integração Social e Assistencial de Uberlândia (CISAU):** ocultar ou integrar? 1999. Monografia (Curso de História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1999. p. 36.

[136] ALBINO, Onório Agrimedes, apud MILITINO, Inamar Aparecida, 1999, op. cit. p. 33.

por empurrar os menores para as ruas e posteriormente a criminalidade. O sistema de reclusão do menor em conflito com a lei faz parte das medidas sócio-educativas estipuladas no Eca. Com o novo estatuto da criança, os municípios e as comunidades assumem o compromisso de, mediante os recursos disponíveis, desenvolver medidas de defesa aos direitos da criança/adolescente local. Esta municipalização trouxe satisfação aos representantes locais, conforme demonstra Marilaine (Coordenadora do Programa CRIAV):

> *A municipalização da questão da criança , é um sucesso do Eca, pois antes a questão da criança sempre era ligada ao governo Federal, o Eca municipalizando, cada município tem que ver seus recursos e cuidados em relação a criança. O grande mérito também é que o Eca vai trazer o reconhecimento destas estâncias com grande poder, como representação da sociedade civil, então através do Conselhos de Direitos, a sociedade civil esta representada e ela é quem vai gerir, acompanhar, criar políticas de atendimento á infância. O Conselho de direito vai acompanhar, vai reunir r liberar estas políticas e vai perceber que o governo municipal esta segundo estas prioridades de atendimento a infância*[137].

A partir disso, cria-se, então, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança/adolescente (CMDCA), conforme lei municipal 5203 de 15/01/1991 e modificada em seu artigo 7º e seu inciso pela lei nº 5210 de 28/02/1991, que visa garantir seus direitos fundamentais, propondo e controlando a política de atenção a eles, e conduz o processo de escolha dos Conselhos Tutelares. A função do Conselho Municipal pode também ser elucidada neste discurso do Presidente do Conselho sr. Odomires: "o trabalho do Conselho da criança consiste em salvar as crianças em situação de risco, para evitar que as mesmas sejam encaminhadas ao CISAU e posteriormente à Colônia Penal" (ata 26/11/00). Os Conselhos Tutelares é quem recebem as denúncias de violação dos direitos da criança, e estas podem estar vinculadas a todo e qualquer tipo de instituição como: hospital, escola, família e outros.

O Conselho Tutelar faz uma triagem, diagnostica e encaminha os menores para os órgãos apropriados, segundo a SMDS; atualmente, são atendidos em média 237 denúncias por mês e a maior causa de atendimento segundo a secretaria; é a desestrutura familiar ficando com 137 denúncias. Cada órgão possui 05 conselheiros(as) selecionados através de provas de análises curriculares e análises de experiência profissional na área de atendimento à criança/adolescente. Além disso, cada Conselho Tutelar possui autonomia para representar a Infância; sendo assim, está integrado

---

[137] Entrevista de Marilane Santos, concedida à autora em maio de 2003.

operacionalmente ao Ministério Público, ao poder Judiciário, à Defensoria, ao Ministério do Trabalho e à Segurança Pública.

O Eca determina que todo município tenha pelo menos um Conselho Tutelar, pois é ele quem irá receber as denúncias de violação dos direitos da criança/adolescentes. Uberlândia possui atualmente dois Conselhos Tutelares: um leste e outro oeste; o primeiro existe desde 1997 e, durante o ano de 2002, foi criado o segundo Conselho. Percebe-se que a criação do primeiro Conselho Tutelar demorou nada mais do que sete anos para ser criado na cidade e, no entanto, uma cidade com mais de 500 mil habitantes já deveria ter, no mínimo, quatro conselhos tutelares, de forma a atender os quatros perímetros urbanos: leste, oeste, norte e sul. Este quadro elucida a política social da cidade, em que os problemas sociais são ocultados. Quanto às entidades de atendimento, o Eca recomenda que:

> *As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a criança e adolescentes, em regime de:*
>
> *I orientação e apoio sócio -familiar*
>
> *II apoio sócio -educativo em meio aberto*
>
> *III colocação familiar*
>
> *IV abrigo*
>
> V *liberdade assistida*
>
> *VI semiliberdade*
>
> *VII internação*[138].

Em Uberlândia a orientação e apoio sócio-familiar faz do POASF (Programa de Apoio Sócio Familiar) criado somente no 2° semestre de 2002, antigamente ele funcionava no mesmo Prédio do Conselho Tutelar Oeste. Seu objetivo é estabelecer ações de fortalecimento da estrutura das famílias das crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco social e pessoal, de modo a preservar a permanência dos mesmos sem os familiares ou a reintegração daqueles que foram afastados do convívio familiar. Em síntese, trata-se de um apoio orientacional aos abrigos, que por diretrizes do Eca necessitam trabalharem com as famílias das crianças/adolescentes. Em entrevista com a assistente social do programa Raquel Gonçalves, sabe-se que eles atualmente possuem apenas duas funcionárias, sendo uma psicóloga (coordenadora) e uma assistente social (a entrevistada); segundo informações do setor, o programa ainda

---

[138] BRASIL;MINISTÉRIO DA SAÚDE; MINISTÉRIO DA CRIANÇA. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Ministério da Criança/Projeto Minha Gente, 1991.

está sendo estruturado e, devido à falta de recursos financeiros e humanos, não tem sido possível desenvolver (ainda) um bom trabalho de apoio às estas famílias. Segundo ela, o programa possui várias pretensões de trabalho para se desenvolver com as crianças/adolescentes e seus familiares, mas são questões que dependem de liberação de verba, de convênios com outras empresas. Entre as futuras ações de desenvolvimento, há questões como a profissionalização dos menores e o repasse de cestas básicas. O apoio sócio educativo em meio aberto, este item se refere ao programa "Casa Aberta", objeto de análise deste trabalho, assunto que iremos tratar no próximo capítulo.

Colocação familiar, este trabalho acontece em caso de crianças que necessitam se afastarem do convívio familiar, para evitar que esta criança fique muito tempo alojada em abrigo, ela passa a conviver com uma família substituta e temporária, programa adotado por poucas cidades brasileiras, no caso de Uberlândia só existe um trabalho da vara da infância, onde as psicólogas e assistente sociais encaminham a criança para determinadas famílias em situação provisória de adoção.

Antes do Eca, houve o fechamento do patronato do Buriti, entendendo-se que se tratava de um lugar onde as crianças, ao serem deixadas para estudar, também não conviviam com os pais e a família, ficando destinadas à instituição. Antes do Eca, se falava em orfanatos, pois se tratava de verdadeiros depósitos de crianças.

Após o Eca, se fala em abrigos, "a diferença", se é que ela existe, é que nos orfanatos as crianças eram abandonadas até que fossem adotadas ou até completarem a maioridade. Nos abrigos, só se pode abrigar crianças/adolescentes com determinação judicial e, depois de realizado um estudo, por algum desses programas existentes na cidade, colocando a gravidade do risco da permanência daquela criança no domicílio, então ela é abrigada por proteção. O Abrigo tem que ser temporário e, simultaneamente, deve-se fazer um trabalho de preparo com a família, de forma que possam receber novamente esta criança. Nos abrigos, as crianças muitas vezes também ficam por um longo período. Em Uberlândia existem seis abrigos, um governamental e cinco não governamentais. É importante lembrar que, quando não é possível o retorno para a família, a criança/adolescente permanece no abrigo. Devido à esta situação, a quantidade de abrigos não tem sido suficiente para a demanda; é o que afirma a assistente social Eleusa (conforme ata de 08/05/03): "em sua exposição [...] comenta

sobre a situação de superlotação dos abrigos e a necessidade de se desenvolver uma comissão para desenvolver um projeto de família substituta[139]".

Liberdade Assistida: este programa tem funcionado em Uberlândia desde novembro de 2002 junto ao centro de bairro 1° de maio no bairro Planalto, após entrevista com a coordenadora do programa, Sra. Milene, tivemos a informação de que o programa tem uma parceria com a pastoral do menor, ligada por meio de ações e de funcionários da pastoral; ela explica que o atendimento ocorre quando o adolescente (de 12 a 17 anos), de ambos os sexos, pratica um ato infracional leve, sendo encaminhado para o programa; no caso feminino, independente do ato infracional, tendo que ser encaminhada para o Liberdade Assistida, visto que o município não possui medidas de internação feminina. O adolescente encaminhado passa a ter um acompanhamento feito por um orientador (voluntário treinado), que o acompanha através de encontros semanais de duas horas; com isso, o orientador, após análise e acompanhamento, presta um relatório a cada dois meses à Vara da Infância. A coordenadora foi também a responsável pelo CISAU em anos anteriores; sendo assim, quando lhe foi perguntado sobre o perfil e sobre as causas ou fatores que levam o adolescente ao crime, na opinião dela, fez a seguinte afirmação:

> *Renda baixa familiar, adivindos do Nordeste, nem todos tem família constituída, mas isto não é um fator que leva o adolescente a esta vida. Geralmente ele entra no mundo do crime por pura curiosidade, por pura adrenalina, para ver como é segurar uma arma, e como é roubar um toca- fitas, como é entrar na casa dos outros, busca de aventura. O que nos percebemos é que o adolescente quer subir na vida em busca de consumo, e isto leva ele a cometer um ato inflacionário mesmo. Famílias que não colocaram limite nos teus filhos e agora não dão conta com a situação, porque não existe o respeito, o limite, e o adolescente fica totalmente livre para fazer o que ele acha que pode fazer*[140].

Esta afirmativa nos conduz à interpretação de métodos disciplinares utilizados pelos poderes públicos locais. O programa também estipula oficinas profissionalizantes para os assistidos. Ainda dentro deste programa, vale a pena citarmos uma situação que demonstra o medo da população em relação ao menor infrator. Conforme mencionado, o programa divide uma área junto ao Centro de Bairro, neste mesmo local também funciona uma creche municipal (EMEI do planalto), os pais das crianças da creche ao

---

[139] CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DOS ADOLESCENTES. Conselho Tutelar. **Ata do Conselho Municipal dos direitos da criança e dos adolescentes.** 8 de maio de 2003. Uberlândia, 2003.

[140] Entrevista concedida por Milene Brandão à autora, em maio de 2003.

descobrirem a existência de menores infratores np Galpão ao lado, mobilizaram com um abaixo assinado, tentando retirar estes menores (Liberdade Assistida), do local.

Devido à falta do programa de Semi-Liberdade, o Liberdade Assistida está atendendo casos que deveriam ser atendidos por aquele programa. Seu atendimento consistiria em deixar o menor o dia todo fora exercendo alguma atividade como: estudar e a noite ele seria encaminhado para o Cisau onde dormiria. Para a coordenadora Milena a implantação do programa semi-liberdade desafogaria o CISAU e o Liberdade Assistida. Na década de 1990, segundo Souza, surgiram outras iniciativas de assistência dirigidas à infância e à adolescência pobre na cidade, como o surgimento de instituições evangélicas; dentre estas, Missão Esperança, Missão Criança, Estrela de Davi.

No ano de 2001 na também atual administração pública, Zaire Rezende muda a Secretaria Municipal de Ação Social para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), entre as suas atribuições estão: a formulação, execução e implementação das políticas de assistência social. Seu eixo prioritário é o desenvolvimento com inclusão social, minimizando ou revertendo a situação de exclusão social, articula-se como a rede de proteção social e da sociedade civil, através de relações de parceria e repasse de subvenções sociais. Durante as eleições de 1982 o médico Zaire Rezende foi eleito prefeito de Uberlândia e conforme nos relata Wilma Ferreira, seu governo se estabeleceu de forma diferenciada dos outros governos, visto que sua proposta de governo era elaborada com a participação das classes populares e os movimentos sociais. O modelo participativo tem acompanhado a administração de Zaire Rezende, de acordo com as suas publicações, suas ações de governo são embasadas nas consultas permanentes à população, através de reuniões do "orçamento participativo" (OP). Conforme consta:

> *Em 2001 de abril a Julho, aconteceram 58 reuniões plenárias e deliberativas, das quais participaram 11.834 pessoas e apresentaram 1.180 reivindicações que foram repassadas para as secretarias municipais e resolvidas rapidamente ou incluídas como prioridade na lei orçamentária anual. Nos meses de novembro a dezembro, outras 12 plenárias foram realizadas, para prestação de contas*[141].

Na atual gestão foram criadas oito novas secretarias; de ciência e tecnologia, de segurança Publica, Justiça e cidadania, Planejamento Participativo, de distritos, de Desenvolvimento Social, de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Turismo e a

---

[141] RESENDE, Zaire. **500 dias da Prefeitura Municipal de Uberlândia**. Uberlândia: Secretaria Municipal de Comunicação social, 2001. p. 13.

Secretaria de Comunicação Social. Estas secretarias foram criadas, segundo publicações, para auxiliarem na implantação das políticas públicas, criadas em consonância com o anseio da população.

Por meio da Secretaria Municipal de Comunicação tem se divulgado os inúmeros serviços e programas desenvolvidos pelo atual prefeito, de forma que, o modelo desta administração tem sido conhecida no cenário nacional e internacional, sendo convidados a relatarem experiências em diversas conferencias. A problemática da criança e do adolescente dentro do programa deste governo deveria se tratada desta forma: "vamos garantir os direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, esses direitos serão tratados com absoluta prioridade para crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco social e pessoal."

Contudo, o que podemos perceber é que a cidade não tem conseguido criar políticas publicas que possam resolver os problemas das famílias carentes, o que temos testemunhado é o crescente aumento da pobreza e da indigência. As crianças e os adolescentes carentes, estão longe de serem prioridades absolutas. Basta acompanharmos algumas matérias da imprensa local e constatarmos. Matérias que mostram o aumento de acampamentos de sem teto nas áreas periféricas, lugares onde se amontoam adultos, crianças e animais (Cf. Jornal Correio 14/02/04) ou nas necessidades de interditar o CISAU, por causa das condições precárias e que nunca atenderam as medidas sócio educativas determinadas no Eca. De acordo com o Jornal Correio (29/04/04), a presença de menores infratores na penitenciaria Prof. Pimenta da Veiga (Correio 02/04/04), nos resultados divulgados pelo CRIAV (Centro de Referencia a Infância e Adolescência Vitimizada), que apontam o número de casos de violência contra crianças e adolescentes, e ainda revela o aliciamento de menores para a prostituição ocorridos na cidade, bem como a permanência de menores em lugares suspeitos (Cf. Jornal Correio de 31/05/04). E ainda na falta de vagas nas escolas e creches municipais e não governamentais, nas imensas fila de crianças e adolescentes que aguardam vagas para se beneficiarem do PETI (Cf. Jornal Correio, de 20/03/04).

Enfim dados que mostram que Uberlândia não é e tampouco chegou a ser o Eldorado brasileiro, e que a realidade das crianças e adolescentes, não tem sido diferentes do ocorrido na em grandes partes do país.

ENTIDADES	CLIENTELA	QUANTIDADE DE ENTIDADES
UOMEN – Unidade de Orientação do Menor	Criança/adolescente de 6 a 13 anos	3
Abrigo temporário	Crianças de 0 a 6 anos	1
CRIAV – Centro de Atendimento à Criança e Adolescente Vítima de Violência	Crianças e adolescentes	1
CISAU – Centro de Integração Social do Adolescente de Uberlândia	Adolescentes infratores	1
Posto de Atendimento ao Migrante	Migrantes, andarilhos e indigentes	1
Casa Abrigo	Mulheres e crianças vítimas de violência doméstica	1

QUADRO 05 – Entidades de assistência social em Uberlândia/MG

FONTE: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, 2002.

Organização: FERREIRA, Rosane Neves; 2004.

CAPÍTULO IV

CASA ABERTA – UM ESPAÇO DE TRANSIÇÃO

Na rua
Crianças adultas
Brincam de bandidos
Assassinam a infância.
Na rua
Crianças de olhares sofridos
Agunçam afiadas
O punhal da fome.
Crianças adultas
Zombam dos contos de rei
Com risos meselados de ironia
Na rua
Crianças bebem água da chuva
Olham pro céu
Futuro melhor
Quem sabe. Na rua
Crianças adultas
Apostam a vida
Roleta
Dado
Vicio de interesse
Sobrevivência jogada fora
Crianças sonham com papai Noel
O preço do desejo fica apenas nas vitrines.
Na rua
Fantasia e realidade
Se misturam
Mesmo que se confundam
Quem são verdadeiramente
Crianças...

Movimento Urbano

Seguindo o modelo do programa "Bom Menino", do governo Estadual de Minas Gerais, da década de 1980. A Secretaria Municipal de Ação Social cria o Casa Aberta:

> *Ao dez dias do mês de Julho de hum mil novecentos e noventa e sete, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes, foi apresentado inicialmente aos presentes o projeto Casa Aberta, uma proposta de integração social para crianças em situação de risco social, garantindo a participação das organizações governamentais e não governamentais visando o envolvimento da comunidade e apoio as famílias das crianças*[142].

Inicialmente, o Casa Aberta era um projeto do S.O.S. criança, que realizava atividades educacionais e recreativas com os adolescentes nos bairros e também em outras localizações. A exemplo do Centro Espírita "Casa do Caminho", localizado no assentamento Joana D'Arc. Mas ao longo do tempo, e mediante a necessidade de articular medidas preventivas, e frente ao problema da criança e adolescente em

[142] CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DOS ADOLESCENTES. Conselho Tutelar. **Ata do Conselho Municipal dos direitos da criança e dos adolescentes.** 10 de julho de 1997. Uberlândia, 1997.

situação de risco, o programa foi expandido, adquirindo um corpo próprio. No dia 06 de maio de 1998, o projeto foi lançado no gabinete do prefeito Virgilio Galassi. Sua localidade, a princípio, era no S.O.S. Crianças, situado à Av. Rondon Pacheco. Mas, a partir de 2002, o programa foi transferido para uma sede própria, na rua Antonia Saltão Almeida, nº 247, no Bairro Jardim Finotti, com a coordenação da pedagoga Isabel Cristina Alves de Souza.

O Casa Aberta tem como objetivo geral implantar e integrar programas de atendimento as crianças e adolescentes em situação de risco, e em prática de alto infracional, oferecendo assessoria técnica pedagógica e administrativa, recursos materiais e humanos. Quanto à elaboração e execução dos programas, deu-se cumprimento ao Eca. O atendimento é voltado para crianças de ambos os sexos, com idade entre 07 e 18 anos (incompletos). O desenvolvimento do trabalho ocorre de acordo com o seguinte processo:

- **Atendimento de transição**: identifica as crianças e adolescentes na/de rua e as diversas situações; realiza estudo social do caso; inicia intervenção nas condições de vida dos meninos(as); efetiva encaminhamentos e por último resgata e/ou preserva os vínculos familiares.

Para a efetuação deste estágio, efetuam-se as seguintes operações:

- observação (dinâmica da rua: local, situações, grupos, relação adulto x meninos);
- identificação das crianças e adolescentes .
- **Atendimento em programas**: Consolida projetos pedagógicos; prepara e encaminha adolescentes para produção social; efetiva os encaminhamentos; promove o apoio e a orientação familiar.
- **Acompanhamentos dos casos encaminhados**.

O processo de atendimento pode ser visualizado melhor no QUADRO 06.

Com a análise deste quadro, podemos inferir que, tal programa faz parte dos dispositivos disciplinares que a cidade tem utilizado ao longo de sua história. Dispositivos interpretados por Machado como:

> *Caracterizando-se, principalmente, como um modo de organizar o espaço, de controlar o tempo, de vigiar e registrar continuamente o individuo e sua conduta, a sociedade*

disciplinar tem como objetivo produzir ou adestrar comportamentos segundo o padrão de normalidade desta sociedade. Invertendo a repressão e a violência pura e simples, o princípio que regula as relações nesta sociedade disciplinar é o da vigilância[143]

SITUAÇÃO ENCONTRADA	PROCEDIMENTOS DA EQUIPE DE EDUCADORES	MEDIDAS DO CONSELHO TUTELAR
Abuso e/ou exploração sexual	Trabalhar transição, realizar encaminhamentos, enviar Relatório ao Conselho tutelar; Em casos graves, acionar Conselho Tutelar e/ou Polícia Militar	Requisita serviços, aplica medidas (pais responsáveis pela criança / adolescente), encaminha ao Ministério Público
Adolescente Infrator	Contato com o Programa responsável pela aplicação da medida para informar a situação do adolescente, retorná-o ao Programa	–
Crianças e adolescentes drogados	Situação Grave: Acionar o Conselho Tutelar, Primeiros Socorros (médico / hospital). Situação Moderada: Trabalhar transição, encaminhar, enviar Relatório ao Conselho Tutelar	Requisita serviços, aplica medidas (pais responsáveis pela criança / adolescente), encaminha ao Ministério Público
Crianças e adolescentes na rua e de rua	Trabalhar transição, realizar encaminhamentos, enviar Relatório ao Conselho tutelar; Em casos graves, acionar Conselho Tutelar e/ou Polícia Militar	Requisita serviços, aplica medidas (pais responsáveis pela criança / adolescente), encaminha ao Ministério Público
Exploração do Trabalho	Enviar Relatório ao Conselho Tutelar e Comissão do PETI	Encaminha o fato ao Ministério Público e Ministério do Trabalho, notifica a família , aplica medidas
Migrantes com crianças e adolescentes	Realiza encaminhamentos, acionar o Núcleo de Migração , Polícia Militar e Conselho tutelar	Requisita serviços, encaminha o fato ao Ministério Público
Negligência e Abandono	Trabalhar transição, realizar encaminhamentos, enviar Relatório ao Conselho Tutelar	Notifica a família, aplica medidas, encaminha fatos ao Ministério Público
Pais responsáveis e outros explorando criança / adolescente; Mendicância, drogas, exploração sexual, de trabalhos e outros	Acionar a Polícia Militar, Conselho tutelar, e Comissão PETI, enviar Relatórios	Requisita serviços, aplica medidas, encaminha ao Ministério do Trabalho
Resistência da criança / adolescente em aceitar os encaminhamentos, permanecem na rua	Enviar Relatórios ao Conselho Tutelar	Requisita serviços, aplica medidas, encaminha ao Ministério Público
Pais responsáveis resistentes ao trabalho de apoio e expondo a criança e/ou adolescente a situação de risco	Dia: trabalha a transição Noite:Solicita apoio à Polícia Militar e Conselho Tutelar (família / abrigo), encaminha Relatório ao Conselho Tutelar	Notifica a família, aplica medidas, encaminha ao Ministério Publico
Sistema recusa prestar atendimento	Comunica o fato ao Conselho Tutelar	Requisita serviços, encaminha ao Ministério Público

QUADRO 06 - Procedimento estabelecido na abordagem de rua.
FONTE: Arquivo Casa Aberta, 2002.

[143] MACHADO, Maria Clara Tomaz, 1990, op. cit., p. 117.

O Casa Aberta através do trabalho de abordagem de rua, desenvolve a função considerada moral e social de retirar das ruas das cidades qualquer menor que se encontre em situação suspeita. O programa é acionado através de denuncia anônima ou não, via telefônica ou através de encaminhamentos dos Conselhos Tutelares. Onde então ira até o local denunciado avalia a situação e fazem os devidos encaminhamentos. Esta situação pode ser melhor visualizada no QUADRO 07.

Na tentativa de implementar o atendimento voltado para as crianças e para os adolescentes em situação de risco social e pessoal, com vivência de rua, bem como suas famílias, o programa busca a parceria com outras secretarias municipais como: cultura, saúde, habitação e turismo, visando um processo interdisciplinar direcionado para o resgate da cidadania e o apoio sócio-familiar.

Como objetivos específicos, o Programa Casa Aberta visa:

- Assegurar a criança e o adolescente em situação pessoal e social com vivencia de rua, o atendimento ás suas necessidades básicas, segundo artigo 4° do Eca.
- Promover a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania, através de ações integradas e coordenadas;
- Garantir através de parcerias , que crianças e adolescentes façam a transição das ruas para a família de origem ou abrigos provisórios.
- Desenvolver junto às famílias um projeto de apoio sócio-familiar, possibilitando á mesma o fortalecimento dos laços afetivos e gerar transferências positivas nas relações de convívio familiar.
- Realizar uma campanha sócio educativa de caráter permanente junto à comunidade, conduzindo esta a uma nova cultura frente à mendicância, através da mídia.
- Acompanhar e orientar a criança e o adolescente em situação de risco pessoal e social com vivencia de rua, garantindo o fortalecimento das relações familiares e comunitárias e a inclusão do sistema de ensino formal e na política social publica, garantindo seus direitos fundamentais;

LOCAL DENUNCIADO	TIPO DE ABORDAGEM	N. DE CRIANÇAS	SEXO		FAIXA ETÁRIA	SITUAÇÃO ENCONTRADA	HISTÓRICO DAS CRIANÇAS	OBSERVAÇÕES	INTERVENÇÃO
			M	F					
Ao lado do Centro Administrativo da Prefeitura	Rotineira	04	4	-	8, 11, 6, ?	Crianças com uma carrocinha catando papel	Dizem não estarem cadastradas no Programa Bolsa Escola ou PETI. Pais separados, moram com mãe e avó e todos estudam, dois grupos de irmãos	Duas duplas de irmãos.	Pedi para eles irem para casa logo, pois logo iriam visitar a família para ver as suas condições
Rua Johen Carneiro, B. Lídice	Denúncia por telefone	02	02	-	11, 11	Criança e adolescente drogados, deitados no chão (leves arranhões nos pés de uma delas), pães velhos jogados no chão próximo a elas	-	Crianças recusaram ajuda dos educadores, pegaram o pão e fugiram corremdo	Acordamos os dois e os convidamos insistentemente para irem para o Casa Aberta tomarem banho e almoçar.
Rua Alexandre Ribeiro Guimarães, B. Santa Maria	Denúncia por telefone	01	-	01	?	Adolescente dormindo na calçada	....possui primo que freqüente o Casa Aberta.	Adolescente não aceitou a ajuda da equipe, xingando a mesma com palavras de baixo escalão. Mesmo após a chegada do primo não aceitou ajuda. Continuou dormindo na calçada.	Tiveram a idéia de buscar no Casa Aberta o primo para tentar convencê-lo a ir. Falei sobre o programa Casa Aberta para os vizinhos que denunciaram

Continua

Continuação

Carrefur, próximo ao Flerte	Rotineira	02	02	-	?	Adolescente deitados próximos ao Flerte (sujos, cansados, agitados)	-	Adolescente afirmara estar freqüentemente naquele lugar com mais três adolescentes. Acompanhara a equipe e foi para o Casa Aberta. No entanto, na instituição se mostrou agressivo, chamando a atenção dos outros adolescentes presentes. Envolveu-se em um sério conflito com a coordenadora, e fugiu da mesma levando consigo o companheiro de calçada e um pacote de carne roubado da instituição.	Convidamos os adolescente para irem para o Casa Aberta
Rua S. P., 78, B. Shopping Parking	Denúncia da mãe por telefone	04	03	01	11, 9, 16, 04	Uma das crianças fumando e acompanhando outros meninos por ruas e córrego. Criança brigona responde e xinga a mãe. Não volta para casa após as aulas.	Família composta pela mãe de 29 anos e seus quatro filhos. O de 11 anos estuda na 3ª. Série, faz computação e futebol na AABB. O de 9 anos estuda na primeira série mas não freqüenta a escola, não lê e não escreve. A mãe está desempregada. A renda que possui é de duas bolsas-escola. Casa própria de dois cômodos e banheiro. Extrema pobreza	Cada filho é de um pai, criança que tem causado problema. Sofreu um acidente a dois anos, batendo com a cabeça.	Caso novo do programa. Situação de risco

Continua

Continuação

Igreja São Pedro	Denúncia por telefone	01	01	-	?	Criança andando pela praça, sem sinal de uso de drogas.	-	Pularam o muro da vizinha e roubaram um calção. Educadores sentiram a falta e acionaram a policia militar, que veio e retirou a criança do ambiente, que se mostrou agressivo e resistente a ir embora	Convidaram a criança para ir para o Casa Aberta
Escola de Inglês Wisdson, Av. João Naves de Ávila	Denúncia por telefone	04	04	-	12, ?	-	Um deles já é conhecido do Casa Aberta. Diz ser de Belém e que já esteve no abrigo da ICASU. Um deles é procurado pela mãe.	A mãe disse que não tinha condições para ir buscar o filho. Após ligarem para o conselho tutelar, souberam que não tinham o poder para pegarem a criança, a não ser por espontaneidade da mesma. Os adolescentes recusaram-se a ir para o Casa Aberta eevadiram-se.	Ligamos para a mãe vir buscar filho. Ligamos para o Conselho Tutelar e convidamos os 4 para virem para o Casa Aberta.
Av. Sólida-riedade, B. Joana D'Arc	Denúncia da mãe por telefone	02	02	-	10 e 12	Mãe pediu ajuda pois filhos estão faltando às aulas e praticando pequenos furtos e às vezes dormindo na rua	Crianças freqüentam escola, 5ª. e 6ª. Séries, mãe está grávida e mora em casa própria de alvenaria	Uma das crianças ficou um pouco assustada com as histórias do CISAU e outras. Mãe agradeceu muito à nossa atuação.	Orientei a mãe para procurar a ICASU para ocupar criança no período vago da escola. Aconselhei pessoalmente. Aconselhei a criança falando como e quais os caminhos que a levaria à deliquência

QUADRO 07 – Tipos de denúncia do Casa Aberta.
FONTE: Arquivo Casa Aberta, 2002.

- Promover a capacitação e a integração do pessoal na execução do programa dar apoio técnico teórico especializado, as entidades gorvenamentais e não governamentais envolvidas no atendimento as crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social com vivência de rua.

Com um atendimento médio de 15 crianças por dia, sendo 10 freqüentes e 04 oscilantes, o Casa Aberta tem desenvolvido um trabalho em regime aberto, no qual os atendidos recebem o alimento e participam de atividades educacionais. As atividades diárias podem ser vistas no QUADRO 08.

HORÁRIO	ATIVIDADES
7:30 às 8:30	Início das atividades
7:30 às 9:00	Higiene bucal
7:30 às 8:30	Banho
8:00 às 10:30	Atividades pedagógicas
8:30 às 9:00	Tarefa do dia
8:30 às 9:00	Tarefa escolar
8:30 às 9:30	Café da manhã
9:00 às 10:00	Judô, futsal, natação e Parque do Sabiá
10:00 às 10:30	Tarefa escolar
10:00 às 10:30	Lavanderia (roupas)
10:00 às 10:30	Tarefa do dia
10:30 às 11:30	Tv e vídeo
11:00 às 11:30	Banho e escola
11:00 às 12:30	Almoço
12:30 às 13:00	Higiene bucal
13:00 às 13:30	Limpeza do refeitório
13:30 às 16:00	Atividade pedagógica
13:30 às 14:30	Tv e vídeo
14:30 às 15:00	Café da tarde
14:30 às 16:00	Jazz, dança do ventre, teatro e UAI Q Dança
16:00 às 17:30	Encerramento das atividades, encaminhamento das crianças para casa e abrigos

QUADRO 08 – Atividades diárias desenvolvidas no Casa Aberta.
FONTE: Arquivo do Casa Aberta, 2002.

Além destas atividades diárias, o programa tem operacionalizado oficinas, diversas oficinas entre elas: Circo (parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e FUTEL), instrui a criança e o adolescente em técnicas de malabarismo, truques de mágica, palhaços e outras recreação (parceria com a FUTEL), cujas atividades visam promover a socialização, a vivência de regras e o desenvolvimento físico-psicológico. A arte-terapia propicia à criança e ao adolescente o domínio das emoções através da expressão plástica. Há o Projeto Aventuras com Pedrinho no país da leitura, sala de

leitura com teatro e jogos lúdicos educativos, que promove a ressignificação da aprendizagem e dos vínculos com a escola, além de ser um espaço de trabalho, das dificuldades internas, exteriorizando-as e representando as diferentes modalidades.

Estas diversas manobras de poder, que o programa tem exercido sobre os meninos de rua nos fazem recordar Focault:

> A *resolução intervém também no que diz respeito a conduta dos indivíduos. sanciona um nivel infrapenal, maneiras de viver,tipos de discursos, projetos ou intenções políticas, comportamentos sexuais, reações à autoridade, bravatas à opinião, violencia etc. Em suma intervêm menos em nome da lei do que em nome da Ordem e da regularidade. O irregular o agitado, o perigoso e o infame são o objeto deda reclusão. enquanto que a penalidade pune a infração a reclusão, por sua vez, sanciona a desordem*[144].

Ate o inicio de 2002, o programa tinha cadastrado 74 crianças; destas 79,8% eram meninos uma média de 59 homens para 15 meninas. Dos 74 nomes cadastrados 24 deles eram considerados graves por envolverem vivencia diária nas ruas, uso de drogas, furtos e exploração sexual (prostituição). Os demais (50 crianças) estão na orientação porque devido à situação sócio-econômico já estiveram na rua, ou freqüentam a rua esporadicamente. Em abril de 2001, foi realizada uma pesquisa de campo para diagnosticar a realidade das famílias a serem atendidas e, com isso, traçaram-se as medidas de assistência às mesmas, evitando-se, assim, a presença das crianças e adolescentes nas ruas da cidade. Este levantamento foi feito com 60 famílias e através dele conseguiu-se traçar um perfil destas crianças consideradas de risco. Para o Casa Aberta, o risco se define em:

- nascimento em condições dificeis de sobrevivência;
- insatisfação das necessidades básicas;
- falta de moradia;
- pobreza;
- miséria;
- vivência em um meio onde falta amor ou afeto, dificuldade nos relacionamentos familiares;

[144] FOUCAULT. Michel. **Resumo dos cursos do College de France – 1870-1982**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 36.

- falta de referencial de autoridade, pois a maioria não tem figura paterna;
- situação de doenças;
- exposição a ambiente violento;
- drogas;
- efeitos de abusos, negligência ou exploração.

Considera-se, ainda, a existência de um círculo vicioso e perverso, pois qualquer uma destas situações de risco origina outras situações que violarão ainda mais os direitos das crianças e adolescentes. Conforme a pesquisa, o principal fator de ligação que favorece a busca pelas ruas é a questão sócio-econômica e, com ela, outros fatores como: o uso de drogas, a negligência dos pais, conflitos familiares. Esses resultados foram divulgados pela imprensa, conforme menciona o seguinte trecho de um artigo:

> *Dados revelados em recente pesquisa realizada pelo programa Casa Aberta, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Constatou-se que , entre 71 crianças com vivencia de rua entrevistadas, 48% praticam pequenos delitos, 54% são usuários de drogas e 1005 delas vivem em mendicância. Dentre os fatores que propiciam a ida destas crianças as ruas, 100% o fizeram pela situação socioeconômica, 65% por negligencia, 48% por conflitos familiares e 35% por uso de drogas ilícitas*[145].

Segundo a mencionada pesquisa sobre as famílias, temos os seguintes dados – renda per capta: 70% ganham menos de 1/12 do salário mínimo, aproximadamente R$ 15,00, 15% ganham 1/2 salário mínimo e, 15%, sem renda; situação habitacional: casa própria 41%, cedida 0,5%, invadida 46% e alugada 0,8%, alvenaria 41%, misto 34%, plástico 25%; escolaridade dos pais: 1ª a 4ª serie, 44%, 5ª a 8ª serie 0,9%, analfabetos 47%; situação profissional dos pais: carteira assinada 0,8%, setor informal, 59% (catador de papel, capina, carroceiro, pedreiro, artesão e manicure), desempregado 33%.

Os bairros com maior incidência de crianças e adolescentes em situação de risco, em ordem decrescente, são: Morumbi 15%; Seringueira 14%; Joana D'Arc 12%; Prosperidade 11%; Esperança 5%, e 3% para outros bairros (Roosevelt, Brasil, Aclimação, Canaã, Planalto, Jd. Palmeiras, Jaraguá e Daniel Fonseca).

Com estes dados percebemos que a maioria destas crianças pertence a famílias que basicamente não possuem rendimentos. A situação de carência material, ira

---

[145] **Jornal Correio**. 30 de outubro de 2002. p. 10.

provocar uma série de outros problemas como o subemprego, falta de ensino, desnutrição etc. A carência de renda tende a ser progressiva, isto porque estas famílias, em sua maioria, têm pouca capacidade profissional devido à precariedade de estudo o que também a deixa vulnerável a inúmeras injustiças e exclusão social. Um outro fator que tende a favorecer o processo de miséria destas famílias é a persistência o modelo matrifocal, no qual a mulher é o esteio financeiro da família, pois segundo o IBGE (Censo 2000) o modelo de família matrifocal feminina (a mulher é responsável, sem o conjugue), tem se destacado nos municípios grandes. A pesquisa realizada pela UFU mostra que, entre as famílias chefiadas por mulheres, 42,74% são pobres e 31,37% delas trabalham com uma jornada de 31 a 40 horas semanais e, ainda, 28% delas têm uma jornada de 44 horas ou mais por semana.

A falta de ensino dos pais é também um fator negativo, pois, conforme o relatório do UNICEF, em 2003,

> *O impacto da escolaridade da mãe sobre o futuro do filho vai além do desempenho escolar. Quem nasceu de uma mulher que pouco estudou terá 16 vezes mais possibilidades de viver em casa sem água, sete vezes, mais chances de ser pobre e quatro vezes mais possibilidades de começara trabalhar ainda na infância, do que aquela cuja mãe tem nível médio de escolaridade*[146]

O empobrecimento crescente destas famílias, devido às desigualdades de renda, não tem permitido que elas quebrem o processo de transferência ou continuidade da pobreza para as gerações seguintes. Muitos deles começam famílias precocemente, sem terem tido condições mínimas de cuidar delas:

> *De cada 10 crianças que nascem hoje em Uberlândia, duas são de mães adolescentes. isso significa que 160 , dos cerca de 800 bebês que nascem todo mês na cidade, são filhos de meninas que têm entre 12 e 19 anos. Um número maior de gravidez é verificado em classes sociais menos favorecidas*[147].

As crianças são marginalizadas em diversos aspectos, a começar pela localidade em que moram, geralmente em bairros periféricos, onde diversos benefícios não os atingem, tais como: boa educação, segurança, área de lazer e serviços. Além disso, o fato de residir em determinado local cria um estima de gente perigosa ou marginal. A questão da precariedade dos bairros periféricos podem ser constatada em diversos artigos da imprensa local, como este: "Buracos, lama, água empoçada e muita sujeira. Esta é a situação vivida pela maioria dos moradores do bairro prosperidade em

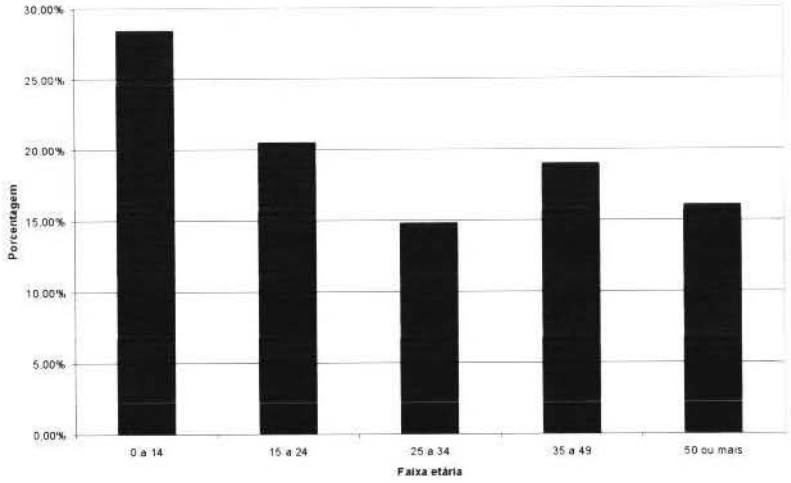
---

[146] Cf. www.estadão.com.br/educando/agrav.
[147] **Jornal Correio,** 20 de setembro de 2003, p. 10.

Uberlândia" (Cf. Jornal Correio, 18/11/03, p. b-03). E mesmo em bairros com infraestrutura básica, as famílias proprietárias de terrenos não têm tido condições econômicas para terem acesso à construção básica: faltam-lhes até mesmo um banheiro, as casas são mal acabadas, construídas com sobras de construção, falta encanamento e caixa d'agua, facilitando a proliferação de doenças, bichos e ratos, as casa que elas habitam e declaram serem próprias. Contudo, poucos realmente possuem a escritura das mesmas.

As famílias assistidas pelo Casa Aberta é uma pequena parcela da população carente, existente em Uberlândia, uma cidade cujas autoridades públicas e elites escolheram o caminho do progresso a qualquer preço, inclusive as custas de milhares de vidas humanas, que acabam sendo marginalizadas dos processos sociais. Uma cidade que, segundo uma pesquisa da UFU[148], apresenta um índice de pobreza populacional de 43,3%: um total de 194.886 pessoas pobres e um índice de 39,9% (43.381) de famílias pobres. A pesquisa ainda deixa claro que esta definição de pobres corresponde a 1/4 do salário mínimo. Além destes, existem ainda as famílias que estão abaixo da linha de pobreza, os classificados como indigentes, que correspondem a 10,7% (12.101 pessoas) e 8,9% (49.800) famílias. Nesta mesma pesquisa, foi também constatado que "há uma concentração maior da pobreza entre as crianças, de onde se deduz que as famílias com crianças tendem a serem mais pobres"[149].

GRÁFICO 01 - Porcentagem de pobres por faixa etária.



As crianças e adolescentes do Casa Aberta, como de qualquer outro programa do município, compõem uma importante referência, tanto no individual como também

[148] UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Condições sócio-econômicas das famílias de Uberlândia**. Uberlândia: Instituto de Economia, 2001.
[149] Idem, 2001, p. 65.

no coletivo, à medida que representam a multidão de crianças e famílias sem casa, sem comida, sem perspectivas, sem acesso a um trabalho, enfim, sem seus direitos de cidadania. Crianças e adolescentes que escolheram, de forma forçada, encontrar nas ruas os meios de sobrevivência. Quem são estas crianças? Segundo as informações do Casa Aberta elas se resumem assim:

Meninos (as) vivendo na rua (de rua):

- Organizam-se em bandos, perdem a identidade (uso de apelidos);
- perda de vínculos (familiares, escola, e de valores morais), dormem nas ruas/ou albergues;
- uso de drogas, como fuga da realidade;
- praticam pequenos furtos;
- iniciação à prostituição;
- possuem linguagem própria (gíria).

Meninos (as) na rua:

- Buscam a rua como um espaço para seu sustento próprio e de suas famílias; mantém vínculos (familia e escola);
- trabalham na rua (vigias, vendedores, catadores de latas e papel);
- começam a tomar contato com os atrativos da rua (álcool, bebida, drogas), oferecem seus serviços;
- mendigam; organizam-se em territórios (ponto de trabalho);
- retornam para casa no final da noite, o dinheiro é repassado aos pais. O tempo de permanência na rua irá levá-los ao desenlace de seus vínculos familiares e escolares.

A presença de crianças e adolescentes nas ruas, mendigando nas esquinas, provoca, na sociedade, diversas reações, conforme podemos visualizar neste artigo do jornal correio:

> *Os meninos e meninas que pedem esmola ou vendem mercadorias nos semaforos da cidade, provocam as mais diferentes reações dos motoristas de dó a medo [...], são 72 meninos e meninas nas ruas, muito são mão de obra explorada e chegam a tirar nas ruas R$ 30,00 por dia e estão ali em busca de um complemento para a renda familiar ou destinam o dinheiro para a compra de droga. desse total 21 são de rua, ou seja,*

> *"moram" em algum abrigo nas calçadas. A maioria desses usam drogas, especialmente Crack, desde pequenos e encontram mais conforto dormindo nas ruas do que em suas próprias casas, de onde se desligaram. Para enfrentar o problema duas iniciativas foram pensadas, segundo o secretario João Eduardo Mascia: atrair esses meninos para o programa Casa Aberta [...] e iniciar uma campanha maciça , em janeiro contra esmolas a crianças e jovens mendigos em geral. "Se eles perderem o atrativo das ruas vai ficar mais fácil reintegrá-los a família", diz Mascia*[150].

Esta campanha contra a esmola, já vinha sendo pensada desde 1999, conforme ata de 11 de novembro de 1999, quando os integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente aprovaram uma verba de R$ 10.000.00 para a campanha publicitária, dinheiro liberado pelo fundo Municipal dos Direitos da Criança e dos Adolescentes. Campanhas como esta se mostram como estratégias de coibir a mendicância ao mesmo tempo em que forjam no imaginário coletivo a figura ameaçadora do mendigo. Essa preocupação em coibir a mendicância existe por outros setores como a segurança publica. Um exemplo disso, pode ser visto na reunião extraordinária do CONSEP da 17° Cia Policia Militar (Conselho Comunitário de Segurança Pública), ocorrido em 14/09/01, no OBER PALACE HOTEL. Nesta reunião, estavam presentes comerciantes, comandantes da 91° Cia PM e representantes dos setores públicos voltados para a criança e adolescentes.

Conforme consta na ata: "a reunião iniciou com a leitura das incidências de delitos praticados por menores infratores no cruzamento da Av. Rondon Pacheco com a Av. João Naves de Ávila. sendo assim se faz necessário o trabalho em conjunto de todos os órgãos pois tiveram o conhecimento de trafico de drogas no local"[151]. Diante disso a coordenadora do Casa Aberta, Srª Isabel Cristina, "relatou ter o conhecimento de todos os atos ilícitos que ocorrem no local e que através de pesquisa realizada por eles, chegaram aos dados de que cada menor que vive neste local ganha por dia aproximadamente R$ 45,00 através da mendicância"[152]. Frente a isso, conclui-se que era necessário a prefeitura de Uberlândia construir com urgência lugares para abrigar os menores usuários de drogas e fazer um trabalho junto às famílias, conhecendo a necessidade delas. O aparato policial tem sido um aliado aos interesses do poder público, desenvolvendo um importante papel frente ao controle da mendicância, à medida que tem vigiado o meio social de forma direta ou indireta, notificando o nº de infrações cometidas por menores. Um exemplo disso pode ser visto no relatório da

---

[150] Jornal Correio, 16 de dezembro de 2001, p. A13.
[151] Arquivo Casa Aberta, 2002.
[152] Arquivo Casa Aberta, 2002.

delegada de menores, conforme trecho da ata; "A Srª Rosimare (delegada da Delegacia de Menores desta cidade) relata que este ano já fora feito mais de 300 procedimentos relativos ao menor [...] salienta que na delegacia não há espaço par acomodar estes menores". A busca por um abrigo para retirar os menores da rua tem na verdade um objetivo, explicado por Carvalho: "o objetivo primordial do "centro de recuperação", não visa o menor enquanto ser humano explorado e vilipendiado pela estrutura social opressora, mas sim discipliná-lo e re-enquadrá-lo ao ideário da sociedade burguesa"[153]



FIGURA 02 – Campanha contra a doação de esmola.

Fonte: SMDS, 2002.

[153] CARVALHO, Carlos Henrique. Da delinqüência à criminalidade (uma análise do discurso sobre a problemática do menor em Uberlândia – 1980-1992. **História & Perspectiva,** n. 10, jan./jun. 1994. p. 122.



FIGURA 03 – Campanha contra a doação de esmolas.

Fonte: SMDS, 2002.

A campanha foi realizada no início de 2002, como o seguinte slogan "Esmola não alimenta, vicia", segundo o secretario João Mascia. A campanha atingiu seus objetivos: os resultados da campanha podem ser vistos nestes artigos do jornal correio, sobre o aumento de pedintes nos semáforos da cidade; nesta matéria vemos que, além da reclamação do aumento de pedintes, muitos motoristas pedem que sejam tomadas medidas:

> *Juliano Souza diz que é horrível a forma como é abordado, mas que mesmo assim não dá esmolas. "Acho que é uma forma de incentivar essas pessoas a continuarem pedindo e nos incomodando" diz. [...] Para Tioso, é preciso que as autoridades tomem alguma providencia, como recolher essas pessoas e encaminhá-las para algum tipo de instituição e também que o policiamento seja reforçado para coibir esse tipo de ação [...] Para Daniela, as esmolas estimulam o uso de drogas, porque os pedintes, em sua grande maioria, são viciados.'errado a forma como somos abordados. Eles nos incomodam e são agressivos. não sei como, mas é preciso que isso acabe*[154].

É interessante notar que a matéria afirma ter aumentado o número de pedintes em Uberlândia; contudo, o poder público considera que a maior parte destes pedintes não pertencem à cidade, mas sim se tratam de migrantes de outras cidades, conforme afirma o secretário Mascia: "João Eduardo Mascia reconhece que o numero de pedintes

[154] **Jornal Correio**, 18 de novembro de 2003, p. B-3.

em Uberlândia aumentou, porque a cidade é pólo de desenvolvimento e atrai muitas pessoas que vem em busca de emprego. Isso representa segundo ele 51% dos pedintes e moradores de rua no município"[155].

O Casa Aberta tem utilizado diversos mecanismos no combate a situação de miséria das famílias, entre as atividades desenvolvidas por ele temos: distribuição mensal de cestas básicas, através de programa SOS Alimentos da Divisão de Assistência; geração de emprego e renda, oferecendo as famílias a possibilidade da profissionalização através dos cursos de manicure e auxiliar de serviços gerais.; inscrição de adolescentes em atividades fisicas e lazer, em parceria com a FUTEL; alfabetização de adolescentes. Na tentativa de promoção da família, o Casa Aberta, em parceria com outras secretarias, tem se utilizado de recursos assistencialistas, como o Bolsa Escola, que é voltado para crianças de 06 a 15 anos, que paga uma verbal mensal de R$ 15,00 para a criança que tiver 80% de freqüência escolar; o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Programas divulgados e explicados, conforme artigos seguintes:

> *O Bolsa Escola faz parte de um programa de renda mínima, foi criado pelo governo Federal em 1997, com o objetivo de incentivar a permanecia de crianças de 60 a 15 anos na escola. O programa beneficia famílias com renda per capita menor ou igual a R$ 90 mensais, para atender a um numero maior de famílias carentes , a prefeitura de Uberlândia pretende criar o Bolsa Escola Municipal, que esta incluído em um programa de renda mínima*[156].

> *Mais de 90 crianças de Uberlândia, pleiteiam benefícios no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), desenvolvido pelo estado, através da secretaria de Estado do Trabalho e da Assistência social da Criança e do Adolescente (Setascad). Elas foram cadastradas em junho, pelo programa municipal Casa Aberta, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. De acordo com a coordenadora do programa, Izabel Cristina, as 92 crianças inscritas trabalham irregularmente, sob a exploração da família.[...] cada família terá direito de receber entre R$ 15 e R$ 45. O objetivo do Peti é fazer com que a criança não saia da escola e ocupe o tempo livre em atividades educativas*[157].

Desde a criação do Peti até início de 2003, a coordenação do projeto era feito, pela coordenadora do Casa Aberta, conforme ata do dia 07/06//2001: "A Sra Isabel pedagoga, representante das entidades governamentais, especialistas em violência

---

[155] **Jornal Correio**, 18 de novembro de 2003, p. B-3.
[156] **Jornal Correio**, 30 de julho de 2002.
[157] **Jornal Correio,** 11 de agosto de 2001, p. A-8.

domestica, atualmente coordenadora do programa Casa Aberta, que trabalha com crianças de rua, elaborou diagnostico e vai coordenar o Peti"[158].

A ajuda para as famílias é feita por meio de encaminhamentos e cadastros, como estes encaminhados para a Secretaria Municipal de habitação:

> *A Sra. N.M, 35 anos reside na [...] Jd. Brasília mora em casa alugada por R$ 100,00 com 03 cômodos, mãe de 03 filhos menores de 18 anos. Estes convivem com a dependência química (drogas), do segundo filho de 14 anos e a cinco meses ele mora nas rua e se recusa a retornar para a casa. É uma família assistida desde 1988 pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. A Sra. N. M justifica que não trabalha porque é sempre chamada ao fórum e ao conselho tutelar para prestar informações sobre o filho.*
>
> *Sra. M. A., 39 anos natural de Patos, mora a 12 aos em Uberlândia com 03 filhos de 14, 11, 09 e o companheiro Sr. H.R na [...] bairro Daniel Fonseca, em uma casa cedida. Não possui parentes em Uberlândia e diz que só esta na companhia do Sr. H.R por não ter onde morar, porém gostaria muito de separar do mesmo. O filho de 14 anos é usuário de droga, e atendido desde maio/2001, não é filho do Sr. H.R. é maltratado e espancado pelo padrasto. A Sra. M. A. possui uma deficiência congênita na mão direita, o que não a impede de trabalhar como domestica com registro em carteira. A Sra. M.A cuida bem de sua casa e de seus filhos, quando o mais velho vai para a rua sempre busca ajuda para resgatá-lo*[159].

A ajuda para a Sra. M.A não veio até os dias de realização deste trabalho; em uma conversa informal, ela nos informou que o filho mais velho usuário de droga, ficou preso no CISAU por três anos, e ela quase perdeu a guarda dos outros filhos, que vinham sofrendo abuso sexual por parte do pai; a guarda das crianças somente lhe foi restituída pelo Conselho tutelar, quando ela conseguiu uma casa alugada para residir longe do marido, o aluguel esta sendo pago graças a ajuda de uma igreja evangélica.

Histórias como estas mostram que a violência, agressividade, os problemas trazidos com a droga, o abuso sexual e muitos outro fatores, são fenômenos que tem se espalhado para dentro dos lares da maior parte destes jovens. Violência que envolve fatores como: a de negligência e omissão para atender as necessidades básicas, as questões psicológicas como a rejeição, a ameaça e também a violência sexual (abuso, exploração e maus tratos). Frente a isto o programa tem enfrentado algumas resistências, por parte de algumas crianças em retornarem para seus lares. As causas são diversas, podendo ser visualizadas no quadro abaixo.

---

[158] CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DOS ADOLESCENTES. Conselho Tutelar. **Ata do Conselho Municipal dos direitos da criança e dos adolescentes.** 07 de junho de 2001. Uberlândia, 2001.

[159] Arquivos Casa Aberta, 2002.

NOME	DATA DE NASCIMENTO	SEXO	OCORRÊNCIA	SITUAÇÃO FAMILIAR
Pires	21/04/1988	F	Exploração Sexual	Sem vínculo familiar
Pacheco.	15/08/1989	F	Exploração Sexual	Sem vínculo familiar
Souza	25/04/1988	M	Usuário de drogas	Não possui mãe conhecida. Sem vínculo familiar
J Neto	02/11/1985	M	Usuário de drogas	Sem vínculo familiar
Medeiros	07/10/1988	M	Usuário de drogas	Sem vínculo familiar
Araújo	17 anos	M	Usuário de drogas	-
Costa	15 anos	M	Usuário de drogas	-
Veiga	11 anos	M	Fugiu de Abrigo após 05 anos de vivência. Problemas com furtos	Sem vínculo familiar
Vlach	02/03/1987	M	Está cumprindo Medida de Internação	Sem vínculo familiar

QUADRO 09 – Situações vivenciadas por adolescentes atendidos pelo Programa, que devido a conflitos familiares graves, nega-se a retornar para casa.
FONTE: Arquivo Casa Aberta, 2002.

Os casos e encaminhamentos enviados pelos Conselhos Tutelares ao Casa Aberta, depois de averiguados pelo programa, é remetido uma resposta ao Conselho através de carta oficio, relatando o resultado da abordagem e através deste podemos visualizar bem a realidade que envolve o universo destas crianças e adolescentes:

> *Para Daniela Toledo (Promotora da Vara da Infância e da Juventude) e para Denise (Conselheira), relato sobre o caso Martinha (mãe) . No fim do mês a mãe buscou os meninos Zico e Magali na casa do pai e levou-os para a rua, escondendo-os durante uma semana, encontramos os meninos mendigando. Zico na casa da mãe acompanhado pela mesma e por mais 03 homens saidos da colônia penal, Cebolinha seu primo esta fumando droga. Conversamos com o Senhor Célio (pai) e após verificar que as crianças e estavam com a mãe tentou pegá-los sendo intimidados pelos homens. Os meninos alegaram tr saido de casa porque o pai lhes deu uma surra, por terem perdido e falta aula. Depois de 15 dias, Martinha alcoolizada de madrugada foi a casa do Sr. Célio e devolveu Zico, dizendo não querer ficar com ele. O menino chegou no Casa Aberta profundamente abalado, arredio e dizendo que a mãe não o queria mais [...] Cebolinha esta se definhando no Crack, a menina (Magali) esta com a mãe mendigando e já iniciou a vida sexual com a turma, sendo que a mãe se refere a mesma como "putinha"*[160].

[160] Idem.

Para Eleuza (Conselheira Tutelar da Criança e Adolescente), relatório da abordagem realizada na Rua [...], atendendo a denuncia do Conselho tutelar. No local não existe o numero encontramos um cobertor vermelho na porta de uma residência [...] a rua localiza-se a esquerda da entrada principal do bairro esperança [...]. Não encontramos a criança. Observamos que os moradores da rua alimentam a criança fornecendo também roupas e cobertores. Sugerimos ao Conselho Tutelar que quando houver essa denuncia que o Conselho também oriente os moradores sobre a questão da cidadania dessa criança. Não realizamos essa ação nesse momento par não dificultar a formação de um possivel vinculo com a criança e ou adolescente[161].

Para Denise Honorato (Conselheira Tutelar da Criança), [...] abordagem realizada a residência dos netos da Sra. Jaqueline, moradora do Bairro Sta Mônica, atendendo a denuncia da Sra, conselheira tutelar. No dia 13/0602 as 15:00 hs recebemos a denuncia que os netos da Sra. Jaqueline, adolescente Malu Mader de (16 anos) mãe da criança Yara (1 ano e 4 meses) fica nas ruas se prostituindo e usando drogas com a filha. A outra adolescente Claudia Raia (15 anos) reside com sua irmã Vilma (19 anos) pois a mãe faleceu a uma semana vitima de AIDS. Durante abordagem Malu Mader se mostrou agressiva disse que fica nas ruas às vezes com a filha vigiando carros , avó Jaqueline disse que acha normal a neta vigiar carros, mas que a mesma não cuida direito da criança , não registrou e que ela e o pai não tem condições de cuidar da menina [...]. 0bservamos as péssimas condições de higiene do local, havia comidas espalhadas pelo chão com crianças e animais disputando o mesmo espaço. Comunico que o caso será repassado ao conselho Tutelar que efetuara as devidas intervenções[162].

Histórias como estas nos mostram um pouco do universo vivido por estes jovens, para as autoridades situações como estas são causas de famílias desestruturadas e baixa renda. As causas reais envolvem uma serie de fatores, contudo um fato é notório a cidade sofreu diversas mudanças sócio-econômicas que a conduziu a um grande desenvolvimento, contudo, as classes populares continuam sendo exploradas, devido à falta de prioridades que o poder publico oferece a área social, devido à má distribuição de renda o que causa o empobrecimento das famílias. Gerando uma situação onde pais acabam por deixar seus filhos a própria sorte ou até mesmo enviá-los para as ruas em busca assistência e de sobrevivência.

Os resultados do trabalho desenvolvidos pelo Casa Aberta, em relação a retirada das crianças das ruas, tem se mostrado eficiente para os poderes publico, pois conforme afirma o Sr. Odonires (presidente do Conselho da Criança):

Nossa cidade é privilegiada pois reduziu substancialmente de 176 (cento e setenta e seis) crianças de rua para aproximadamente 30(trinta) a 40 (quarenta0 crianças de rua, onde mais ou menos 28 (vinte e oito) eram de outras cidades e que o Conselho

[161] Idem.
[162] Idem.

> *Tutelar através do fundo da criança recambiou as mesmas para as cidades de origem*[163].

Em 2002, segundo o levantamento feito pelo Casa Aberta, o número de crianças e adolescentes nas ruas eram de aproximadamente 71 (setenta e um), contudo até a metade do ano de 2003 o Casa Aberta coordenava junto ao programa de transição, os trabalhos do Peti. Já no final de 2003, o Peti saiu da coordenação do Casa Aberta, com isto houve também uma redução de aproximadamente 46 (quarenta e seis) crianças e adolescentes, assistidos pelo Casa Aberta. As crianças do Peti, conforme já mencionado, recebem uma verba do governo de R$ 15,00 para auxiliarem nas despesas da família, evitando que elas vão para a rua.

Segundo informações da coordenação do Casa Aberta neste ano de 2004, eles estão atendendo a uma média de 25 crianças e adolescentes. Sendo que 10 ou 15 deles são assíduos no programa, onde participam de atividades diversificadas.

Entre estes jovens podemos perceber claramente as formas de resistências criadas por eles, entre os assistidos considerados freqüentes a maioria deles não freqüenta a escola e os motivos alegados por eles são os mais diversos, como esta alegação feita por uma menina de 16 anos: "Eu não estou estudando agora porque eu parei para fazer cursos, ai eu vou poder ganhar mais dinheiro".

A idéia de que na escola se perde tempo estudando e não adquire riquezas, é um pensamento muito freqüente entre eles. Além disso na escola existe uma série de normas e regras que não compõe a realidade deles. Essa situação nos faz lembrar a assertiva de Gentili:

> *A educação é um direito apenas quando existe um conjunto de instituições publicas que garantam a concretização e a materialização de tal direito. Defender direitos esquecendo-se de defender e ampliar as condições materiais que os asseguram é pouco menos que um exercício de cinismo*[164].

O fato de algumas destas crianças e adolescentes se negarem a participar das atividades do Casa Aberta freqüentemente, e ainda de outros se quer aceitar o apoio oferecido por eles, demonstra que as formas disciplinares e as normas impostas para eles, não os atrai, mas sim, os afugentam ainda mais em busca da liberdade nas ruas onde eles acreditam poderem desafiar a ordem social.

---

[163] CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DOS ADOLESCENTES. Conselho Tutelar. **Ata do Conselho Municipal dos direitos da criança e dos adolescentes.** 21 de setembro de 2000. Uberlândia, 2000.

[164] GENTILI, Pablo et al. (Org.). **Pedagogia da exclusão:** o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 247-248.

Segundo a coordenação do programa, atualmente, em Uberlândia, apenas um adolescente de rua não possui família, sendo assim vive constantemente nas ruas, os demais ainda possuem vínculos familiares e através do trabalho de conscientização realizado pelo Casa Aberta, eles procuram suas casa e ou famílias esporadicamente: "pelo menos uma vez por semana, ou quando muito a cada 15 dias, eles retornam para casa".

Quando não procuram suas casas para se abrigarem, estes jovens, em sua maioria dependentes de drogas, se amontoam em lugares periféricos, onde encontram liberdade para fazerem o que querem, os chamados "muquifos", lugares onde também eles ficam expostos a todo tipo de violência.

O contato nas ruas com as drogas é muito comum entre estes jovens; o programa tem buscado trabalhar com eles no sentido de promover uma recuperação do vicio:

> *Oi pessoal meu nome começa com E, tenho 15 anos fiquei nas ruas durante 01 ano. Hoje faço parte do programa Casa Aberta eles que me ajudaram ame recuperar. Não uso drogas desde fevereiro de 2002. Agora eu vou para a rua somente para estudar a noite, dançar e fazer compras para minha mãe e agora estou fazendo dana do ventre no UAI Q DANÇA. Quero que vocês conheçam um pouco mais da minha vida, para ver o quanto é sofrido a minha vida na rua, e como a droga faz mal. Um abraço*[165].

A presença de meninas nas ruas, geralmente se dá de forma um pouco disfarçada, elas normalmente usam roupas largas na tentativa de se masculinazarem, evitando assim o assedio. O numero de meninas nas ruas é bem menor em comparação ao número de meninos, suas atividades nas ruas vai tanto de vender como a de morarem mesmo nas ruas onde geralmente se prostituem.

---

[165] Arquivo Casa Aberta, 2002.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa, podemos identificar inúmeros programas voltados para a criança e o adolescente, que visam assegurar-lhes os direitos instituídos pelo Eca.

Contudo, estes programas não alcançam e beneficiam uma grande parte delas. Visto que ainda existe um elevado numero de crianças e adolescentes trabalhando nas ruas e, conseqüentemente, fora da escola. A verba repassada pelos programas assistenciais como Peti, bolsa escola, não atende a todas as crianças necessitadas, e mesmo para as beneficiadas, podemos ver que o valor é simplesmente uma miséria, diante do alto custo de vida de Uberlândia, e ainda considerando o ganho que estes jovens conseguem nas ruas mendigando (aproximadamente R$ 30,00 por dia). Em Uberlândia a situação da infância e juventude não é muito diferente das outras cidades brasileiras, a definição de situação de risco social esta muito mais voltada para um perfil discriminatório e excludente, que abarca o morador da vila, o parente presidiário, o usuário de drogas, a família desestruturada, o infrator, e muitos outros. Alem disto, se alguém se encontra em situação de risco, podemos concluir que o programa preventivo já não pode mais atende-lo, visto que ele já utrapassou a linha de risco. Sendo assim, o ideal seria criar políticas de atendimento social que atuem de forma funcional, atingindo de forma concreta toda a população necessitada.

Os direitos assegurados pelo Eca, não tem se efetuado na prática, pelo menos no que se refere a infância e a juventude carente, e particularmente daqueles que cometem atos considerados infracionais. Depois de 14 anos de promulgação do Eca, podemos ver que as crianças e os adolescentes das camadas populares estão longe de serem prioridades absoluta dos governantes e da sociedade local conforme muitos afirma.

Faltam dados estatísticos sobre a situação da criança e do adolescente em Uberlândia, o que mostra que a sociedade local tão ordeira, prefere esconder a realidade social, e para isto buscam sempre traçar estratégias para ocultarem estas mazelas longe das ruas, da cidade "jardim". É o resultado desta omissão é o aumento de crianças e adolescentes nas ruas da cidade, vitimas do descaso político, vitimas de crimes de diversas classes, vitimas da desigualdade social e da marginalização.

Frente às informações obtidas com a pesquisa alguns pressupostos iniciais estavam incorretos e foram modificado. Diversas dificuldades foram encontradas, na elaboração deste trabalho, entre elas, as restrinções e impossibilidades de acesso a historia de vida dos menores, e a ocultação de documentos, e ainda o fato de se tratar de uma problemática um tanto complexa e bem presente, onde o nosso papel como historiadores, não cabe ao simples fato de analisar o passado, e por isto se torna uma tarefa árdua e dolorosa.

A história de vida o contato e entrevistas com estas crianças e adolescentes era o que mais nos atraia no tema, e por isto foi que optamos por trabalhar a temática dentro de um programa ou instituição sem vínculo religioso. Contudo este acesso nos foi negado. Ainda assim houve uma tentativa de realizar alguns trabalhos voluntários dentro da instituição a fim de criar algum vinculo com os meninos, mas as oportunidades formam poucas e o contato com os assistidos sempre foi acompanhado dos instrutores, de forma que as possíveis perguntas e respostas seriam controladas. Sendo assim minha pesquisa se desenvolve acompanhada se um sentimento de frustração e também com um sentimento de impotência por não poder ajudar jovens tão carentes de direitos e de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Júlia Falivine. **Metrópoles Cidadania e Qualidade de Vida.** São Paulo: Ed. Moderna, 1993.

ÁRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARRUDA, R. S. V. **Pequenos Bandidos: um estudo sobre a gestação dos menores infratores na cidade de São Paulo.** São Paulo: Global Editora, 1983.

BANDEIRA, D. KOLLER S. H. et al. O cotidiano dos meninos de rua de Porto Alegre. 1994. XVII INTERNACIONAL SCHOD PSCYCHOLOGY COLOQUIUM. Tomo II.. **Anais...** Campinas: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL, 1994.

BARROS, Klebston Ferreira. **Associação dos nordestinos em Uberlândia:** uma análise das manifestações populares nordestinas inseridas no contexto progressista uberlandense – 1989-2001. 2001. Monografia (Curso de História). Uberlândia: Instituto de História, 2001.

BARROS, Ricardo Paes de. **Isto é**. Rio de Janeiro, n. 1705, p. 10-11, 5 de junho de 2002.

BICUDO, Hélio Pereira. **Violência:** o Brasil cruel e sem maquiagem. São Paulo: Moderna, 1994.

Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados. **CPI destina a investigar o problema da criança e do menor carentes no Brasil. A realidade Brasileira do menor; Relatório**. Brasília , Coordenação de Publicações.

BRASIL. **Mensagens presidenciais, 1933-1937, Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

BRASIL;MINISTÉRIO DA SAÚDE; MINISTÉRIO DA CRIANÇA. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Ministério da Criança/Projeto Minha Gente, 1991.

BRESCIANI, M. S. **Imagens da Cidade: século XIX e XX.** São Paulo, ANPUH, SP/Marco Zero, 1993.

CARONE, E. **Corpo e Alma do Brasil: a terceira república (1937-1945).** Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

CARVALHO, Carlos Henrique de. Da delinqüência à criminalidade (uma análise do discurso sobre a problemática do menor em Uberlândia 1980-1992. **História & Perspectiva**, Uberlândia, n. 10, p. 109-146.

CONNELL, R. W., apud APPLE, Michael, W. **Pedagogia da exclusão:** o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis: Vozes, 1995.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DOS ADOLESCENTES. Conselho Tutelar. **Ata do Conselho Municipal dos direitos da criança e dos adolescentes.** 8 de maio de 2003. Uberlândia, 2003

CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL, 1988

COSTA, E. V. **Da Monarquia a República: momentos decisivos.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

COSTA, J. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/MINISTÉRIO DA SAÚDE/MINISTÉRIO DA CRIANÇA/PROJETO MINHA GENTE. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Ministério da Criança/Projeto Minha Gente, 1991.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis; Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do College de France – 1870-1982**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FRONTANA, I.C.R.C. **Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo.** São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

GENTILI, Pablo et al. (Org.). **Pedagogia da exclusão:** o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOMES, Darcilene Cláudio. **Políticas sociais da década de 90:** o programa Comunidade Solidária e a permanência das desigualdades sociais. 1999. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Departamento de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 1999.

GUARESCHI, Pedrinho A., apud SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**; análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

HABERT, N. **A década de 70**. São Paulo: Ática, 1994. p. 56.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico, 2000. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: março de 2004.

KOWARICK, Lúcio, apud SCHNEIDER, Leda. **Marginalidade e delinqüência juvenil**. São Paulo: Cortez, 1982.

LUPPI, C. A. **Agora e na Hora da Nossa Morte: o massacre do menor no Brasil.** São Paulo: Ed. Brasil debates, 1982.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês:** assistência social institucionalizada (Uberlândia – 1965 a 1980). 1990. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1990.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. A institucionalização da pobreza no espaço urbano burguês. Uberlândia, n. 2, v. 2, p. 55-62, janeiro 1991.

MARCILIO, Maria Luiza. A lenta construção dos direitos das crianças brasileiras – século XX. 2002. Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br/bilbiogrfia/mluiza.html. Acesso em dezembro de 2002.

MARCÍLO, M.L. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo, HUCITEC, 1998.

MASCARENHA, W., apud FOLHA DE SÃO PAULO. **Jornal Folha de São Paulo**. 30 de março de 2004. p. C5.

MELO, Sílvia Leser de. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**; análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgina Maria. **História do Brasil recente, 1964-1992**. São Paulo: Ática, 1996.

MILITINO, Inamar Aparecida. **Centro de Integração Social e Assistencial de Uberlândia (CISAU):** ocultar ou integrar? 1999. Monografia (Curso de História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1999.

MORAES, Evaristo de, apud COSTA, Luiz Antonio Severo da et al. **Brasil 1900-1910**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980.

MORELLI, A. J. *A inimputabilidade e a impunidade em São Paulo.* In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.19, n° 37, p.125-156. 1999.

MOURA, E. B. B. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.19, n° 37, p.85-102. 1999. p.89.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. São Paulo: Saraiva, 1991.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. e KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

REIS, Eliane Campos. **Apenas de passagem:** o migrante sob a mira das práticas assistenciais do albergue noturno Ramatis, Uberlândia 1965-1980. 2000. Monografia (Curso de História). Uberlândia: Instituto de História, 2000.

RENATO, Paulo. 2002. Disponível em: www.politicaspublicas.com.br. Acesso em: dezembro de 2002.

RESENDE, Zaire. **500 dias da Prefeitura Municipal de Uberlândia**. Uberlândia: Secretaria Municipal de Comunicação social, 2001.

RODRIGUES. **Folha de São Paulo**. 20 março de 1989, Caderno B, p. 6; 5 de outubro de 1988, Caderno Especial, p. 14-16.

ROSA, Isa Maria F. **Crianças e adolescentes:** necessidades e direitos. Guará: Pontifica Universidade Católica de São Paulo, 1994.

RUSSOMANO, Mozart Victor, apud LIBERATI, Wilson Donizeti. **O estatuto da criança e do adolescente, comentários**. Rondônia: IBPS, 1991. p. 20-21.

SHUELER, A. F. M. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.19, n° 37, p.59-84. 1999.

SILVA, José Roberto da. **NEPPAL**. 2001. Disponível em: www.geocities.com/fecharfebem/gtnm-05122001. htm. Acesso em: janeiro de 2002.

SOUZA, Aparecida D'Arc de. **Capitães do asfalto:** infância e adolescência pobres na cidade de Uberlândia 1985-1995. 1998. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: PUC, 1998.

SPINDEL, C. R. **O menor trabalhador: um assalariado registrado.** São Paulo: Nobel, 1985.

TELES, V. **Direitos sociais**: afinal, do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

TRINDADE, J.M.B. O abandono de crianças ou a negação do obvio. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.19, n° 37, p.35-58. 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Condições sócio-econômicas das famílias de Uberlândia**. Uberlândia: Instituto de Economia, 2001.

WADSWORTH, James E. *Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência a infância no Brasil.* In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.19, n° 37, p.103-124. 1999.

Jornais e Revistas

Isto é
Veja
Plenitude
Correio
Folha de São Paulo
O Estado de São Paulo

Materiais de Arquivos

Atas diversas do Conselho dos direitos da Criança e dos Adolescentes
Depoimentos
Arquivo do programa Casa Aberta

ANEXOS

COZINHA	HIGIENE	CD'S	OUTROS
Batedeira Copos descartáveis Colheres grandes para arroz Concha Escorredor de louça de metal Escorredor de macarrão Espremedor de batatas Frigideira Guardanapos Leiteira de plástico Liquidificador Panela de pressão Panelas / Picador de legumes Tábua de carne Vasilhas de plástico	Absorventes Buchas de banho Condicionador com 5 litros Desodorantes Escovas Lisoforme grande Pomada Minâncora Prestobarba Shampoo com 5 litros	Bruno e Marrone Claudinho e Bochecha Desejos de Mulher Enya (Relaxamento) Furacão 2000 Gabriel , O Pensador Harmonia do Samba O Clone - Internacional Os Racionais Os Travessos Rap Sandy & Júnior Só Pra Contrariar Skank Titãs	Escada com 05 degraus Fitas de VHS virgens Pincel Pilot Filmes Kodak Fita de PVC tranparente 20 pilhas pequenas Canetas Hidrocor

QUADRO 10 – Lista de Requerimento de material para o Programa.
FONTE: Arquivo Casa Aberta, 2002.

SETOR OU PESSOA DESTINADA	NÚMERO DE OFÍ-CIOS	MOTIVO OU ASSUNTO	OBSERVAÇÃO
Conselheira Tutelar da Criança e Adolescente (Denise Honorato)	01	Relatório de abordagem mediante denúncia da Conselheira	Prostituição, drogas, vigilância de carros, falta de higiene com bebê
Co Conselheira Tutelar da Criança e Adolescente (Eleuza)	01	Relatório de abordagem mediante denúncia do Conselho Tutelar	Criança dormindo nas ruas
4°. Promotor de Justiça e Curador da Infância e Juventude e Conselho Tutelar da Criança e Adolescente	02	Relatório dos acontecimentos relacionados a 02 crianças acompanhadas pelo Programa, bem como envolvimento o fatos ocorridos na família dos mesmos	Uso de crack, bebida alcoólica; Agressão às crianças
Albergue noturno "Ramatis"	01	Encaminha adolescente D. G. V., atendido pelo programa, até que consiga vaga em abrigos da cidade	Adolescente de 14 anos
Seção de Migração	01	Solicitação de Passagem para encaminhar adolescente para Caldas Novas para encontro D. G. V. com avo	O mesmo
Juiz da Vara da Infância e Juventude (Dr. Edson Magno de Macedo)	01	Informar que adolescente infrator recambiado para Acreúma – GO, após fugir do CISAU, retornou para Uberlândia , pediu ajuda no Programa Casa Aberta e desapareceu	Adolescente cumpre liberdade assistida, na cidade de Acreúna
Juiz da Vara da Infância e Juventude – Comarca de Uberlândia / MG	01	Relatório sobre acontecimentos relacionados a adolescente (anteriormente encaminhado pelo Juiz) que abandonou o tratamento para drogadição	Adolescente não tem respeitado as regras estabelecidas pelo Programa e voltou s dormir nas ruas. Família não apóia
Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente	01	Solicitando a intervenção da Conselheira junto à família do adolescente atendido no Programa Casa Aberta e hoje cumpre medida sócio-educativa no CISAU	-
Pastoral da Moradia (Sra Juliana)	01	Encaminha lista de famílias atendidas pelo Programa Casa Aberta, constando nomes e endereços de doação de Cesta Básica	Total de 08 nomes
Setor de Migração de Montes Claros	01	Encaminha um senhor residente em Uberlândia, com problemas mentais, para retornar até sua cidade de origem, onde pretende continuar tratamento de saúde	A verba foi conseguida para enviá-lo só até Montes Claros
Conselho Tutelar da Criança (Antônio Das Graças Lopes)	01	Encaminha criança que fugiu do abrigo do SR Mercadante devido a acusação de roubo de xampu e briga entre os adolescentes	Criança fugiu por medo ao ver a ameaça de chamar a Polícia
Promotora da Vara da Infância e Juventude (Daniela Toledo) / Conselho Tutelar (Denise)	02	Relato sobre o caso de mãe que levou os dois filhos da casa do pai e escondeu-os do mesmo. Encontramos os mesmos mendigando e acompanhados de 03 homens saídos da Colônia Penal (primos da mãe)	Crianças saíram de casa porque o pai bateu quando faltaram à aula. Mãe devolveu 01 filho e ficou com a menina, que iniciou vida sexual ou prostituição

QUADRO 11 - Relação de Ofícios enviados pelo Programa Casa Aberta, direcionadas a vários Setores
FONTE: Arquivo Casa Aberta, 2002.